

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –
UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E
BIOCIÊNCIAS – PPGENFBIO**

Sonia Helena da Costa Kaminitz

**FOTOGRAFIAS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO (1943-1956)
ACERVO E SEMIÓTICA: contribuições para a história**

Rio de Janeiro
2017

Sonia Helena da Costa Kaminitz

**Fotografias da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1943-1956) Acervo e semiótica:
contribuições para a história**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Enfermagem, Biociências, Saúde, Ambiente e Cuidado.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Porto

Rio de Janeiro

2017

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

K115	<p>Kaminitz, Sonia Helena da Costa Fotografias da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1943-1956) Arquivo e semiótica: contribuições para a história / Sonia Helena da Costa Kaminitz. -- Rio de Janeiro, 2017. 193f</p>
	<p>Orientador: Fernando Porto. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em , 2017.</p>
	<p>1. História da Enfermagem. 2. Cultura Visual. 3. Semiótica. 4. Memória. 5. Arquivologia. I. Porto, Fernando, orient. II. Título.</p>

Sonia Helena da Costa Kaminitz

**Fotografias da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1943-1956) Acervo e semiótica:
contribuições para a história**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Enfermagem, Biociências, Saúde, Ambiente e Cuidado.

Aprovada em: 31 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Porto – Orientador

Prof.^a Dra. Mercedes Neto

Prof. Dr. Osnir Claudiano da Silva Junior

Prof.^a Dra. Josete Luzia Leite

Prof.^a Dra. Nebia Maria Almeida de Figueiredo

Prof.^a Dra. Sonia Regina de Souza

Prof.^a Dra. Margarida Bernardes

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Pelo imenso amor que lhes tenho, dedico este trabalho aos meus filhos, Carolina Kaminitz Tocantins e Daniel Kaminitz, aos meus netos Daniel Tocantins e Maria Kaminitz, aos meus genro e nora João Pedro Tocantins e Tatiana Giovanelli, e a Aylan Kurdy, o menino sírio que podia ser meu neto também.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas e professores do Laboratório de Pesquisa de História de Enfermagem (LAPHE), Laboratório de Abordagens Científicas em história da Enfermagem (LACENF) e Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem (LACUIDEN) pelo acolhimento, amizade e colaboração.

Agradeço a Regina Elísia de Miranda Bibiani Morgado, Professora da Escola de Museologia da UNIRIO e Mestre em Memória Social e Documento, pela inestimável colaboração no campo da Heráldica.

Agradeço às amigas Aparecida Lima, Madeleine Monica Athanásio, Nadja Martins e Paulina Vieira pelo apoio incondicional que ofereceram de diversas maneiras.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Porto, por seu cuidado e perseverança em “me fazer doutora”.

Como pude apurar o que vou dizer? Estou persuadido de que, ao tomarem conhecimento de tais confissões, até os leitores que não são do ofício experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. O espetáculo da investigação, com os seus sucessos e reveses, raramente enfastia.

Marc Bloch

RESUMO

KAMINITZ, Sonia Helena da Costa. **Fotografias da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1943-1956) Acervo e semiótica**: contribuições para a história. Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O estudo de natureza histórico-semiótico articulado à Cultura Visual e lócus interpretativo na sociologia de Pierre Bourdieu tem como objeto a construção da assinatura imagética da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. O período assinalado, 1943 a 1956, é o da gestão de sua primeira diretora enfermeira MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. O estudo possibilita se conhecer os signos ostentados pela instituição e adere aos estudos sobre a imagem pública da enfermeira realizada pelos pesquisadores sobre a Enfermagem Nacional e Internacional. Os signos agregados na gestão da diretora foram descritos e analisados mediante as 28 fotografias selecionadas com esta finalidade. Assim, pode-se visualizar nos cenários, na indumentária e no gestual de ritualização da Escola, os símbolos e as estratégias empreendidas para a construção da assinatura imagética, entendidos como elementos agregadores no campo da cultura visual da enfermagem e determinantes para a construção de sua assinatura imagética.

Palavras-chave: História da enfermagem. Cultura visual. Semiótica. Memória. Arquivologia.

ABSTRACT

KAMINITZ, Sonia Helena da Costa. **Photographs of the Nursering School Alfredo Pinto (1943-1956) Archive and semiotics**: contributions for history. Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

The study of historical-semiotic nature articulated to Visual Culture and interpretive locus in the sociology of Pierre Bourdieu aims to construct the imaging signature of the Alfredo Pinto Nursing School. The period marked from 1943 to 1956 is the one of the management of its first director nurse MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. The study makes it possible to know the signs displayed by the institution and adheres to the studies on the public image of the nurse performed by the researchers on National and International Nursing. The signs aggregated in the director's management were described and analyzed through the 28 photographs selected for this purpose. Thus, the symbols and strategies undertaken for the construction of the imagery signature, understood as aggregating elements in the field of the visual culture of nursing and determinants for the construction of its structure, can be visualized in the scenarios, in the formal dress and gesture of ritualization of the school signature.

Keywords: History of nursing. Visual culture. Semiotics. Memory. Archivology.

RESUMEN

KAMINITZ, Sonia Helena da Costa. **Fotografías de la Escuela Escola de Enfermería Alfredo Pinto (1943-1956) Archivo y semiótica: contribuciones para la historia.** Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

El estudio de la naturaleza histórica y semiótica articulado a la cultura visual y el locus interpretativo en la sociología de Pierre Bourdieu tiene que oponerse a la construcción de la firma imaginaria de Alfredo Pinto escuela de enfermería. El período marcó 1943-1956 es la gestión de su primer director enfermera MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. El estudio hace que sea posible conocer los signos lucían por la institución y se adhiere a los estudios sobre la imagen pública de la enfermera llevado a cabo por investigadores de la enfermería nacional e internacional. Signos agregados a el director en su gestión se describen y analizan en las 28 fotografías seleccionadas para este fin. Por lo tanto, se puede ver el escenarios, el vestuario y le gestual ritualizados, em lós símbolos y estrategias emprendidas para la construcción de la firma imagética, entendido como elementos agregadores en el campo de la cultura visual de la enfermería y crucial para la construcción de su firma imagética.

Palabras-clave: Historia de la enfermería. Cultura visual. Semiótica. Memoria. Archivología.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mesa da Assembleia Constituinte de 18 de setembro de 1946	34
Figura 2 –	Reprodução de Hercule Florence - A descoberta isolada 1837	54
Figura 3 –	Fachada da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto	84
Figura 4 –	Complexo do Hospício Pedro II – primeiro pavimento	85
Figura 5 –	Pátio da EEAP – Casa Antiga - Antigo Pavilhão Bourneville	89
Figura 6 –	Modelo de uniforme da EEAP	91
Figura 7 –	Touca da EEAP	92
Figura 8 –	Touca da Diretora Maria de Castro Pamphiro	93
Figura 9 –	Listagem de frequência do MES – DNMS	93
Figura 10 –	Insígnia de acadêmico	95
Figura 11 –	Insígnia de diplomado	96
Figura 12 –	Lanterna de Florence Nightingale	97
Figura 13 –	Lucerna de cerâmica do tipo romano	98
Figura 14 –	Bandeira da EEAP	174
Figura 15 –	Lâmpada da EEAP	174

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Dormitório da EEAP - Pavilhão Bourneville, 1956 (anverso/verso)	105
Fotografia 2 -	Sala de Visitas da EEAP - Pavilhão Bourneville s/d	108
Fotografia 3 -	Refeitório – Pavilhão Bourneville, 1956 (anverso/verso)	109
Fotografia 4 -	Sala de estudos – Pavilhão Bourneville (anverso/verso)	111
Fotografia 5 -	Setor de Saúde – Pavilhão Bourneville, 1956 - Laboratório de Assistência aos Alunos (anverso/verso)	113
Fotografia 6 -	Laboratório de Ensino de Dietética Pavilhão Bourneville, 1945 (anverso/verso)	115
Fotografia 7 -	Aula de dietética – 1956 Pavilhão Bourneville (anverso/verso)	117
Fotografia 8 -	Aula de anatomia – 1952 - Pavilhão Bourneville	118
Fotografia 9 -	Visitas recebidas pela EEAP – 1954	125
Fotografia 10 -	Visitas realizadas – Corcovado - 1956 (anverso/verso)	128
Fotografia 11 -	Saído do ônibus da EEAP – 1956	129
Fotografia 12 -	Exposição de fotografias – 1956	130
Fotografia 13 -	Exposição da EEAP – 1956	132
Fotografia 14 -	Exposição da EEAP- 1956	133
Fotografia 15 -	Natal – 1947	135
Fotografia 16 -	A visita da pastoral – 1947 (anverso/verso)	136
Fotografia 17 -	Festa Junina (anverso/verso)	138
Fotografia 18 -	Encontro informal – 1945 (anverso/verso)	139
Fotografia 19 -	Pátio da antiga casa de Juliano Moreira – 1943	141
Fotografia 20 -	A Páscoa – 1954 (anverso/verso)	142
Fotografia 21 -	Turma da Formatura – 1956	151
Fotografia 22 -	Formatura da Turma de 1950 (anverso/verso)	152
Fotografia 23 -	Passagem da Lâmpada – 1950	154
Fotografia 24 -	Pose formal – 1952 (anverso/verso)	157
Fotografia 25 -	Missa de Ação de Graças – 1950	162
Fotografia 26 -	Alunas da turma de 1953 (anverso/verso)	164
Fotografia 27 -	Missa em Ação de Graças – 1946 (anverso/verso)	166
Fotografia 28 -	Terceira turma de Auxiliares de Enfermagem – 1954 (anverso/verso)	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Seções e Temas	67
Quadro 2 – Dimensões e Tamanhos das Fotografias	71
Quadro 3 – Linha Histórica	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Sobre a autoria das imagens	68
Tabela 2 –	Tipo de Foto – instantânea ou posada	69
Tabela 3 –	Geometria das fotos analisadas	70
Tabela 4 –	Geometria, direção e sentido das fotos analisadas	70
Tabela 5 –	Dimensão das imagens por seção	72
Tabela 6 –	Plano	72
Tabela 7 –	Nitidez – Foco	73
Tabela 8 –	Nitidez – impressão visual	73
Tabela 9 –	Nitidez – iluminação	74
Tabela 10 –	Locais e lugares – exterior/interior	75
Tabela 11 –	Espaço de figuração	76
Tabela 12 –	Figuras mais retratadas	76
Tabela 13 –	Atributos retratados	77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Arquivo Central
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CEFETSC	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CORREIOS	Empresa de Correio e Telégrafo Brasileiro
DNE	Departamento Nacional de Educação
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
DNME	Departamento Nacional de Medicina Experimental
EEAN	Escola de Enfermagem Ana Nery
EPEA	Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto
EEAP	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
EPEE	Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras
FEFIEG	Federação das Escolas Federais Isoladas
HNA	Hospital Nacional de Alienados
LACENF	Laboratório de Abordagens Científicas em História da Enfermagem
LACUIDEM	Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem
LAPHE	Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem
MESP	Ministério dos Negócios e da Educação e Saúde Pública
MUNEAN	Museu Nacional de Enfermagem Ana Nery
PPGENFBIO	Programa de Pós-Graduação Doutorado em Biociências e Enfermagem
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SNDM	Serviço Nacional de Doenças Mentais
UAPS/EEAP	Unidade de Arquivo e Protocolo do Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1.1 Motivações	16
1.2 Historiografia institucional	18
1.3 Objeto de estudo	26
1.4 Hipótese	27
1.5 Objetivos	27
1.6 Relevância	27
SEÇÃO 2 – OPERAÇÃO METODOLÓGICA	36
2.1 Tipo de estudo	36
2.2 Estratégia de análise	38
2.2.1 Matriz de análise	38
2.3 Documento histórico: semiótica e fotografia	41
2.4 Conceitos de base	55
2.5 Aspectos legais	61
SEÇÃO 3 - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA MATRIZ DE ANÁLISE	66
3.1 Introdução	66
3.2 Análise e espaços representados nas fotografias	67
3.2.1 Dados de identificação	67
3.2.2 Dados complementares	67
3.2.3 Dados do plano de expressão	68
3.3 Dados do plano de conteúdo	74
3.4 Síntese dos dados	77
SEÇÃO 4 - CENÁRIO DO DISTRITO FEDERAL E A EEAP (1940-1950)	82
4.1 Introdução	82
4.2 EEAP do Engenho de Dentro à Praia Vermelha	82
4.3 Idealização da aparência visual nos corpos	89
4.4 Espaços da EEAP e a visualidade nos corpos	99
4.4.1 Internato	101
4.4.2 Dormitório	104
4.4.3 Sala de visitas	107
4.4.4 Sala de refeições	108

4.4.5 Laboratórios	113
4.4.5.1 Laboratório de assistência aos alunos	113
4.4.6 Laboratório de dietética	114
4.5 Síntese da seção	118
SEÇÃO 5 - CAPITALIZAÇÃO CULTURAL NA VISUALIZAÇÃO DAS APARÊNCIAS	120
5.1 Introdução	120
5.2 Visitas recebidas pela EEAP	124
5.3 Visitas realizadas pela EEAP	127
5.3.1 Visita ao Corcovado	127
5.4 Exposição da EEAP	130
5.5 A presença da religião católica	133
5.5.1 O Natal	135
5.5.2 A visita da pastoral	136
5.5.3 A festa junina	137
5.6 Síntese da seção	142
SEÇÃO 6 – NARRATIVA RITUALÍSTICA	144
6.1 Introdução	144
6.2 Ritos Institucionais	144
6.2.1 Imposição da touca e insígnia	145
6.2.2 Ritos de formatura	148
6.2.3 Missa em Ação de Graças	160
6.3 A assinatura imagética	160
6.3.1 Introdução	169
6.3.2 O uniforme	170
6.3.3 A insígnia	172
6.3.4 A Bandeira da EEAP	173
6.3.5 A Lâmpada	174
6.4 Síntese da seção	175
SECAO 7 - CONSIDERACOES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE – Linha histórica	190
ANEXO - A vida doméstica – fevereiro 1948	193

SEÇÃO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Motivações

Como docente da Escola de Arquivologia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), houve uma aproximação entre o Arquivo Central (AC), órgão suplementar da UNIRIO, no momento em que se exerceu a direção deste, e o Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem (LAPHE), que resultou na elaboração de projetos institucionais com o objetivo de traçar uma política de preservação do acervo da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP).

A finalidade era disponibilizar-se para a pesquisa, por meio da descrição e análise, aqueles documentos de valor histórico ou permanente¹, da Unidade de Arquivo e Protocolo do Arquivo Setorial (UAPS/EEAP) que resultam no patrimônio documental da escola porque são considerados imprescritíveis e inalienáveis.

A Resolução UNIRIO nº 2.631, de 18 de outubro de 2005, que dispôs sobre o desmembramento do Arquivo Setorial do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde criou o Arquivo Setorial da Enfermagem denominado de Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial Maria de Castro Pamphiro.

Deste modo, tomou-se contato com a documentação do referido acervo, ensejando o interesse no estudo sobre a trajetória centenária da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, marcando-se a passagem de sua primeira Diretora enfermeira, Maria de Castro Pamphiro, evidenciando-se suas lutas empreendidas no bojo da reformulação da Escola.

Ademais, o estudo possibilita ampliar o conhecimento sobre os signos articulados ao campo acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), presentes nas imagens fotográficas do acervo iconográfico² do Arquivo Setorial que recebeu seu nome em homenagem ao seu percurso, e que contribuíram sobremaneira para revelar os hábitos, a ideologia, e a identidade da trajetória que atravessa mais de um século de tradição e cultura.

¹ “Valor probatório ou informativo que justifica a guarda permanente de um documento de arquivo, também chamado valor arquivístico ou valor histórico”. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.171).

² “Gênero documental integrado por documentos que contém imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras”. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 76).

Desta forma, buscou-se responder sobre a relevância da gestão da Diretora da Escola de Enfermagem mais antiga do Brasil (1890) que acumulou, ao longo de sua caminhada, um grande acervo de documentos textuais e imagéticos, que serviram de fonte para os inúmeros trabalhos que vem sendo publicados pelos grupos de pesquisa do Laboratório de História da Enfermagem (LAPHE), Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem (LACENF) e Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem (LACUIDEN) tais como as teses, as dissertações, os artigos, os capítulos de livros e os *papers*.

Sobre a massa documental do acervo da Escola cumpre apontar que o trabalho de organização do arquivo foi iniciado, estrategicamente, na gestão daquela Diretora que lhe deu o nome, aspecto que o professor e pesquisador do LAPHE/LACENF/LACUIDEN, Wellington Amorim (2004) ressaltou em sua tese “A Reconfiguração da Primeira Escola de Enfermagem Brasileira: a missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949”.

Para este pesquisador a organização do arquivo escolar iniciado na gestão da Diretora, incluindo a antiga seção feminina de Engenho de Dentro, foi “uma estratégia importante para legitimar a Escola e afirmar-se uma nova identidade” (AMORIM, 2004, p. 177).

Desta forma no período de 1943 a 1952, contabilizou-se a organização de oitocentos históricos escolares emitidos para fins de registro de diplomas (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1955).

Com relação aos dossiês de alunos, no ofício nº 212, datado de 27 de maio de 1955, a diretora relata para o diretor do Ensino Superior sobre a remessa de um histórico escolar de uma aluna, o fato de ter sido feito com “os únicos elementos existentes nos assentamentos escolares” ressentindo-se da escassez dos dados individuais dos ex-alunos diplomados até 1942 (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1955, p. 23).

E assim, além dos benefícios administrativos que Maria de Castro Pamphiro mencionou em seus relatórios anuais, com a organização do arquivo, inferiu-se que ela teve a intenção de preservar a memória³ da Escola, o que permitiu, a qualquer tempo, reexaminar a história, entendida pelo historiador (1984), como o passado coletivo dos grupos.

³ A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável (LE GOFF, 1984). E a outra forma de memória é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. Neste tipo de documento, a escrita tem duas funções principais: uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro; a outra, ao assegurar a passagem da esfera auditiva à esfera visual, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas (LE GOFF, 1984).

Desta forma, a Diretora administrou e manteve o controle de ofícios, memorandos, circulares, processos, telegramas e cartas e da expedição de diplomas e certificados, além dos livros de registro de frequência às aulas, estágios e a entrada e saída de medicamentos na Escola, contabilizados em seus relatórios anuais.

Relativamente aos aspectos simbólicos, tais como a instituição de prêmios, uniformes, insígnias e diplomas, buscava a Diretora manter “boas relações com as escolas católicas” e realizava cerimônias religiosas comemorativas da Semana da Eucaristia, Páscoa e Natal, acentuando a “importância simbólica do evento para marcar a posição da EEAP no campo da psiquiatria” (AMORIM, 2004, p. 177).

1.2 Historiografia institucional

A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP) foi criada pelo Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890, anexa ao Hospício Nacional de Alienados, anteriormente denominado Hospício Pedro II, criado pelo Decreto nº 82, de 18 de junho de 1841, e “improvisado na Chácara do Vigário Geral, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, na Praia da Saudade, hoje Praia Vermelha”, conforme relata Zélia Senna Costa, Diretora da Escola no período de 1976-1988 (COSTA, 1984, p. 5).

Da instalação de uma enfermaria para atender aos doentes mentais surgiu a ideia da construção do edifício do Hospício Nacional de Alienados. Para melhor compreensão da evolução da linha histórica da EEAP, elaborou-se o Quadro 3 - Linha Histórica, p. 197.

Naquele momento, o diretor do Hospício Pedro II, médico Nuno de Andrade, queria separar o hospício da Santa Casa da Misericórdia, alegando que as atribuições das religiosas, que detinham regimentalmente a direção da instituição, confrontavam sua autoridade, segundo afirma o pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 17).

Em sua tese de doutorado intitulada “Gênero e enfermagem: reafirmação de papéis sociais na Seção Feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1920-1921)” Espírito Santo (2012) baseou-se nas relações sociais de sexo como estratégia para a instalação de um modelo profissional de assistência em prol do desenvolvimento da enfermagem brasileira.

Neste trabalho, destacou que o interesse maior dos médicos alienistas estava na apropriação dos “mecanismos de controle social para afirmar-se como especialidade médica” (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 17). Além do fato de que a instituição deveria ser vista como “um espaço de saber e de controle, fazendo-se necessário ser laicizada, a exemplo do que foi realizado na França no século XIX” (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 17).

Para a pesquisadora membro do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (LAPHE), Almerinda Moreira, em sua Dissertação de Mestrado intitulada Escola de Enfermagem 100 anos de História, a Escola que foi criada pelo decreto mencionado anteriormente, que “instituiu e oficializou o Ensino de Enfermagem no Brasil” (MOREIRA, 1990, p. 42), já que se fazia sentir a necessidade de suprir mão de obra, considerado um problema complexo, e que se agravou com a saída das religiosas do Hospício Nacional de Alienados (HNA). Além disso, resolvia-se, também, a questão feminina da dificuldade de se profissionalizar.

No entanto, sobre a profissionalização feminina, o pesquisador Espírito Santo (2012), na leitura da seção de sua tese, em que faz uma retrospectiva da educação feminina na Primeira República, deixou claro, o fato de que a luta da profissionalização pretendida era específica de uma determinada parcela da sociedade, já que as mulheres de classes mais pobres sempre trabalharam e não estavam em busca da profissionalização naquele momento. O que se pretendeu antes foi empreender a luta para entrar no mundo da educação.

O melhor exemplo recai sobre as enfermeiras que se tornaram professoras, onde antes ministravam aulas os médicos, explicação que pode ser compreendida no contexto republicano que “articulava as mulheres a determinadas vocações” (ESPÍRITO SANTO, 2012, p.115) e, também, ao processo de “feminização da profissionalização da Enfermagem” (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 115) que “surgiu como resultado de um objetivo governamental de inserir a mulher em um determinado tipo de trabalho, entendido como ideal para elas [...]”.

Moreira (1990, p. 43) destacou que o Decreto nº 791/1890 nada falava sobre a direção da escola “dando margem ao diretor do Hospício Nacional de Alienados tornar-se o seu diretor natural”. Seu trabalho foi um estudo sobre a criação, estruturação, desenvolvimento e trajetória da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), atual EEAP na horizontalidade de 100 anos.

No entanto, embora seja considerada a escola de enfermagem mais antiga do Brasil e aquela que instituiu e oficializou o ensino de enfermagem no país a partir de 1890, além de ter sido o palco da luta pela educação e profissionalização da enfermagem, foi durante muito

tempo deixada à margem pelos interesses políticos e educacionais pela concorrência entre as instituições de ensino de enfermagem⁴.

Tal fato ficou claro na declaração feita por Jane A. Jackson, no Primeiro Congresso Internacional de Enfermeiras, em 1901, realizado em *Bufalo*, Estados Unidos da América do Norte (EUA), porque afirmou que “não havia escola para treinamento de enfermeiros no Brasil e que o cuidado dos pacientes no hospital de doentes mentais estava entregue às irmãs de francesas” (COSTA, 1984, p. 2).

As irmãs francesas a quem ela se referiu não eram irmãs de caridade, na verdade, eram, segundo Espírito Santo, “enfermeiras francesas não religiosas que vieram do Hospital *Salpêtrière*” (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 19), de Paris, para substituir as irmãs de caridade.

O diretor Teixeira Brandão propôs o fortalecimento do hospício e corroborou com as ideias da época de que o tratamento dos alienados era uma questão social de segurança pública e, por este motivo, o tratamento não deveria ser responsabilidade de religiosas. Deste modo, menos de um ano depois, as religiosas deixaram a instituição, resultando numa crise institucional por falta de recursos humanos.

Tal fato culminou com a necessidade de contratar enfermeiras francesas para trabalharem no Hospital Nacional de Alienados (HNA), bem como a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), para tratar da formação de enfermeiros (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Wellington Amorim (2004) realizou um estudo histórico-social buscando descrever as circunstâncias da reconfiguração da EPEE e o impacto na educação do profissional da enfermagem, e também analisando as relações de poder na triangulação que envolveu os médicos psiquiatras e sanitaristas e as enfermeiras diplomadas.

Além disso, Amorim também discutiu sobre o sexo na enfermagem e destacou que no bojo do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, deviam inscrever-se como candidatas as “moças de formação e família” (AMORIM, 2004, p. 44), excluindo-se desse universo a “figura masculina do enfermeiro, possivelmente pelos receios das enfermeiras com a hierarquia do campo” (AMORIM, 2004, p. 45)⁵.

Este Decreto que regulamentou a profissão da enfermagem no Brasil fixou as condições para a equiparação das escolas de enfermagem tornando a Escola de Enfermagem Anna Nery “escola padrão” para efeito de reconhecimento das demais escolas (AMORIM, 2004, p. 44).

⁴ Para saber mais, recomenda-se leitura de Moreira (2003) e Porto (2007).

⁵ Para se saber mais sobre a exclusão do masculino na enfermagem, recomenda-se Porto (2016).

O perfil que se exigia das enfermeiras foi descrito de forma pormenorizada em vários trabalhos⁶ como já se destacou, e o motivo deste interesse deveu-se ao fato de que nele está embutido o que Pierre Bourdieu⁷ (1930-2002), sociólogo francês, convencionou chamar “violência simbólica”, conceito que será utilizado adiante e que envolve um processo de imposição de um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2001, p. 14), ou seja, resulta numa tensão entre dominantes e dominados.

Em síntese, o modo de ser das enfermeiras do fim do século XIX, segundo descreveu Amorim, devia ter as seguintes características: ser subserviente e submissa, e limitar-se ao papel de auxiliar do médico, portanto uma pessoa sem iniciativa, ou seja, não podia substituí-lo, além de possuir os requisitos básicos para ser enfermeira, exigidos por Juliano Moreira, dentre os quais se destacaram exatidão, prontidão de espírito e domínio de si mesma (AMORIM, 200).

Na perspectiva de Moreira os médicos sentiam a necessidade de contar com “dóceis auxiliares para que os seus princípios e regras fossem aceitos sem contestações” (MOREIRA, 2003, p. 169); na perspectiva de Espírito Santo, o perfil da enfermeira foi descrito como o de “cuidadora impregnada de princípios de higiene e cumpridora das tarefas determinadas pelo médico” (ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 67) além de ter formação leiga.

Deste modo, e com inscrições abertas para as pessoas que tinham esse perfil, a instalação da Escola tornou-se realidade, quando foi reinaugurada em 16 de fevereiro de 1905, embora não houvesse grandes transformações no ensino da enfermagem, já que a teoria era ensinada pelos médicos, tendo sido nomeado para diretor o médico Antônio Fernandes Figueira (MOREIRA, 1990).

Porto e Santos (2009), em seu artigo “O rito e os emblemas na formatura das enfermeiras brasileiras no Distrito Federal”, afirmaram que a primeira formatura de enfermeiros ocorreu no ano de 1906, pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados (PORTO; SANTOS, 2009, p. 250).

⁶ Para maior aprofundamento, recomenda-se os artigos de Oliveira Neto, Porto e Aguiar (2012), “Aplicação da semiótica na análise de fac-símiles: pesquisa documental”, Peres e Barreira (2003) “Significado dos uniformes de enfermeira nos primórdios da enfermagem moderna. Escola Anna Nery de Enfermagem” e na tese de Amorim (2004) intitulada de “A reconfiguração da primeira Escola de Enfermagem brasileira: a missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949”.

⁷ Pierre Bourdieu, sociólogo francês, nasceu na região de *Béarn*, em 1930 e morreu em Paris, em 2002. Foi professor universitário do *College de France*, diretor da revista *Actes de La Recherche em Sciences Sociales* e diretor da *École des Hautes Études em Sciences Socialies*. Suas análises estão baseadas em jogos de força que se estabeleceram em grupos sociais na busca de poder.

Porto (2007) apresentou suas contribuições para o estabelecimento da história da enfermagem no Rio de Janeiro, ao analisar os ritos e a publicização das fotografias na institucionalização da imagem da enfermeira brasileira, em sua tese de doutorado, intitulada “Os ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada: o poder simbólico no click fotográfico (1919-1925)”, quando trabalhou com conceitos de Bourdieu ao criar a assinatura imagética, que se incorporou ao estudo como se verá adiante.

Após o período de Antonio Fernandes Figueira (1905-1900[?]), Diretor da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional de Alienados (EPEE), iniciou-se a direção do médico Juliano Moreira, que veio da Bahia para dirigir os Serviços Assistenciais a Alienados no Distrito Federal, e reorganizou o currículo da Escola de forma a ficar “mais adequado ao ensino da enfermagem no Brasil” (MOREIRA, 1990, p. 52).

Apesar dos esforços, o diretor informou no relatório anual do HNA, e encaminhado ao Ministro da Justiça e Negócios do Interior, em 1908, que a escola não podia funcionar naquele ano “porque o pessoal sobrecarregado de trabalho, obrigado à vigilância permanente de uma grande massa de pacientes não tinha tempo suficiente para frequentar com regularidade as aulas da mesma escola” (MOREIRA, 2003, p. 177).

No ano de 1913, Juliano Moreira comunicou via relatório ao Ministro da Justiça e Negócios de Interiores a reabertura da escola, apesar de não terem sido encontrados os registros dos diplomas e nem os prontuários dos alunos no período entre 1907 e 1920. Nos anos subsequentes até os anos 20, a Escola funcionou com dificuldades e intermitências (MOREIRA, 1990). Espírito Santo (2012) aponta que algumas das dificuldades eram relacionadas à baixa qualificação dos candidatos a alunos, inclusive tendo sido admitidas três alunas analfabetas.

Gustavo Koller Riedel (1921-1933), médico, foi o segundo diretor da Colônia do Engenho de Dentro, e criou o ambulatório Rivadávia Correa, anexo à Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto (EPEAP) (MOREIRA, 2003). Sucedeu-o João de Mello Mattos (1923-1943), que participou desde 1903 como secretário escolar e professor, e assumiu a direção alertando sobre a difícil fase por que passava a Escola, já que não tinha instalação, recursos e localização adequados (MOREIRA, 1990)⁸.

O período proposto, neste estudo, trata-se de 1943-1956, demarcado por ser Maria de Castro Pamphiro a primeira Diretora enfermeira da instituição, após 52 anos de direção

⁸ Para se saber mais, recomenda-se o artigo de Moreira, Porto e Oguisso (2002), Registros Noticiosos sobre a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras na Revista O Brasil-Médico”, 1890-1922.

exercida pelos médicos: Carlos Teixeira Brandão (1890-190?), Antonio Fernandes Figueira (1905-190?) e João de Mello Mattos (1923-1943), que exerceu o cargo em gestão paralela a Gustavo Köhler Riedel (1921-1933).

Maria de Castro Pamphiro (1903-1984) era natural de Valença, Rio de Janeiro. Em seu formulário de inscrição para a Escola Preparatória de *Nurses* de S. Francisco de Assis⁹, ao ser solicitada a descrever em 50 palavras as suas ideias sobre “a obra da *nurse* e o objetivo da profissão e porque se decidiu à arte de *nurse*”, respondeu que

A obra da enfermeira é ao meu parecer uma obra de piedade na qual a mulher desempenha o mais nobre e bello mister. Cuidar dos doentes, dar-lhes alívio e consolo até o fim de sua profissão. Por ser uma arte humanitária aprecio-a muito e desejo dedicar-me a ela (ESCOLA ANA NERY, [19--?]).

Por estas palavras, e também por suas ações ao longo de sua vida dedicada ao cuidado aos pacientes e ao ensino da enfermagem, pode-se ter uma ideia do grande apreço que teve pela profissão que escolheu. Formou-se com a primeira turma da Escola de Enfermeiras do (DNSP) atual Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), em 1925. Anos mais tarde, como mencionado, foi designada pela Diretora da EEAN, Lays Netto dos Reis (1894-1950), em 29 de dezembro de 1942, para assumir a direção da EEAP, o que ocorreu em fevereiro de 1943, deixando a direção em 10 de outubro de 1956 (AMORIM, 2004).

Examinando-se a documentação do Centro de Documentação da EEAN percebe-se que não consta no dossiê de Maria de Castro Pamphiro, ela como Diretora interina, cujo cargo exerceu após a morte inesperada de Raquel Haddock Lobo (1891-1933), primeira Diretora da EEAN. No entanto, na pasta da Diretora Rachel Haddock Lobo, no Centro de Documentação da EEAN encontra-se arquivado (caixa 13, ano 1931/1933, modulo G) o discurso de Diretora interina de Maria de Castro Pamphiro, datado de 17 de agosto de 1933, que na página 2 exaltou a necessidade de se exercer a enfermagem com “boa vontade”.

Assim, a importância do período assinalado justifica-se da seguinte forma, segundo Amorim (2004). Em primeiro lugar, porque após 53 anos de atividade, na disputa pelo poder, e interesses nos campos da psiquiatria e da enfermagem moderna, os médicos perderam o cargo de direção, que passou a ser ocupado por uma enfermeira diplomada, indicada pelo diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), que havia sido Diretora interina da Escola Ana Nery e, depois, porque modificou-se a finalidade da Escola que ia preparar profissionais

⁹ O formulário tinha esta denominação, mas a instituição foi denominada Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (1923-1931).

para todas as áreas da saúde e também enfermeiros com especialização em psiquiatria (AMORIM, 2004) e não enfermeiros auxiliares¹⁰.

Pode-se dizer, com base nos relatórios anuais da EEAP, consultados no Arquivo Setorial Maria de Castro Pamphiro, referentes aos anos de 1944 a 1956, que as preocupações latentes da Diretora versaram sobre os seguintes tópicos: registrar as finalidades e objetivos da escola, atividades do ano anterior, legislação, estrutura e posição hierárquica da escola, o espaço físico que ia conquistando, além de outras informações sobre o uniforme, insígnia, rituais institucionais, material, alunado e professores, verbas, gastos, e eventos, mantendo um padrão de elaboração tão detalhado, que permitiu acompanhar o desenvolvimento de sua gestão através de um discurso calcado na finalidade evidente de consolidar as posições que defendia. A indicação da Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, por Laís Netto dos Reys, teve a missão de reorganizar a EEAP (AMORIM, 2004).

Deste modo, Maria de Castro Pamphiro enfatizava nesses relatórios que a escola precisava preparar enfermeiros para os serviços sanitários e assistenciais e promover a especialização em serviços psiquiátricos (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

No mesmo Relatório Anual, declarou que sua preocupação primordial era sobre o espaço físico da Escola, e informou sobre a seção, pelo diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), Adauto Junqueira Botelho (1941-1954), do prédio nº 298 da Avenida Pasteur e de parte do Pavilhão Bourneville, que era dependência daquele prédio, mesmo apontando para o fato de estarem em precário estado de conservação para serem instalações do internato e salas de aula (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

A seguir, expôs, uma por uma, as qualidades da Escola, com o intuito de justificar o atendimento da reivindicação por “justiça e merecimento” que fez questão de evidenciar, já que a organização da escola tinha instalações para a prática do ensino tais como salas de demonstrações de enfermagem, internato, sala de dietética, biblioteca, laboratório, campo para educação física, salas de aulas, sala de costura, descanso, recreação, arquivo e museu de enfermagem; possuía hospitais do próprio SNDM, podia realizar estágios, tinha direção de enfermeira diplomada, corpo docente competente, corpo técnico de enfermagem para a instrução técnica, e era a única que possuía no Distrito Federal campo para prática de enfermagem psiquiátrica, curso de especialização e matrícula para alunos do sexo masculino,

¹⁰ Denominação adotada no Decreto nº 10.742/1942.

inclusive (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946).

Na concepção de Maria de Castro Pamphiro o espaço físico era uma questão crucial para fazer funcionar a EEAP de acordo com os padrões requeridos à época. Em seus relatórios ela gostava de destacar os espaços físicos conquistados e, sobretudo, deixava-se fotografar e ao seu grupo a fim de dar visibilidade sobre a maneira de atuar do grupo e legitimar seu modo de ver e ser vista. Dessa forma, queria marcar posições que ostentavam além da hierarquia, a atuação do grupo e suas práticas, o que tem muito a ver com os mecanismos de poder na sua gestão.

Além das atividades com as quais se empenhava na escola, ela tinha a preocupação de apresentar filmes que interessavam a seus alunos conforme revela o ofício nº 214, de 31 de maio de 1955, em que se dirigiu ao gerente de relações públicas da ExxonMobil ESSO, solicitando a remessa dos filmes, já que a escola contava também com um aparelho cinematográfico.

No ano de 1955, já no fim de sua gestão, encontraram-se ofícios em que pedia para publicar, sempre que possível, os avisos de inscrição para as matrículas de Curso de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem nos seguintes veículos, dentre muitos: Tribuna da Imprensa, O Brasil Médico, Folha Médica, Jornal do Brasil, O Globo, e das Rádios Ministério da Educação e Cultura, Nacional, Mayrink Veiga, Roquete Pinto, O Globo, Relógio Federal e Jornal do Brasil (ofícios sem números, datados de 05 de janeiro de 1955).

Em 6 de agosto de 1949, foi publicada a Lei nº 775¹¹, e no Artigo 5º da referida lei encontrou-se a exigência do certificado de conclusão do curso secundário para se fazer a matrícula. No artigo 20, ficou resolvido que “em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina, deverá haver a escola de enfermagem com os dois cursos de que trata o artigo primeiro”. No mesmo ano foi publicado o Decreto nº 27.426, de 14 de novembro de 1949, que a regulamentou a Lei 775/1949, tornando a EEAP “como as demais congêneres” nas palavras de Pamphiro, com o nome de Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (BRASIL, 1949). Tais instrumentos determinaram que a formação em enfermagem se fizesse por dois cursos, o de enfermeiros e o de auxiliares de enfermagem.

Nos relatórios seguintes não são encontrados destaques a relatar, seguindo a vida da Escola nos rumos dos esforços da Diretora. Desse modo, a primeira enfermeira Diretora da

¹¹ Lei nº 775/1949 – que dispõe sobre o ensino de enfermagem no Brasil um marco no ensino de enfermagem no país e encerrou a vigência do decreto 20109/1931 que concedia à EEAN o privilégio de constituir-se como padrão oficial para as demais escolas de enfermagem brasileira.

EEAP encerrou um ciclo de treze anos consecutivos de trabalho, sendo sucedida, em 17 de outubro de 1956, pela enfermeira Lidia das Dores Matta¹².

1.3 Objeto de estudo

O objeto de estudo desta pesquisa é a construção da assinatura imagética da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto na gestão da Diretora Maria de Castro Pamphiro (1943-1956).

Os rituais e os signos foram descritos e analisados tais como a indumentária, os emblemas, bandeiras e lâmpada entendidos como elementos simbólicos que permeiam a tradição da vida na Escola. Estes signos presentes são os rastros e vestígios deixados pela gestão da Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, que deverão ser entendidos como elementos simbólicos da assinatura imagética da Instituição de Ensino.

Com relação ao conceito de assinatura imagética forjado na já citada tese de Porto (2007), que mobilizou especial atenção, considerou-se como um conceito referencial para o desenvolvimento do presente trabalho. Destarte, partir do trabalho de Porto entendeu-se por assinatura imagética:

A expressão assinatura imagética corresponde às características simbólicas referentes a uma marca simbólica, permitindo sua distinção entre muitas. Neste sentido, a identidade da Enfermeira pode ser entendida como aquilo que identifica uma coisa, representa seus valores, sejam eles social e subjetivo, relacionados aos caracteres de qualidade quantidade, e na forma e conteúdo, constituindo seus atributos e realizações. A teorização da expressão cunhada – assinatura imagética – faz parte constitutiva da identidade da Enfermeira, por meio do campo visual, adornada pelos atributos pessoais ostentados por ela (PORTO; NETO, 2014, p. 202).

Este conceito foi desenvolvido e aplicado em alguns estudos do grupo de pesquisa LACUIDEN, da EEAP, dentre outros extrainstitucionais¹³.

Deste modo, o objeto de estudo foi articulado de forma pertinente ao contexto do pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, que forneceu os recursos sociais e culturais para validar o empenho da Diretora nas instâncias de atuação, bem como entender a concepção da assinatura imagética que estava sendo alinhavada naquele momento.

¹² Lidia das Dores Matta sucedeu, formou-e na Escola de Enfermagem da USP e sucedeu a Diretora Maria de Castro Pamphiro no período de 1957-1960.

¹³ Ver, por exemplo, a tese de doutoramento de Ricardo José Oliveira Mouta (2014) intitulada A criação da Associação Brasileira de Obstetizes e Enfermeiros Obstetras (ABENFO) e sua participação no movimento de humanização do parto e nascimento (1989-2002).

1.4 Hipótese

Na esteira dos acontecimentos e das condições motivacionais, e mediante ao quantitativo de imagens encontrado no Arquivo Setorial Maria de Castro Pamphiro referente à gestão da primeira Diretora enfermeira, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e, também considerando seus méritos quando agregou signos, entendeu-se que era uma possibilidade de se investigar a construção da assinatura imagética da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, tendo por hipótese:

Os signos agregados na gestão de ensino da primeira Diretora Enfermeira Maria de Castro Pamphiro foram elementos simbólicos determinantes, na perspectiva da cultura visual, para a construção da assinatura imagética da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP).

1.5 Objetivos

Isto posto, tem-se por objetivos:

- a) Descrever os elementos simbólicos agregados na gestão de Maria de Castro Pamphiro;
- b) Analisar o significado semiótico dos signos nos cenários e ritualização da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP);
- c) Discutir os efeitos simbólicos das estratégias ritualísticas empreendidas para a construção da assinatura imagética da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP) como elementos agregadores e determinantes no campo da cultura visual da Enfermagem.

1.6 Relevância

O estudo possibilita conhecer mais sobre os signos ostentados pelos formados da Instituição de Ensino e adere aos estudos sobre a imagem pública da enfermeira realizada pelos pesquisadores sobre a História da Enfermagem nacional e internacional. Pensar, nesta

perspectiva, é também se articular esta pesquisa para além da área do conhecimento da Enfermagem, ou seja, da Cultura Visual.

Desta forma, pode-se vincular o pensamento dos historiadores da Cultura Visual ao presente estudo exatamente porque eles tratam as imagens como “evidência histórica”, muito embora a leitura das imagens seja ambígua, e elas possam ser “adaptadas para uso em um ambiente diferente do que foi inicialmente idealizado” (BURKE, 2004, prefácio i). Assim, ele enfatiza o uso de imagens evidenciando-as como fonte histórica, e ressalta que elas não são apenas imagens admitindo que os historiadores eram “visualmente analfabetos” (BURKE, 2004, p. 12).

O autor observou, no entanto, que pinturas, esculturas, desenhos e tapeçarias já haviam sido usados por alguns poucos historiadores que podiam ler naqueles artefatos a “história das práticas, das artes e das nações”, bem como o historiador cultural Jacob Burckhardt (1818-1897) declarou que os objetos eram “testemunhas de etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano” (BURKE, 2004, p. 12-13), já que através desses objetos seria possível conhecer o pensamento de uma determinada época.

Quanto às fotografias, entende-se, por ora, que existe nelas “a tentativa de surpreender a vida em movimento” e que as fontes visuais devem ser tratadas como “evidência de sensibilidade e vida” (BURKE, 2004, p. 14-15) e, por este motivo, são consideradas documentos de arquivo.

Desta forma, a relevância do tema proposto reside no fato de que os documentos de arquivo resultam sempre do esforço de grupos ou instituições para imporem uma determinada imagem de si próprias e das relações de poder que se travam a partir destas tensões.

A EEAP apresenta uma necessidade de difundir e ratificar os ritos a fim de legitimar sua identidade, por meio de seu passado e suas práticas profissionais, haja vista que mantém e explora o acervo expressivo de imagens fotográficas acumuladas ao longo de sua trajetória.

Sobre sua trajetória, convém lembrar que a atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, criada no ano de 1890, foi o marco nacional para a força de trabalho no ramo da enfermagem brasileira e atravessou diversos processos políticos e constitucionais durante suas lutas e conquistas.

Para compreender os momentos vivenciados no cenário do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, pela Escola, não se pode deixar de se articular ao estudo os governos e intelectuais que moldaram as políticas no âmbito da educação, da saúde e, principalmente, dos direitos da mulher, e as Constituições que criavam novas bases para os regimes vigentes e desenharam a vida dos cidadãos, seus direitos e deveres.

Destarte, além de Getúlio Dornelles Vargas, no período da gestão de Maria de Castro Pamphiro (1943-1956), assumiram a presidência do Brasil, José Linhares - 1945-1946 e Eurico Gaspar Dutra - 1946-1951; em 1951 ocorreu o retorno de Vargas que permanece no poder até 1954, sucedendo-lhe, após suicídio, Café Filho, de 1954 a 1955, Carlos Luz, que foi interino, em novembro de 1955, Nereu Ramos, de 1955 a 1956 e, por fim, Juscelino Kubitschek que governou de janeiro de 1956 a janeiro de 1961.

No bojo dessa conjuntura, convém fazer-se menção às Constituições dos Estados Unidos do Brasil do período republicano de 1891, 1934, 1937 e 1946, tendo em vista apontar as propostas relacionadas à educação e saúde, e aos direitos da mulher, para se entender os avanços e seus impactos na vida da EEAP.

Destaca-se que, com o fim da monarquia em 1889¹⁴, por meio do Decreto nº 1, de 15 de novembro, o Brasil se proclamava uma república federativa. Iniciava-se o período que se convencionou chamar de Primeira República ou República Velha (1890-1930), que se estendeu até a “Revolução de 1930”¹⁵ quando foi deposto, através do golpe de estado, o presidente eleito, Julio Prestes.

A partir de 1930 assumiu a presidência Getúlio Vargas que governou por dois períodos, sendo que o primeiro abrangeu três fases: de 1930 a 1934, como chefe do governo provisório, de 1934 a 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, e de 1937 a 1945, durante o período conhecido como Estado Novo. O segundo período foi de 1951 a 1954.

A primeira Constituição Republicana, influenciada pelo espírito da doutrina positivista¹⁶ (ARON, 1999) foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Para este estudo,

¹⁴ D. Pedro II deixa o país junto com a família imperial, a 17 de setembro de 1889, a bordo do Alagoas segundo o historiador J. Pandiá Calógeras, em seu livro Formação Histórica do Brasil (Calógeras, 1957, p. 399).

¹⁵ Foi um movimento armado liderado por Getúlio Vargas, que se iniciou em 3 de outubro de 1930, para derrubar o governo de Washington Luis e impedir a posse do presidente eleito Julio Prestes. Vargas assume o cargo de Presidente Provisório em 3 de novembro do mesmo ano (cpdoc.fgv.br/revolução1930/acervo).

¹⁶ A doutrina positivista foi sistematizada pelo francês Auguste Comte (1798-1857) e introduzida nas instituições brasileiras dentre as quais se destacam a Escola Militar do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) etc. O termo foi adotado por Augusto Comte e passou a designar uma grande corrente filosófica na segunda metade do século XIX. A característica do Positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral e única religião possível. Para Raymond Aron (1905-1983), filósofo e sociólogo francês, “a sociedade que nasce é científica, no sentido que a sociedade que morre era teológica: o modo de pensar dos tempos passados era o dos teólogos e sacerdotes. Os cientistas substituem os sacerdotes e teólogos como a categoria social que dá base intelectual e moral da ordem social [...]. A partir do momento que o homem pensa cientificamente a atividade principal das coletividades deixa de ser a guerra de homens contra homens para se transformar na luta dos homens contra a natureza, ou na exploração racional dos recursos naturais”. A orientação geral do pensamento está na contradição entre dois tipos sociais que, segundo ele só pode ser resolvida pelo triunfo do tipo social que chama de científico e industrial (ARON, 1999, p. 65-67).

destacou-se a importância que teve a determinação, nesta Constituição, da separação da Igreja do Estado, tornando o ensino leigo nas escolas públicas.

Além disso, cabe ressaltar que, naquele momento, o voto era somente permitido para quem “sabia ler e escrever e gozava dos direitos civis e políticos” (CALÓGERAS, 1957, p. 408), portanto, possivelmente, este foi o motivo determinante que impediu as mulheres de ganharem o direito de votar.

Neste sentido, os pesquisadores Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira, professores do programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, em seu texto *Modernização políticas públicas e sistema de gêneros no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940* (2006) afirmam que a “constituição republicana, ao separar a igreja do estado, permitiu que a educação laica ampliasse a rede pública de escolas primárias mistas impulsionando educação feminina” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 236).

Tal fato ocorreu porque, segundo os autores, o ensino secundário para a educação das mulheres era, ainda, ministrado por escolas privadas católicas, favorecendo os princípios morais e religiosos em detrimento da transmissão de conhecimento científico, principalmente em relação à família, situação esta que se modificou com o entendimento que o Estado fez de que a mulher era uma força de trabalho necessária, portanto, devia-se redefinir a sua função, saindo do lar para receber treinamento e educação.

Vale destacar que na Constituição de 1891 não aparecem as palavras “educação” e “saúde”, e a palavra “ensino” aparece no capítulo quarto, artigo 35, item terceiro da seguinte forma: “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados”. Possivelmente pode ter-se ampliado o processo de educação feminina formal a partir dessa determinação.

A Constituição de 16 de julho de 1934¹⁷ foi promulgada durante o primeiro governo Vargas, e instituiu a “educação como um direito de todos” conforme o Art. 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1939, p. 138)¹⁸.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

¹⁸ Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Azevedo e Ferreira (2006) assinalam que se deve compreender as políticas de educação da era Vargas (1930-1945) de maneira a considerar-se que elas são parte de um conjunto de políticas sociais voltadas para a reorganização do trabalho, da família, da educação e da saúde. Assim, consideram que a “escolarização e a profissionalização feminina adquirem contornos que extrapolam a esfera restrita da educação escolar para se inscrever na dinâmica das mudanças sócio culturais” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 239).

Podem-se apontar alguns bons exemplos destas dinâmicas, que particularmente favoreceram as mulheres, especialmente em consonância com a Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil de 1934, como, por exemplo, o fato de se reconhecerem a atuação dos sindicatos e associações profissionais, de se obrigarem empresas agrícolas ou industriais, situadas fora dos centros escolares, proporcionarem ensino primário gratuito, além de se obrigarem o Estado e a União a assumirem a competência para cuidar da saúde e assistência pública e, principalmente, das mulheres por se tornarem eleitoras e elegíveis.

Michelle Perrot, historiadora da Universidade de Paris VII, ratificou a ideia de que o “sindicalismo foi uma dinâmica que favoreceu as mulheres” (PERROT, 2016, p. 148) e, em muitos países, elas se sindicalizaram antes mesmo de terem direito a voto. Como se viu, a Constituição de 1934 em muito permitiu o avanço das conquistas femininas.

A Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, conhecida como “a polaca”, pois tinha inspiração na constituição autoritária polonesa, foi firmada no Estado Novo, por Getúlio Vargas, que assim consolida seu governo ditatorial que começou como sendo “provisório”, em 1930. Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, foi eleita uma constituinte para elaborar uma nova carta aprovada em 1946¹⁹.

A Constituição de 1937, embora tenha concentrado os poderes nas mãos dos chefes de Estado, incentivou as artes, a ciência e o ensino, tomando o governo para si a tarefa de estimular e favorecer as instituições artísticas, científicas e de ensino. Tratou da infância e da juventude, pretendendo garantir educação adequada para todos, de acordo com aptidões e tendências vocacionais. Surgiram os institutos de ensino profissional subsidiados pelo Estado assim como se criaram, na esfera de suas atividades, escolas de aprendizes destinadas a filhos de operários.

O ensino primário tornou-se obrigatório e gratuito; instituiu-se a educação física, o ensino cívico e os trabalhos manuais obrigatórios nas escolas primárias, normais e

¹⁹ Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>>.

Acesso em: 03 jan. 2017.

secundárias. O Estado preocupou-se em organizar a juventude promovendo a disciplina moral e o adestramento físico de maneira a preparar os jovens ao cumprimento do dever.

O ensino religioso não era obrigatório e nem a frequência dos alunos, mas poderia ser ministrado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Os monumentos históricos passaram a gozar de proteção, e crimes contra eles eram equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Com relação à educação, as constituições de 1934 e 1937 estabeleceram competência privativa à União para tratar das diretrizes de educação nacional. Em 16 de fevereiro de 1937, foi instalado o Conselho Nacional de Educação, presidido por Gustavo Capanema, que seria nomeado para o Ministério dos Negócios e da Educação e Saúde Pública (MESP), e deveria apresentar o resultado em 90 dias. No mesmo ano foi encaminhado o anteprojeto para a câmara dos deputados. O projeto foi criticado por Bomeny, socióloga e professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como sendo “um projeto de dimensões gigantescas, sem considerar a complexidade e a diversidade do país e, especialmente, as limitações de autoridade legal” (BOMENY, 1994, p.135).

Como se viu, a EEAP, e em especial o período da gestão de Maria de Castro Pamphiro (1943-1956), atravessou momentos pavimentados pelas mudanças constitucionais que se concretizaram nos anos de 1934, 1937 e 1946. Durante sua gestão encontrava-se o Brasil no período denominado Estado Novo²⁰ (1937-1945), e como presidente do governo provisório, Getúlio Vargas, que havia assumiu a presidência no ano de 1930.

O pesquisador Ricardo Menezes da Silva (2009), em sua dissertação de mestrado “Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras: a contribuição para o ensino de enfermagem no Brasil” destacou neste período, a criação do Ministério dos Negócios e da Educação e Saúde Pública (MESP), por meio do Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930.

O decreto criou quatro departamentos: Departamento Nacional de Educação (DNE), Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), o Departamento Nacional de Medicina Experimental (DNME) e o Departamento Nacional de Assistência Pública (DNAP) (SILVA, 2009, p. 21). Desta forma, a EPEE, atual EEAP, que foi criada para atender a uma demanda

²⁰ Com a promulgação da Constituição de 1934 chegou ao fim o governo provisório com a vitória na Revolução de 1930 que instalou Vargas no poder. Após três anos, antes da primeira eleição para presidente, Vargas deu o golpe para manter-se no poder e instaurou uma ditadura conhecida como Estado Novo (cpdoc.fgv/produção/dossiês/fatosImagens/EstadoNovo).

de profissionais para cuidar de enfermos na área psiquiátrica estava vinculada a este departamento, que atendia a Assistência a Psicopatas.

Desta forma, o período do Estado Novo, de considerado um período autoritário, contou com a colaboração de diversos intelectuais e políticos dentre os quais Bomeny (2001, p. 20) cita os modernistas, políticos, integralistas, positivistas, católicos e socialistas, que tinham interesse no projeto de construção do Estado nacional buscando uma saída para o ela denominou de “privatismo predador”, entendendo-se o termo para definir as oligarquias e o coronelismo da denominou da República Velha

Com relação à educação feminina no Brasil, na primeira metade do século XX, os pesquisadores Azevedo e Ferreira afirmam que a “transição do patriarcalismo autoritário para a sociedade urbana e industrial emergente deu-se no início da era Vargas” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 218), propiciando novas condições sociais e econômicas que favoreceram a expansão da educação das mulheres.

Os autores afirmaram que educação feminina foi moldada nas reformas levadas a cabo nas décadas de 1920 a 1940 e, embora tenha sido um processo lento, foi perseverante por parte de mulheres, principalmente para as pertencentes às classes média e alta urbanas, pelas profissões que requerem formação de nível superior. Admitiram, no entanto, que esta transição foi lenta, apontando para o fato de que a educação feminina ainda se afirmava sobre a domesticidade da mulher e, por este motivo, não podia ser considerada propriamente libertadora.

Susan Besse, professora norte-americana especializada em estudos sobre a América Latina, apontou nesta situação uma certa continuidade da “dominação masculina”, cabendo à mulher apenas a tarefa de “civilizar”, “elear” e “redimir” o mundo, não de “transformá-lo” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 217).

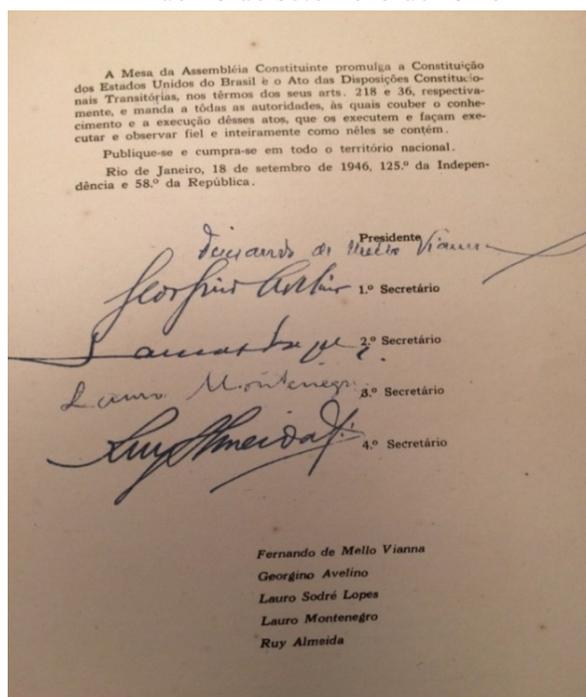
É possível concordar com tal afirmativa, embora se deva admitir que este foi um caminho, ou melhor, uma brecha por onde as mulheres enveredaram para prosseguir na tarefa de alcançarem a mudança de papéis sociais que estava por vir. Desta forma, os autores explicaram o surgimento da mulher moderna, após a I Guerra Mundial, que passou a frequentar cinemas e teatros, a fazer esporte, buscando trabalho e estudo, para finalmente assumirem profissões e lutarem por seus direitos civis e jurídicos.

Sobre o assunto, Perrot (2016) afirmou que, a despeito dos esforços evidenciados nas lutas das mulheres até os anos 1980-1990, ainda, ocorria às mulheres ocuparem empregos que tinham um caráter doméstico e feminino, privilegiando-se as qualidades femininas, dentre as quais as mais importantes eram o “devotamento e a prestimosidade, o sorriso, etc” (PERROT,

2016, p. 123). Para ilustrar esta situação, ela citou algumas profissões ditas de mulheres como a de enfermeira reconhecendo que “[...] era preciso promover uma formação e obter diplomas necessários a uma qualificação reconhecida e a melhores salários; passar do serviço doméstico a uma verdadeira profissão, aliando conhecimentos médicos e saberes sobre o corpo” (PERROT, 2016, p. 125).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro de 1946, pela Mesa da Assembleia Constituinte (Figura 1), foi considerada democrática na medida em que possibilitou a garantia das liberdades individuais dos cidadãos após o período de ditadura getulista. Participaram da constituinte, dentre outros nomes de expressão, Aliomar Baleeiro, Gustavo Capanema, e Gilberto Freyre, os dois primeiros juristas e políticos, e o último, escritor e sociólogo.

Figura 1 – Mesa da Assembleia Constituinte de 18 de setembro de 1946



Fonte: Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1949 - exemplar numerado e rubricado nº 1092 - Dezembro de 1949.

Manteve-se o direito a educação para todos objetivando a liberdade nos ideais da solidariedade humana, conforme exposto no Art. 166, p. 291: “À união competia legislar sobre as bases da educação nacional e propor as condições para o exercício das profissões

técnico-científicas e liberais”²¹. Assim, com o processo de industrialização, a República preparava-se para entrar na Modernidade, buscando efetuar as transformações por vir com base num texto constitucional que amparasse e lançasse as bases da educação profissional.

Desta forma, surgiram as oportunidades para que as mulheres entrassem no mercado de trabalho. Para Perrot (2016, p. 16), as mulheres deixaram de ser “invisíveis” e passaram a “ocupar os lugares públicos e a desempenhar papéis sociais diferentemente da tradição patriarcal” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 226).

Neste contexto, se inscreveu a EEAP como uma escola cujos “valores simbólicos, vocacionais, ideológicos e de gênero” permitiram a inserção da mulher no espaço profissional da enfermagem (SILVA, 2009, p. 22).

O impacto da reurbanização dos centros decorrente da modernização das cidades brasileiras resultou em tensões associadas a novos modos de vida em família na medida em que se romperam as relações culturais tradicionais: a família vai buscar no espaço da rua lazer e interação social e as mulheres enfim saem do seu confinamento físico e mental (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

Mediante ao exposto, a justificativa e a referência circunstanciada para o estudo apresenta, panoramicamente, o contexto da gestão de Maria de Castro Pamphiro, o que explica, direta ou indiretamente, o motivo que a instituição é secular no Brasil, pelas lutas e conquistas empreendidas e aqui a serem analisadas e discutidas pelo olhar da cultura visual de construção de sua identidade.

²¹ Constituição de 1949. Disponível em: <<http://www.inap.mx>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

SEÇÃO 2 – OPERAÇÃO METODOLÓGICA

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma abordagem histórico-semiótica, buscando os elementos da cultura visual e *lócus* interpretativo na sociologia de Pierre Bourdieu. A análise das imagens fotográficas fez-se dentro de uma matriz de análise. O recorte do estudo referiu-se ao período de 1943 a 1956, gestão da Diretora Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. As fontes históricas institucionais, de forma majoritária, foram consultadas na Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial Maria de Castro Pamphiro (UAPS/MCP) da EEAP, onde estão arquivadas sob custódia.

O acervo da UAPS/MCP compõe-se de documentos²² textuais²³ e iconográficos²⁴, considerados como fontes históricas referentes às atividades institucionais, meio e fim, tais como boletins, relatórios, dossiês, históricos dos alunos, ementas de disciplinas, ofícios, memorandos, livros de atas, distinções, honrarias, diplomas e processos, destacando-se o acervo iconográfico de 1.124 fotografias acumuladas, até o momento (ano de 2014) ao longo da trajetória institucional da Escola com a finalidade de se distinguir os elementos estratégicos que evidenciam a assinatura imagética que se quis atribuir ao grupo.

Cabe ressaltar que se pode constatar, de imediato, que se encontrou uma fotografia do ano de 1937 no arquivo da Escola, portanto, anterior ao período de gestão da diretora. Tal fato deveu-se, provavelmente, porque, naquele momento, fotografar era uma técnica de alto custo e pouco disseminada. Por este motivo, não se pode deixar de considerar expressiva a produção de 28 imagens no período de gestão de Maria de Castro Pamphiro.

Destarte, ela, possivelmente, planejou o registro de aspectos variados e estratégicos, de forma positiva, sobre o modo de vida na Escola. Tal fato tornou-se relevante, porque ela foi a primeira enfermeira, desde 1890, a assumir a direção da Escola no exato momento, janeiro de 1943, em que “se promovia, por meio de dois decretos, uma reconfiguração administrativa e pedagógica na Escola” (AMORIM, 2004, p. 131).

²² Documentos: unidades de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.73).

²³ Documento textual – Gênero documental integrado por documentos manuscritos, datilografados ou impressos, como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 79).

²⁴ Documento iconográfico – Gênero documental integrado por documentos que contém imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75)

Ademais, Maria de Castro Pamphiro, oriunda da Escola Enfermagem Ana Nery - EEAN, onde havia se diplomado e exercido funções de diretora interina, foi indicada para a Escola como resultado da articulação entre sanitaristas e enfermeiras que lutaram durante cinco anos (1937-1942) contra os psiquiatras, para conseguirem para si, do diretor do DNS, João de Barros Barreto, a garantia da indicação de uma diretora e, desta forma, “fazer valer sua própria visão da formação de pessoal na EPEE, contra a opinião dos psiquiatras, que lutavam para que a Escola continuasse a produzir agentes habilitados em enfermagem psiquiátrica” (AMORIM, 2004, p. 131).

Ao longo de sua atuação na direção, Pamphiro mostrou inúmeras preocupações com a administração da escola, o que se pode bem perceber pelos relatórios até hoje preservados e disponíveis no arquivo da escola. Neles, por exemplo, o referente ao ano de 1942, a diretora relatou sobre exames de admissão, curso de visitadoras sociais, matrícula e nome de ingressantes, desistência, naturalidade das alunas, número de aulas dadas durante o ano, excursões realizadas e visitas, além de outras anotações.

Sobre comemorações, ela enfatizou o Dia da Enfermeira, em 12 de maio, e organizou romaria ao túmulo do patrono da Escola, Ministro Alfredo Pinto; comemorou a semana antialcoólica, os aniversários da escola, as paradas da juventude, em 7 de setembro e 19 de novembro, os dias da bandeira, e assim por diante. Esses relatórios se sucederam ao longo de sua gestão, mas destacou-se aqui, especialmente, o do ano de 1943, pela seguinte providência com relação à documentação da escola.

Entretanto, para além dessas questões pode-se observar nos relatórios apresentados anualmente que a diretora enfermeira tinha também a preocupação de elaborar com a construção da identidade imagética daquela escola, seja através dos uniformes de aspirantes e formandas, dos ritos institucionais que acrescentou nas cerimônias religiosas e de formatura, seja nos símbolos que agregou e instituiu, tendo em vista elementos que tinham significados e funções próprias para a profissão.

Do corpus fotográfico composto de 1.124 imagens do acervo da EEAP, foram identificadas 28 imagens referentes ao período e aos temas estudados, reconhecidas com base na imagem da diretora e datas. Essas 28 imagens foram selecionadas e reproduzidas, evitando-se incorrer em anamorfose, e classificaram-se, conforme o Quadro 3, da Seção 3, nos temas a saber: Seção 4 – Cenário do Distrito Federal e a EEAP (1940-1950), desenvolvendo-se o tema Espaços da EEAP e a visualidade nos corpos - 8 fotografias e 1 cópia; Seção 5 – Capitalização cultural na visualização das aparências, com o tema Visitas recebidas e realizadas, Exposição da EEAP, Datas comemorativas (Natal, Festa Junina,

Páscoa), Datas comemorativas, com 12 fotografias e 3 cópias; e Seção 6 – Narrativa Ritualística buscando-se revelar elementos sobre o tema Rito Institucional, com 8 fotografias e 1 cópia.

Com este material, buscou-se identificar os elementos objetivos, tais como os signos determinantes presentes nas imagens, para se discutir as estratégias ritualísticas para a construção da “assinatura imagética” na perspectiva da cultura visual.

A dimensão do enfoque inclusivo de utilização das fotografias, e a leitura dos relatórios que a diretora elaborou e demais fontes do acervo do Arquivo MCP, permitiram que se fizesse emergir a trajetória da EEAP no período assinalado e demais associações que se puderam fazer com bases nas reflexões sociológicas articuladas por Bourdieu.

Pensar nesta perspectiva levou a entender-se que a concepção de fonte histórica está articulada ao olhar do pesquisador e ao uso que ele fará dessas fontes. A partir dessa premissa assumiu-se que, de um documento, independente de seu suporte, pode sugerir várias leituras, inclusive leituras opostas, e a fotografia não fugiu à regra.

2.2 Estratégia de análise

2.2.1 Matriz de análise

Para a realização desse trabalho, tomou-se por base a “matriz de análise semiótica” de Porto (2007, p. 24), composta de quatro partes: dados de identificação, dados complementares obtidos em outras fotografias, dados do plano de expressão, dados do plano de conteúdo, estes dois planos foram obtidos da análise dos estudos de outros pesquisadores, destacando-se Ana Maria Mauad Andrade em 1991, Tânia Cristina Santos Franco em 1998, e Maria Ciavatta em 2002.

Oliveira Neto, Porto e Aguiar (2012) indicam que a aplicação da matriz de análise semiótica permite que se trabalhe metodologicamente de forma quantitativa e qualitativa. No caso desta investigação verificaram-se as duas abordagens.

Deve-se mencionar que a matriz de análise semiótica que Porto (2007) utilizou nos *fac-símiles* de periódicos e, posteriormente, mencionou no artigo “Aplicação da semiótica na análise de fac-símiles: pesquisa documental” (2012) sofreu algumas adaptações diante das características deste estudo como, por exemplo, o fato de que nela as fotografias não são *fac-*

similes, mas unidades originais que fazem parte do acervo iconográfico e pertencem a um fundo²⁵ institucional da UAPS/MCP-EEAP.

Desta forma, a matriz de análise deste estudo foi constituída da seguinte maneira:

Os dados de identificação

Como dados de identificação constam o fundo documental, o local do acervo e o nome da instituição. Nele, considerou-se que as imagens pertencem ao fundo documental da Unidade de Arquivo Setorial e Protocolo Maria de Castro Pamphiro, situado na Prédio da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO.

- a) Local do acervo (nome da instituição pública ou proprietário se particular);
- b) Identificação do fundo documental.

Os dados complementares

Como dados complementares constam as articulações possíveis com as imagens analisadas obtidas de outras imagens e serão tratadas nas Seções 4, 5 e 6.

Os dados do plano de expressão

Trata-se da constituição do espaço fotográfico, de sua natureza, vínculo e organização, incluindo-se o controle que pode ser visualizado na sua composição, bem como as escolhas técnicas e estéticas, tais como “dimensão”, “enquadramento”, “nitidez” (SILVEIRA, 2015, p. 67). Para a análise das tabelas, de início, categorizou-se as fotografias conforme o Quadro 2, definido na Seção 2, obtendo-se pelas dimensões o seu tamanho:

- a) autoria, nome do autor – crédito da imagem;
- b) tipo de foto, que refere-se ao fato de ser flagrante/instantânea ou posada; “este modo de fotografar foi introduzido, sem que as pessoas notassem que estavam sendo fotografadas, foi explorado pelo fotógrafo alemão Erich Solomon” (NETO; PORTO; AGUIAR, 2012, p. 852);
- c) geometria da imagem que se refere ao formato: quadrada, retangular etc.;

²⁵ Fundo é o conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a Arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97).

- d) direção que refere-se se é centralizada, da direita/esquerda, da esquerda/direita, de baixo/cima, de cima/baixo;
- e) dimensões que foram classificadas em pequenas, médias ou grandes de acordo com o Quadro 2 da Seção 3;
- f) planos, estes podem ser geral, que captam ambientes amplos, com frequência podem ser no exterior, plano conjunto, destinado às pessoas quando não são os objetos centrais da foto, plano americano onde as pessoas são retratadas da cintura para cima, primeiro plano que é um *close*, e por último, o plano detalhe que é uma variação do plano geral;
- g) nitidez que refere-se ao foco, impressão e iluminação.

Os dados do plano de conteúdo

Referem-se ao “significado do texto” Porto (2007, p. 24) e Silveira (2015, p. 75) que foram definidos como espaços naturais/espontâneos, artificiais/arranjados, internos/externos, públicos/privados denominados de espaço geográfico.

Os lugares vivenciados em espaços naturais podem ocorrer em diversas ocasiões e sem que as pessoas tenham necessariamente a intenção de serem fotografadas. Os espaços artificiais são os organizados para a captura das fotos realizadas em estúdio, no caso de retratos de família, por exemplo, em que se pode observar que as pessoas e os objetos foram conscientemente arranjados. Nesses espaços, devem-se incluir itens como: ano, local retratado, atributos de paisagem, objetos e tamanho (SILVEIRA, 2015).

Os espaços internos são aqueles em que se celebram os ritos e as cerimônias, visitas, aniversários, atividades acadêmicas, onde se devem registrar as assinaturas em convênios e acordos; os lugares externos consideraram-se o embarque no ônibus, o grupo no pátio da escola, a visita a lugares públicos.

Também foi possível verificar nas fotografias os atributos objetais. Eles podem ser classificados em:

- a) objetos exteriores que reconhecemos como calçadas, fachadas de prédios, azulejos, pisos, vegetação, árvores, morro, automóveis, rua, mar, rio, janela, poste, gramado, estátua, muro, escadaria, bandeira;
- b) objetos interiores, que reconhecemos como sendo flores decorativas, cadeiras, tapete, cortina, luminária, colunas, quadros, toalha de mesa, vaso, armário, copos, pratos, talheres, garrafas, comida, ventilador, sofá, poltrona,

estante de livros, bandeira nacional, mesa, microfone, púlpito, altar, estátuas, eletrola, cama, lâmpada, relógio;

- c) objetos pessoais reconhecidos como a indumentária (SILVEIRA, 2015, p. 85), que no caso desse estudo podem-se citar o emblema, uniforme e bandeira, por exemplo.

O local retratado pode ser natural, cenário montado, interno ou externo e o espaço geográfico:

- a) pessoas retratadas, se é um grupo misto, masculino, feminino, infantil, o número de pessoas, justifica-se o tema da imagem retratada, de acordo com o Quadro 1, da Seção 3;
- b) atributos pessoais, observam-se as vestimentas e acessórios que as pessoas ostentam;
- c) atributos de paisagem, que se referem às características do cenário e os elementos presentes para a composição da cena.

Desta forma, as fotografias foram aplicadas à matriz semiótica para fins de quantificação, análise e descrição e associadas aos conceitos de base devidamente fundamentados adiante que permitiram se revelar o sentido de cada imagem.

2.3 Documento histórico: semiótica e fotografia

Em suas tentativas de responder sobre o documento histórico Leandro Karnal, doutor em História Social da USP, e Flavia Galli Tatsch, mestre em Ciências da Comunicação da USP, em seu texto Documento e História, publicado no livro *O Historiador e suas fontes*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (2011) teceram considerações sobre documento histórico e concluíram que “discutir o que considera-se um documento histórico é, na verdade, estabelecer qual a memória que deve ser preservada pela História e o próprio estatuto da História” (KARNAL et al., 2011, p. 10).

Nestas condições, alertam, é preciso cuidado no uso das fontes, e exemplificam mencionando que a carta de Pero Vaz de Caminha, documento manuscrito que narrou a descoberta do Brasil, ficou séculos esquecida na Torre do Tombo, em Portugal, e só foi publicada em 1817. Assim, quando lida a carta ensejou diferentes significados, por exemplo:

para qualquer cidadão significou a descoberta de um documento raro sobre o Brasil, mas para um indigenista, significou a presença e miscigenação de brancos e índios.

Por este motivo, a importância de um documento está nas leituras que se fazem, pois serão capazes de revelar “a nossa visão atual do passado” (KARNAL et al., 2011, p. 13) percebida mediante qualquer ação humana e assimilada por todo tipo de história, como a história oral, a história das mulheres, a história da cultura visual.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração sobre fonte histórica tem a ver com a autenticidade. A autenticidade de um documento está associada à crítica histórica ou documental, que veio a público no trabalho publicado por Jean Mabillon (1632-1707), chamado *De Re Diplomática*²⁶, quando ele ensinou que os textos deviam subordinar-se aos conhecimentos afeitos à Paleografia²⁷ com a finalidade de se dirimir dúvidas sobre autenticidade, incluindo-se a autoria, o tipo de papel, de tinta e datação e tudo o mais que fosse possível na identificação da veracidade do conteúdo e do suporte do documento.

Pode-se dizer que as imagens do acervo da UAPS/EEAP reproduzidas aqui nesse trabalho, utilizadas como fontes históricas e consideradas como a memória iconográfica da EEAP, que deve ser preservada, são o recurso visual considerável, e devem ser estudadas a partir do seu contexto de origem a fim de se estabelecer as razões de sua produção, subsidiando pesquisas as mais diversas. A importância da memória, segundo Le Goff (1924-2014) historiador francês, reside no fato de que ela “é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]” (LE GOFF, 1984, p. 46).

Oliveira Neto, Porto e Aguiar (2012, p. 850) associam-se no sentido de que as imagens não devem ser usadas somente como ilustrativas, mas como um processo que subentendeu-se nas ações de “olhar-pensar-descrever o mundo visual, que consegue traduzir vestígios capazes

²⁶ *De re diplomática libri sex* foi escrito pelo beneditino francês Jean Mabillon, que investigou os diferentes tipos de escrita medieval e manuscritos e foi reconhecido como o fundador da paleografia e da diplomática (pt.m.wikipedia.org).

²⁷ Segundo Franklin Leal e Berwanger (1991), a Paleografia, *paleos* = antiga+*graphen* = grafia, é o estudo técnico de textos antigos na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição. Tem como objeto de estudo as características extrínsecas dos documentos e dos livros manuscritos e decifrá-los, além de determinar a nacionalidade e idade dos mesmos (FRANKLIN LEAL; BERWANGER, 1991). A Diplomática é uma palavra que deriva do latim “diploma” – originalmente um escrito dobrado em dois (*diplos* = duplo). Define a ciência que estuda os diplomas, isto é, no sentido de documentos de arquivo que possam constituir fontes históricas e permite distinguir um documento autêntico de outro apócrifo. Por meio da diplomática se pode fazer a crítica dos atos escritos, discernir os elementos, classificá-los, dar seu sentido. Etimologicamente é a ciência dos diplomas (FRANKLIN LEAL; BERWANGER, 1991).

de restituir à imagem sua própria temporalidade e não como elementos que se reproduzem de forma puramente ilustrativa

Entendeu-se sobre este processo que olhar-pensar-descrever resultou, na prática, num discurso analítico sobre as imagens, posadas ou instantâneas, com base nos elementos simbólicos representados, e nos elementos técnicos utilizados na sua produção, donde se obteve o sentido e a intenção cultural traduzidos no ganho de capital cultural, político e social que foi alcançado pelas enfermeiras e alunas da EEAP. No rastro desse processo objetivou-se propor novas questões e apontarem-se novas respostas, buscando-se entender as fotografias articuladas à cultura visual.

Esta constatação nos remete a Mauad e Lopes que no capítulo História e Fotografia, do livro *Novos Caminhos da História*, organizado por Ciro Flamarion, ensinam, logo nas primeiras linhas, que a fotografia e a história são afeitas ao campo da história da cultura visual. A cultura visual, por seu lado, desenvolveu-se tendo por base a consciência historiográfica de que se poderia utilizar como fonte histórica “tudo aquilo que é produzido por mulheres e homens no mundo” (MAUAD; LOPES, 2012, p. 264), um dos frutos do pensamento produzido a partir dos trabalhos da Escola dos *Annales*²⁸.

Pode-se dizer que, com base na cultura visual, a fotografia assumiu uma nova característica além de prova, autenticidade ou testemunho, porque o olhar do historiador não é isento, fato relevante em se tratando de fotografia, como se verá adiante. Por outro lado, a cultura visual valoriza o processo de produção material e imaterial das sociedades humanas e todo o processo articula-se ao sentido que se pode fazer a partir da evidência histórica e da imagem.

Esta isenção do olhar foi entendida por Arlindo Machado, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, em seu livro *A ilusão especular* (2015), como sendo não somente o resultado das técnicas e procedimentos, mas, acima de tudo, como resultado das “tensões ideológicas” (MACHADO, 2015, p. 87) presentes no olhar do historiador, vide o caso da pintura de Davi sobre Marat, exemplificado mais adiante.

Deste modo, a fotografia “pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado” (MAUAD; LOPES, 2012, p. 263). Tal assertiva significa que o processo de se fazer História modificou-se porque

²⁸ A Escola dos Annales teve seu núcleo central formado pelos historiadores Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernad Braudel e Jaques Le Goff. Foi um movimento que surgiu na França, no século XX, que se conhece por História Nova. Peter Burke, em seu livro *A escola dos annales 1929-1989* estuda as fases desse movimento da historiografia francesa.

o diálogo com outras áreas de conhecimento trouxe à tona novas evidências produzidas pelas sociedades de acordo com suas atividades. Isto quer dizer que o entendimento e a percepção sobre o uso de indícios visuais cuja estética narraram, possibilitou, por vezes, a conexão com episódios que não estavam disponíveis textualmente.

No entanto, o uso desses indícios presentes na cultura visual já era conhecido dos historiadores do século XIX, que estudaram as obras de arte da Idade Média e do Renascimento e perceberam que elas indicavam, sobretudo, “as estruturas de pensamento e representação de uma determinada época” (BURKE, 2004, p. 13). Inúmeros foram os exemplos enunciados que se podiam aludir sobre o uso dessas fontes na literatura especializada.

Para se ter uma ideia de como a prática do discurso visual revelou aspectos não percebíveis, preferiu-se exemplificar recorrendo-se a análise que Carlo Ginzburg fez, em seu livro *Medo, Reverência, Terror* (2009) da tela “Marat em seu último suspiro” (1793), do pintor francês Jacques - Louis David (1748-1825), que pintou a obra supondo atender ao clamor do povo. Desta forma, a análise da tela acabou por revelar que David tornou Marat um mártir da revolução francesa, cultuado com um “sotaque cristão”, mas que não devia ser, na verdade, “divinizado”, apenas “incensado” (GINZBURG, 2004, p. 44-46).

Para Ginzburg (2004), que trabalhou com o conceito de *pathosformeln*²⁹, ou formulas de emoções, na tradução do autor, desenvolvido pelo historiador de arte Aby Warburg (1866-1929), David retratou na tela os elementos necessários para a compreensão da cena de tal forma a ser reconhecido “como uma espécie de cenógrafo político” (GINZBURG, 2004, p. 43), porque trouxe à tona detalhes que permitiram a leitura semiótica em objetos como a banheira, o tinteiro, a tábua de madeira, a assinatura aposta na carta, uma faca de cozinha suja de sangue, bem como percebeu que Marat apresentava uma aparência “desagradável e grosseira” (GINZBURG, 2004, p. 43), peculiar a um comportamento plebeu, apesar de ter nascido em família abastada e ter sido bem educado.

²⁹ *Pathosformeln*: a pesquisadora Andreia Neves, do LACENF, utilizou-se do conceito de *pathosformeln* em sua tese de doutorado intitulada *Imagem pública em pedra e bronze: o fantasma da Pietá nas esculturas das enfermeiras*. Ela fez uma releitura de Pietá de Michelangelo articulando a escultura de Pietá com a imagem de enfermeiras para falar sobre o cuidado. Neves entendeu o conceito do *pathosformeln* como um fenômeno “que podia tender a mostrar gestos similares com significados opostos, uma ilusão retrospectiva, cabendo considerar as circunstâncias de tempos distintos, mas entrelaçados entre eles” (NEVES, 2015, p. 21). O conceito foi elaborado pelo historiador da arte e cultura alemão Aby Warburg (1866-1929) que se propôs a estudar uma nova história da arte procurando compreendê-la como parte do que definiu como uma psicologia social mais ampla, utilizando-se de um “método contextualista” (TEIXEIRA, 2010, p. 138), buscando a análise das relações entre o artista e seu meio. Daí se utilizou do conceito *pathosformeln*, ou fórmulas de *pathos*, que definiu como sendo um potencial emotivo que se podia apreender em cada obra em particular. Ele tinha a intenção de esclarecer quais os aspectos da antiguidade que interessavam ao artista do *Quattrocento*, critérios esses que eram opostos aos que predominaram na Europa do século XVIII ao XX e que ele considerou “puramente formais” (TEIXEIRA, 2010, p. 138).

Para Burke (2004), o foco não estava mais centrado na narrativa tradicional, textual, mas nos acontecimentos que iriam resultar no que se denominou por uma história-problema, que procurou envolver todas as atividades humanas, e para isso buscou a articulação com outras disciplinas tais como: geografia, sociologia, psicologia, economia, linguística, antropologia social entre tantas, incluindo-se no contexto da história visual. Assim já dizia Febvre: “Historiadores sejam geógrafos... Sejam juristas, também sociólogos, e psicólogos” a fim de não “serem estreitos” e provar que a história pode avançar em muitas direções (BURKE, 1991, p. 12).

O uso destas novas fontes de estudo, pelos historiadores, permitiu a articulação com a cultura visual, como já se disse, e possibilitou o início do desenvolvimento de uma “crítica de evidência visual” (BURKE, 2014, p. 18), que ainda se mantém pouco desenvolvida, segundo Burke (2004), mas, como fonte paralela, deve ser usada de forma consciente e segura. O que se buscou nas fontes ou indícios eram aspectos que tinham a ver com as práticas sociais, e, conseqüentemente, indícios que apontaram também para as diferenças culturais. Esses aspectos foram visualizados por meio de quadros, fotografias desenhos, esculturas e demais artefatos, que facilitaram a observação e a reconstituição histórica presentes nos elementos materiais e também nos elementos imateriais (ausentes), das imagens.

Burke (2004, p. 101) constatou que uma das vantagens do uso de imagens seria a de que elas “comunicam de forma rápida os detalhes de um processo complexo”. Kossoy (2003, p. 117) complementa este argumento justificando que, exatamente por ser um processo rápido de comunicação, seria necessário “receber antes outras informações além daquelas mostradas pela foto” para se entender a complexidade das imagens, motivo pelo qual Lima e Carvalho (2011, p. 45) apontaram que “a problemática histórica é que deve guiar a abordagem das fontes”.

Mauad e Lopes (2012) buscaram, também, saber qual a resposta que as fotografias podiam dar aos historiadores e destacaram seu papel no século XX, nas lutas políticas, nos movimentos sociais e na construção de identidades sociais, quando se percebeu que elas trouxeram novidades em setores como, por exemplo, a moda e o entretenimento.

Com esta abertura, as autoras entenderam que se podia apreender por meio das expressões faciais, adereços e indumentária, comportamentos e gestualidade, a diversidade social e cultural para, enfim, afirmarem que as fotografias eram capazes de reproduzir valores culturais, além de serem responsáveis por se poder narrar “a história do século XX pelas imagens” (MAUAD; LOPES, 2012, p. 274).

Corroborando com estas ideias o historiador Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013) e colaboradores afirmaram que “não é recente a proposta de se trabalhar com fontes não verbais”, apostando no fato de que o que está em questão refere-se aos aspectos sociais que podem ser obtidos nas imagens a partir de “maneiras semióticas de trabalhar” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 568).

Eles esclareceram que o ponto de partida seria se atuar sob a perspectiva de ícone, teorizada pelo matemático americano, Charles Saunders Peirce (1839-1914), autor do livro *Semiótica*, que trata da teoria geral dos signos, assunto sobre o qual se falará adiante. Da mesma forma que para Burke, Cardoso e Vainfas (1997) afirmaram que os signos são de percepção instantânea por serem comunicativos, e designam um objeto reproduzido pelo traço em comum.

Este traço em comum com o objeto em questão, que Cardoso e Vainfas (1997) evidenciaram, foi articulado à fotografia por Dubois, que a viu como um “traço do real”, ou seja, pela técnica de sua produção, por meio da impressão de um objeto exposto à luz, percebeu que a fotografia “testemunha irredutivelmente seu referente [o objeto fotografado] mas isso não quer dizer que se pareça com ele, porque ela possui do referente apenas um traço e não a mimese” (DUBOIS, 2012, p. 26, 35).

Desta forma, para Dubois (2012), a imagem não é o real, e enumera suas razões. Primeiro porque ela é bidimensional e o referente um objeto tridimensional; segundo porque a sua captura exige uma certa angulação e quadratura do objeto, escolhidas pelo fotógrafo, que não é isento (ele também não é neutro), está baseada na distância e no espaço bem como “numa perspectiva renascentista convencional”, como se destacará adiante (DUBOIS, 2012, p. 39); terceiro porque ela é “estritamente visual”, excluindo qualquer outra sensação (DUBOIS, 2012, p. 38).

Todavia, além dos símbolos e da leitura que se pode delas fazer com o auxílio da semiótica e fontes históricas, deve-se atentar para o fato de que a técnica de produção, como havia apontado Burke, é mais um elemento a ser assimilado na investigação sobre as fotografias, de tal modo que David Hockney (1937), um artista plástico, cenógrafo de teatro e ópera, fotógrafo, desenhista, e gravador inglês³⁰ chegou a afirmar no documentário intitulado *David Hockneys Secret Knowledge*³¹ (2003), disponível na *internet*, e veiculado pela *British Broadcasting Corporation* (BBC), que a “fotografia revela hoje a similitude que a pintura revelou no passado”.

³⁰ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

³¹ Disponível em: <<http://youtube>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Aliada a esta questão, a perspectiva renascentista a que Dubois se referiu foi explicada, dentre outros, por Hockney, que demonstrou como se podiam capturar imagens com um pedaço de vidro (lente), 400 anos antes da invenção da fotografia. Em sua experiência óptica ele recriou, em um estúdio, os cenários das telas de pintores como o italiano Caravaggio (1571-1610), o belga Jan Van Eyck (1390-1441) e o holandês Johannes Vermeer (1632-1675) com a finalidade de entender e revelar os segredos desses pintores sobre espaço e perspectiva, tão detalhadamente expressos nos traços de suas telas, no intuito de aproximar, de forma compreensível, as artes da pintura e da fotografia.

A inovação do uso da perspectiva no Renascimento foi explicada por Machado, que afirmou que a perspectiva se baseava na ilusão de profundidade com base na geometria euclidiana, capaz de reproduzir uma imagem justa do que estava representado. Desta forma, por meio de uma “pirâmide visual (ângulo de visão do olho)” (MACHADO, 2015, p. 74), e um ponto fixo imaginário no vértice da pirâmide, pode-se projetar em linhas imaginárias o que se via num plano. O resultado dessa técnica representou a distância relativa dos objetos como também reproduziu as proporções no espaço tridimensional.

Para Hockney (2003), as pinturas adquiriram, no século XV, um certo aspecto fotográfico, de fiel à realidade. Eram desenhos pequenos traçados com incrível precisão, cujo olho humano não seria capaz de perceber. Ademais os traços dos pintores guardavam contrastes de luz e brilho sem precedentes para a época, bem como eram absolutamente reais as texturas com aplicações de fios de ouro e pedrarias, as dobras e vincos das roupas, as armaduras e seus desenhos como bordados em filigranas, as rendas e seus recortes, enfim, todos os traços que o olho humano não seria capaz de captar, porque não consegue diferenciar.

Ele sugeriu com isso que se iniciava ali um tipo de processo fotográfico, que consistia em se obter os traços de um determinado referente, embora não houvesse a manipulação de elementos químicos. Considerou ter obtido imagens fotográficas porque o que se pintava era o resultado da impressão do objeto por meio da exposição à luz do sol, que fazia surgir a imagem em perspectiva através de lentes e espelhos. A perspectiva, segundo Hockney (2003), e como Machado (2015) entendeu, é um artifício para se colocar em três dimensões uma superfície bidimensional, o que dá a ilusão de espaço. E foi exatamente desse modo que Dubois percebeu uma das maneiras de se explicar que uma imagem não é o real.

A técnica para se obter imagens em perspectiva resultou do processo que foi descrito por Machado como o resultado da construção de aparelhos destinados a se obter imagens em perspectiva ainda na época do Renascimento. Com o advento da câmara escura, reconhecida

como uma espécie de aparelho fotográfico, ficou mais simples o processo, porque pelo orifício de entrada da luz que fazia os raios luminosos convergirem para um ponto único, a imagem é visualizada em perspectiva, isto é, registra a impressão da realidade. Dessa forma, Machado (2015) considera que a câmera fotográfica reproduz a perspectiva renascentista.

A câmera fotográfica é antes de tudo um aparelho que visa produzir a perspectiva renascentista e não visa isto por acaso: toda nossa tradição cultural logrou identificar essa construção perspectiva com o efeito do “real” e por isso a fotografia faz basear o seu ilusionismo homológico na ideologia que está cristalizada nessa técnica (MACHADO, 2015, p. 75-76).

O autor ensina que, antes da perspectiva *artificialis* do Renascimento, existiu uma perspectiva explorada na Idade Média denominada perspectiva angular³². De qualquer forma, o que se pretendeu destacar foi que a perspectiva apreendida pelo olho humano tem a ver com a “concepção de espaço e de certos deslocamentos gnoseológicos que se processavam na época” (MACHADO, 2015, p. 76), e isso se deu porque esses sistemas perspectivos estão inexoravelmente condicionados à cultura social, que remete ao processo já mencionado de olhar, pensar e descrever, inerentes ao ser humano, e com base num novo paradigma.

Não por coincidência, as revelações da astronomia de Copérnico e Galileu propaladas na ocasião, romperam com a visão aristotélica de que a Terra era o centro do mundo (geocentrismo), propiciando o entendimento de uma nova perspectiva. Ademais, a ilusão do espaço infinito conquistado por meio da perspectiva renascentista não poderia existir na Idade Média porque não existia a noção de infinito, que só aconteceu quando foi demonstrado que “nem a terra era o centro do universo, nem a abóbada celeste era o limite das coisas materiais” (MACHADO, 2015, p. 80).

A análise de Machado levou em consideração ainda o fato de que este modelo perspectivo “acabou por consolidar de vez o deslocamento do universo divino em benefício do universo humano” (MACHADO, 2015, p. 81), tudo centralizado agora num sistema perspectivo único, num único ponto de fuga, capaz de definir a proporção em relação à posição de cada objeto, por meio de linhas convergentes, traçadas por conta do domínio

³² Hoje se sabe da existência de alguns sistemas perspectivos atribuindo-se o primeiro deles à perspectiva angular, usada na Idade Média, que se caracterizou pela inexistência de um ponto de fuga único para cada objeto em cena. Disso resultou que a realidade era fragmentária e incompleta, atribuindo-se a justificativa ao fato de que a única força unificadora e totalizante capaz de reproduzir os objetos e seres do mundo era Deus. Desta forma, com os estudos de astronomia, a perspectiva angular foi substituída por uma nova perspectiva, a perspectiva *artificialis*. Assim, alterou-se também a ordem da compreensão das coisas no mundo: o divino foi substituído pelo racional e, como consequência dessa nova visão do mundo, o humanismo burguês enfrentou a nobreza e o clero, mesclados no cristianismo aristocrático (MACHADO, 2015).

intelectual do homem e não mais pela vontade de Deus (MACHADO, 2015). E foi desta forma que se conseguiu explicar como o homem pode imitar a natureza e justificar a para si essa conquista.

No que diz respeito às técnicas de captura da imagem, Machado (2015) entendeu que o olhar do sujeito, agora centrado num único ponto de fuga, favorecendo uma ilusão de profundidade, interferiu também sobre o ângulo e a quadratura da imagem. Com esses elementos se pode atribuir determinados valores a objetos compactuando-se, mais uma vez, com a impossibilidade de um olhar neutro. Dessa forma, Machado definiu que

[...] o quadro da câmera é uma espécie de tesoura que recorta aquilo que deve ser valorizado, que separa o que é importante para os interesses da enunciação do que é acessório, que estabelece logo de início uma primeira organização das coisas visíveis (MACHADO, 2015, p. 90).

Ademais, acrescentou o autor, o sistema perspectivo do Renascimento certamente envolveu aspectos que tinham a ver com a intencionalidade por ser baseado na percepção: “[...] o mundo visível não nos é dado como algo absoluto e total, mas como uma matéria que a percepção seleciona, amplia ou ignora, opera e modifica de acordo com a intencionalidade do olhar” (MACHADO, 2015, p. 79).

O que ele quis dizer foi que a quadratura da imagem resultou sempre numa escolha que partiu de uma certa vocação do enunciador, “nem inocente nem gratuita” (MACHADO, 2015, p. 90), pois foi uma operação ideologicamente orientada e pressupôs a intencionalidade de sua carga cultural arrimada por uma escolha “arbitrária e autoritária”, pois que a câmera supõe, *a priori*, um ato de domínio, ou seja, a quadratura queria o tempo todo determinar a leitura daquilo que se quis registrar (MACHADO, 2015, p. 91).

Da mesma forma, o ângulo de tomada de uma fotografia também supõe uma escolha e uma intenção e estão articulados a posição que “o olho/sujeito ocupa em relação ao objeto fotografado”. Assim, o enquadramento e a angulação obtidos pelo fotógrafo, resultarão na definição dos valores na cena que se quis registrar. Essa escolha coincide estritamente, no que tange à perspectiva, com a posição do ponto de fuga, e pode determinar “uma hierarquia de valores dentro do quadro”, se no primeiro plano, por exemplo, o objeto poderá ganhar importância e assim, sucessivamente, no que diz respeito aos planos fotográficos (MACHADO, 2015, p. 116).

Como consequência, historiadores sociais avaliaram que as imagens ganharam realce não apenas como testemunho, mas como uma fonte histórica visual que tem muito a dizer. Tanto é assim que Lima e Carvalho em seu texto “Usos sociais da fotografia” (2011),

publicado no livro “O historiador e suas fontes”, obra organizada por Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca, analisaram a fotografia como prática de significação, ou seja, a fotografia recebe o *status* de um índice, uma marca, que é um “tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve – o referente” (aquilo que está em frente à câmera) e que interage com quem interpreta o signo, motivo pelo qual esta abordagem, ao contrário, não reforça o caráter de verdade da fotografia (LIMA; CARVALHO, 2011, p. 43).

Isso se dá porque a interpretação que se faz na abordagem semiótica está “no significado que uma mesma imagem pode ter para cada um, para cada cultura, para cada segmento social”, o que quer dizer que a imagem trás um discurso, em um determinado contexto, conforme o exemplo da carta de Caminha, onde se pressupõe algo próprio da cultura de quem interpreta e sua ideologia; neste sentido aludem a Pierre Bourdieu, sociólogo francês que entende a significação “num campo de forças, em que cada indivíduo ou grupo se posiciona e, a partir deste lugar, apropria-se da fotografia como um marcador social (construção de identidades, exclusões, aspirações, *status*, etc)” (LIMA; CARVALHO, 2011, p. 42-43).

Mais recentemente, uma outra abordagem sobre fotografias foi manifestada pelos autores. É que, como já se disse, constataram-se nas fotografias além dos atributos como qualidades visuais, as imateriais, dentre as quais o historiador Ulpiano Menezes ressaltou a veiculação da imagem. Assim, fez uma análise da já bem conhecida fotografia de Frank Capra, do soldado que recebe um tiro dado durante a Guerra Civil Espanhola em 1936.

Perguntou-se Ulpiano o que ela tinha de especial. Ele bem percebeu que, mesmo sabendo que todo documento podia ter características em potencial para ser especial, isso só não bastava, destacando que a imagem possuía uma trajetória e uma biografia onde se apresentam o número de repetições da imagem na mídia, as referências textuais ou verbais, as críticas e especulações permitindo que a imagem se torne um ícone.

E foi justamente naquele momento que ela se tornou especial. Parece que há aqui uma certa inovação. Entendê-las é um processo que envolve além de sua produção e seu significado, a sua trajetória, ou veiculação. Isto quer dizer que se não tivesse tido aquela trajetória, não assumiria o atributo de ser um ícone (LIMA; CARVALHO, 2011).

Somando-se a estas ideias, as autoras destacaram também o fato de que, geralmente, as análises das imagens são feitas por meio de séries documentais que permitem trabalhar com o efeito de reincidência, relacionando as fotografias umas com as outras, pois somente desse modo se podem verificar “os elementos que constituem os padrões visuais em funcionamento na sociedade” (LIMA; CARVALHO, 2011, p. 45). Este aspecto se tornou evidente na análise

que se objetivou neste trabalho, tendo em vista que as fotografias foram agrupadas em três temas diferentes, como já se definiu, de onde se pode constatar padrões visuais, não só com relação aos objetos em cena, mas também à indumentária, ao gestual, às expressões faciais, as atividades acadêmicas, aos rituais, para este estudo.

Um outro aspecto para se fazer menção, segundo Lima e Carvalho (2011), diz respeito à retratística, um processo que foi definido como um meio de se observar a autorrepresentação dos grupos institucionais ou familiares. Este processo trouxe à tona o revelar-se no contexto cultural, e seria por meio dele, através do olhar do espectador, que se poderia perceber o significado de representação dos sujeitos, ou agentes, segundo as próprias expectativas. Em suma, retratar-se gera informações significativas que são percebidas culturalmente no campo da sociologia, como se constatou na sociologia de Bourdieu.

Neste sentido, e considerando-se as reflexões até o momento, fez-se necessário articular as imagens fotográficas ao campo da teoria sociológica bourdieusiana que, de um modo peculiar, tratou dos sistemas simbólicos que marcaram a vivência dos grupos em muitos aspectos. Por essa perspectiva, com o fito de se construir um discurso cultural das enfermeiras da EEAP, é que se pode encontrar um caminho para se estabelecer a sua assinatura imagética.

Diante do exposto, deve-se, ainda, considerar a articulação deste estudo com a semiótica. As fotografias são semioticamente consideradas “unidades culturais”³³, que, agrupadas, vão formar séries documentais/visuais. Mauad (2008) discute com propriedade a questão da semiótica e o lugar da fotografia na história, e também se pergunta se a fotografia é cópia fiel do mundo e dos acontecimentos, o que, por muito tempo, foi marca inseparável da realidade atribuída à imagem fotográfica, pensamento que guarda afinidade com a doutrina positivista. Afinal a fotografia, antes de tudo, serviu como prova do modo de viver observada por meio dos objetos, gestos, expressões faciais, posturas, indumentárias, mobiliário. Nesse sentido, ela pode ser percebida como um sistema de signos que, se decodificados, tornam-se vestígios capazes de permitir investigar o conteúdo das imagens.

Para a autora a semiótica permitiu que se compreendesse a “produção do sentido nas sociedades humanas” (MAUAD, 2008, p. 37) afirmando que o sentido das imagens reside no fato de que elas são memórias de vivências, que podem estar visíveis ou invisíveis, “em ângulos poucos habituais das relações sociais” (MAUAD; LOPES, 2012, p. 280).

³³ Citando Umberto Eco em seu livro as formas do conteúdo, Mauad definiu que “uma unidade é simplesmente toda e qualquer coisa culturalmente definida e individuada como entidade. Pode ser pessoa, lugar, coisa, sentimento, estado de coisas, pressentimento, fantasia, alucinação, esperança ou ideia...” (MAUAD, 1996, p. 13; 2008, p. 45).

Interessante notar-se que ela referencia Le Goff ao mencionar que a fotografia se comporá ora como monumento, isto é, a fotografia como um símbolo do passado para ser preservado, ora como documento, isto é, um índice ou marca, informação que esmiúça determinados aspectos do passado, as condições de vida, moda, infraestrutura urbana e rural, condições de trabalho, e assim, sintetizam: “como documento e monumento a fotografia informa e também conforma visões de mundo” (MAUAD; LOPES, 2012, p. 264).

Com relação à semiótica e conceito, Charles Saunders Peirce (1839-1914) que elaborou a Teoria Geral dos Signos ou Semiótica (PEIRCE, 2003), como já se mencionou anteriormente, definiu signo como “qualquer coisa que representa outra coisa” (SANTAELLA, 2012, p. 90) e produziu um efeito na mente humana porque teve algo nele mesmo que o tornou apto a produzir aquele efeito. Possivelmente, estava se referindo ao que para Burke se identificou como um traço do referente, para Hockney traços de imagens projetadas, para Mauad índice e, para Peirce, índice.

Entendeu-se que semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, assim, a semiótica é uma linguagem que se faz sentir por meio de outras como “[...] a das flores, do vento, dos ruídos, dos sinais de energia vital emitidos pelo corpo e, até mesmo, a linguagem do silêncio. Isso tudo, sem falar do sonho que, desde Freud, já sabemos que também se estrutura como linguagem” (SANTAELLA, 2012, p. 18), e “tem por função classificar e descrever todos os tipos de signos logicamente possíveis” (SANTAELLA, 2012, p. 45).

Da mesma forma, a imagem fotográfica pode ser aprendida através de uma linguagem própria que irá decifrar a produção de sentidos e valores revelados. Mauad (2008) discutiu a questão da semiótica aplicada às imagens fotográficas e entendeu que a fotografia é uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo.

E acrescentou:

[...] a análise histórica da mensagem fotográfica tem na noção de espaço a sua chave de leitura, posto que a própria fotografia é um recorte espacial que contém outros espaços que a determinam e estruturam, como por exemplo, o espaço geográfico, o espaço dos objetos (interiores, exteriores e pessoais), o espaço de figuração e o espaço de vivências, comportamentos e representações sociais (MAUAD, 2008, p. 40).

Em suas palavras ela explica que o plano de expressão envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor, etc. Já o plano de conteúdo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que

compõem a fotografia. Afirma, ainda, que “ambos os segmentos se correspondem no processo contínuo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreendê-los somente como um todo integrado” (MAUAD, 1996, p. 81).

Desta forma, pode-se inferir que o resultado da compreensão sobre uma determinada imagem, ou mesmo de um grupo de imagens, envolve necessariamente os elementos visuais que podem ser identificados e descritos de forma sincronizada com o que simbolizam ou significam, possibilitando respostas passíveis de serem validadas ou não.

Outro aspecto que deve ser abordado refere-se à questão da polissemia³⁴, conforme explica Ricardo Rodrigues, pesquisador do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBIC). Segundo ele, a fotografia é polissêmica porque tem inúmeros significados que podem ser explicados por meio de dois sentidos, o conotativo, que é o que lembra, sugere, evoca, e o denotativo que se refere ao que é visível na imagem, por ser cópia do referente (RODRIGOS, 2007, p. 67). Ou seja, quanto ao aspecto conotativo, Rodrigues (2007, p. 67) se refere às diversas interpretações do sentido que uma imagem fotográfica pode comunicar, dependendo da contextualização que se fez, pois que “a contextualização dos sentidos permitirá o uso de uma fotografia em diferentes contextos e para diferentes interpretações e usos”.

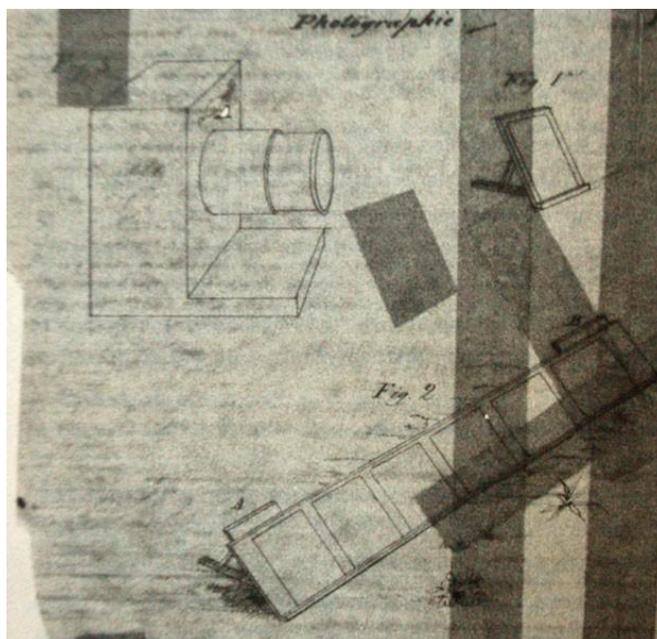
Sobre os avanços químicos referentes ao suporte fotográfico, podemos citar J. N. Niepce que, em 1817, obteve imagens de cloreto de prata sobre papel, e em 1822 conseguiu fixar uma imagem sobre uma placa metálica. Outros processos foram aperfeiçoados com Louis Jaques Mande Daguerre, que iniciou suas pesquisas em 1829, e 10 anos depois foi lançado o daguerreótipo. O dia mundial da fotografia, 19 de agosto de 1839, foi escolhido porque foi nesse dia que Daguerre apresentou ao mundo o daguerreótipo, processo considerado como a origem da fotografia, e a descoberta foi anunciada pela Academia de Ciências de Paris.

³⁴ Polissemia: conceito da área linguística com origem no termo grego *polysemos*, que significa “algo que tem muitos significados”. Disponível em: <<https://www.significados.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016. Para Othon M. Garcia, professor de literatura, e português, da FGV, “a linguagem, seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica, é um sistema de símbolos, signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionados e aceitos, mediante o qual o homem se comunica com seus semelhantes, expressando suas ideias, sentimentos ou desejos. Suas três primordiais funções são, assim, a representação (ideias), a exteriorização psíquica (sentimentos) e os desejos (vontade). A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra (significante) designasse apenas uma coisa, correspondesse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido (significado). Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes. O que determina o valor ou o sentido da palavra é o contexto. A palavra situa-se numa ambivalência que lhe fixa, a cada vez e momentaneamente, o valor” (GARCIA, 1975, p. 145-146).

Por outro lado, pesquisa de Boris Kossoy na obra denominada Hercule Florence - a descoberta isolada da fotografia no Brasil (1980) revela que Hercule Florence³⁵ descobriu, no Brasil, em 1833, a fotografia, e apresenta os argumentos e provas documentais sobre essa descoberta (KOSSOY, 2006). Na Figura 2, vê-se o desenho de um equipamento de fotografia, feito por Florence, datado de 1837 e veiculado no canal G1 de São Paulo, que trouxe uma série de reportagens sobre fotografia.

Na parte de cima do desenho lê-se a palavra *Photographie* e o desenho de uma câmara obscura e à direita a estrutura onde as imagens eram apoiadas para exposição ao sol.

Figura 2 - Reprodução de Hercule Florence - A descoberta isolada 1837³⁶



Fonte: Coleção Arnaldo Machado Florence.

Após o que se disse sobre a fotografia como documento histórico e mesmo considerando o rigor metodológico do estudo, convergências e divergências interpretativas

³⁵ Hercule Florence, desenhista, nasceu em Nice, França, em 1804 e veio para o Brasil em 1824, onde se casou e foi viver em Campinas. Acompanhou a expedição científica Langsdorff, chefiada pelo cônsul da Rússia e pelo médico alemão Georg Langsdorff, que percorreu o interior do Brasil de 1825 a 1829, para fazer os desenhos gráficos que iriam documentar a expedição. Inventou um processo de impressão de imagens que denominou *Photographie* admitindo que a luz era o principal elemento (KOSSOY, 1989).

³⁶ Disponível em: <<http://foto.art.br/h5/Descoberta%20da%20fotografia%20no%20Bras.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

poderão e devem ocorrer. Contudo, prevaleceu, para a interpretação imagética, o olhar semiótico de investigação com base no domínio da história da cultura visual.

2.4 Conceitos de base

Para estabelecerem-se os conceitos de base que nortearam o presente estudo, como os de rito institucional, micro-rito, assinatura imagética e os sociológicos bourdieusianos, buscou-se subsídio na articulação teórica dos seguintes autores: Martine Segalen (1940), professora da Universidade de Paris, etnóloga e socióloga francesa, especialista em questões culturais, que contribuiu com estudos na área de antropologia e sociologia; Erick Hobsbaun, professor de história econômica e social do *Birbeck College* da universidade de Londres, que se dedicou a estudar as tradições formalmente instituída; Peter McLaren, professor e escritor canadense da *Chapman University* e *University of California*, conhecido por ter articulado um movimento intitulado pedagogia crítica utilizando-se de recursos como os rituais, atribuindo à sua análise elementos que antes eram ignorados; Fernando Porto, Professor da UNIRIO e pesquisador do LAPHE, LACENF e LACUIDEN, que cunhou o termo assinatura imagética em sua tese de doutorado, e Pierre Bourdieu, já identificado anteriormente, cujo estudo objetivou as relações culturais de força que se estabeleceram nas sociedades.

Assim sendo, iniciou-se o estudo por Segalen (2002) que em seu livro *Ritos e rituais contemporâneos* dedicou-se a explicar os ritos e cerimônias, e se utilizou de uma abordagem bourdieusiana, para falar especificamente do que chamou de ritos de instituição. Para Bourdieu (1998, p. 17), os ritos de instituição visam instaurar uma espécie de “separação sacralizante”.

Ela considerou que os ritos de instituição eram aqueles que consistiam num processo de passagem de lado, sendo que um dos lados detém o poder de instaurar e conduzir o ritual. O ritual introduz, faz passar uma nova ordem, e “encoraja o promovido a viver segundo as expectativas sociais ligadas à sua categoria”. Em síntese, o rito consiste em “conhecer e reconhecer uma diferença” (SEGALEN, 2002, p. 50).

Somando-se a estas ideias, a autora percebe, por outro lado, que o rito também exclui os não ritualizados, forma uma barreira, e especifica que “os atos de magia social” (SEGALEN, 2002, p. 51), como, por exemplo, a colação de grau ou a atribuição de títulos, a imposição de uma marca ou uma assinatura é que vão distinguir as novas qualidades dos instituídos, qualidades essas que contam com a anuência de todo um grupo e a garantia da

instituição a qual pertencem, porque o ritual está ancorado num determinado estatuto que lhe dá validade.

As pesquisas de Brigitte Larguèze, segundo Segalen (2002), mostraram que as instituições que formam um homem e que são dotadas de características escolares, capazes de moldar os indivíduos na escola porque mantêm práticas que podem ser consideradas tradicionais as quais denominou rito de passagem. Em francês o termo *usinage* significa “torná-los conforme o molde original” (SEGALEN, 2002, p. 63-64).

Para Segalen (2002), como para Larguèze, as cerimônias chamadas ritos de passagem consistiam num processo de mudança de aparência em que se identificavam as variações de atributos nos agentes que participam do processo, a saber: os veteranos, os calouros e os mestres do ritual.

Nesse processo dá-se a constatação de três estádios no cenário-ritual do ambiente escolar que Segalen (2002, p. 64-65) denominou de:

- a) separação: marcada pela perda de identidade corporal pelo uso de uniforme, ou corte de cabelo, e imposição de um número de matrícula;
- b) margem, que determina uma espécie de diferença que chamou de “guerra” entre veteranos e calouros e que apesar de estarem em lados opostos, acaba ligando-os por apoiarem-se, cabendo aos veteranos o papel de comandar e submeter os calouros, e
- c) a agregação, processo onde se considera que houve um renascimento, onde se celebra festivamente uma espécie de purificação.

Outros autores como Hobsbawn e Ranger (2015) acrescentaram aspectos relevantes à discussão sobre rituais em seu livro *A invenção das tradições*. Eles forjaram o termo “tradição inventada”, apresentado na introdução de seu livro e definido como sendo

um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores de norma e comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma repetição em relação ao passado (HOBSBAWN et al., 2015, p. 8).

Tal conceito veio ampliar a compreensão do termo ritual uma vez que lhe conferiu um atributo a mais, ou seja, que o ritual seria invariável, conforme se percebeu. Eles afirmaram que as tradições inventadas, aquelas regidas por práticas de natureza ritual ou simbólica, por serem cultivadas por repetição, tem como características serem invariáveis, isto porque buscam “manter imutáveis alguns aspectos da vida social” (HOBSBAWN, 2015, p. 8), além do fato de que estabelecem uma relação superficial com o passado.

Para explicar melhor o termo, definiram algumas diferenças entre costume e tradição. Assim, apontaram que os costumes, ao contrário da tradição, não impedem as inovações, mas

a função do costume seria manter uma continuidade histórica a fim de que prevalecessem os direitos naturais. Destarte, justificavam a origem da frase “com base em costumes imemoriais” (HOBSBAWN, 2015, p. 9), muito utilizada na prática quando se estabelecem tensões sociais, porque parece circunscrevê-las ou respaldá-las de algum modo.

Os autores ressaltam que ainda não sabem qual o processo e como se desencadeiam os rituais, mas detectaram que as práticas rituais podem sentir falta de uma adaptação na medida em que necessitem “conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para um novo fim” (HOBSBAWN, 2015, p. 12).

Assim, estabeleceram os autores que uma nova tradição é inventada a partir das seguintes situações: quando transformações destroem padrões sociais estabelecidos para as tradições anteriores, quando perdem grande parte da capacidade de adaptação e flexibilidade ou são eliminadas de outras maneiras.

McLaren (1992) também estudou os ritos nos ambientes escolares dentro de uma perspectiva cultural que permitiu observar o contexto em que se desenvolveu “a instrução em sala de aula”, já que as instituições utilizavam-se de sistemas de rituais ligados a vida acadêmica. Estes sistemas de rituais, transmissores de ideologias, que denominou “códigos culturais”, permitiram analisar o comportamento em sala de aula utilizando-se também da “interpretação semiótica” resultando no conhecimento de como funcionam as ideologias (MCLAREN, 1992, p. 27-30).

Mais precisamente, o autor preocupou-se em entender a apreensão da ideologia na educação inspirando-se nos rituais, nas formas de retratar os estudantes e também no modo de se vestirem. Para tanto, contribuiu para o estudo do autor a interpretação do gestual e do “significado simbólico da construção da realidade”, incluindo-se aí o tema “poder e dominação” que, segundo o autor, mostrou-se visível nos “sistemas de significados, gostos, atitudes e normas que legitimam a ordem existente”. Desta forma, o autor definiu que o ritual deveria ser considerado como um “evento político” e acumulado como “capital cultural dominante da escola” (MCLAREN, 1992, p. 28-30).

De acordo com esta perspectiva, pode-se dizer que uma análise cultural, ou como denomina o autor, uma “análise do sistema de símbolo” da escola na perspectiva de seus rituais inter-relacionados a sistemas de rituais - que é o que ele entende por cultura - poderá revelar o “nexo inteiro de considerações sociais, políticas e morais” (MCLAREN, 1992, p. 31-32) daquele grupo, já que fará aflorar o que de mais denso lhe justificou as atividades, os posicionamentos e os dramas sociais.

A respeito desse último item, McLaren busca entender o que é drama social utilizando-se da perspectiva de Victor Turner, antropólogo escocês e professor da Universidade de Chicago, versado em análise simbólica, assim explicando-se: os dramas sociais são processos que surgem em situação de conflito, ou seja, encerram dualidades. Para ele, trata-se de uma arena em que se debatem ideologias e atuam forças que possibilitam elaborar-se novas críticas da vida escolar.

Segundo Neto e Porto (2014, p. 203), a explicação se estende ao termo imagético, e esclarece: “[...] palavra *imag(gem)* somada a palavra *ético*, origina o adjetivo *imagético(a)*, que tem por significação o conjunto das imagens, sejam elas: símbolos, metáforas, em uma composição de significados a serem decodificados”.

O estudo de Porto (2007) permeou uma análise sobre a luta simbólica pela institucionalização da imagem das enfermeiras brasileiras, no período de 1919 a 1925, que atuavam na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira (1916), na Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto (1920), seção feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados, criada em 1890, atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e na Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (1922), atual Escola de Enfermagem Anna Nery.

Porto (2007) analisou os elementos simbólicos presentes nos atributos pessoais que representavam a enfermagem brasileira com o fito de evidenciar as distinções entre as três escolas pela cor e pela forma como ostentavam esses símbolos em seus uniformes e rituais. Na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, seção feminina da Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto, ele menciona, por exemplo, que o símbolo da cruz no gorro diferenciava as aspirantes do primeiro para o segundo ano do curso.

No contexto dos estudos de Neto e Porto, configuraram-se os atributos pessoais analisados a partir das imagens veiculadas nas revistas especializadas do início do século XX, a saber, Revista da Semana e Fon-Fon, de onde se atribuíram critérios tendo em vista os atributos pessoais das indumentárias: véu, gorro, touca e o símbolo da cruz, ou seja, “signos” que tem o peso de uma “representação para o mundo”, além de identificar os respectivos cursos/escolas (PORTO; NETO, 2014, p. 201-202).

Tal trabalho de análise teve sua importância ressaltada pela Enfermeira Onã Silva, Mestre em Educação e escritora, que em seu livro História da Enfermagem no Universo de Cordel escreveu o poema “O que a enfermagem tem na cabeça? Do ornamento ao conhecimento” para exaltar, na linguagem cordelista, a assinatura imagética como “elemento de comunicação sobre os símbolos destacados nos uniformes das enfermeiras” (SILVA, 2013,

p. 245). Abaixo, um trecho do poema que se julgou conferir sensibilidade e graça ao estudo de Porto (SILVA, 2013, p. 245):

O véu era um símbolo
que a Florence usava
e outras enfermeiras
na cabeça o colocava
será que era de freira
ou toda moça gostava?

A touca era mui branca
de brancura reluzente
era também engomada
no ferro de brasa quente
na cabeça este símbolo
adornava nossa gente.

Inda hoje o gorro existe
outro modelo é usado
não é só a enfermagem
quem tem ele adornado
na cirurgia, por exemplo,
ele deve ser utilizado.

Desta forma, o estudo de Porto trouxe contribuição estratégica no sentido de se refletir sobre a assinatura imagética preconcebida como um conjunto de elementos simbólicos presentes na cultura de determinados grupos, que uma vez decodificados, pudessem ser capazes de distingui-los, por suas diferenças e/ou semelhanças, de identificá-los pelos seus gostos e personalidade, de reverenciá-los por sua produção e determinação e, ainda, resistir a combinação possível que se pudesse formular para se entender seus modos de viver.

Articuladas a essas ideias somaram-se as de Bourdieu, cujos conceitos consideraram-se básicos para a compreensão desse estudo da análise imagética. Sob esta perspectiva, um dos trabalhos de Bourdieu, que se fizeram oportunos mencionar, teve a preocupação em apontar as transformações nas relações entre os sexos, percebidas especialmente pelas mulheres, sistematizadas “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção” que vão formar o *habitus* (BOURDIEU, 1998, p. 6).

Por meio desses esquemas, se podia perceber sentimentos de resignação ou negação a certas atitudes inculcadas no seu modo de ser, por uma sociedade androcêntrica³⁷, para se usar o termo que ele empregou.

³⁷ Bourdieu se referiu à sociedade de Cabília, no Mediterrâneo, como sendo uma ‘sociedade androcêntrica (sociedade organizada de cima para baixo), legitimada pelas práticas que determina’ (BOURDIEU, 1998, p. 22), “cuja força, dispensou justificação” (BOURDIEU, 1998, p. 9). Estava presente na “divisão do trabalho, nas atividades, nos espaços ocupados, no interior da própria casa ocupada por lugares femininos e masculinos,

O *habitus* pode ser político, religioso, artístico ou científico e “deve ser compreendido como um sistema de disposições socialmente constituídas” (BOURDIEU, 1982, p. 191), que revelam o conjunto de práticas, valores e ideologias que são inculcados, pela classe dominante, na classe dominada.

Como um exemplo dessas práticas, no campo profissional, o autor indica que, muitas vezes, as escolhas ou vocações tomadas como conscientes podem ser consideradas apenas o resultado do *habitus*, que é imposto por um sistema de disposições inconscientes e, conseqüentemente, constituem “o produto da interiorização das estruturas objetivas [...] e, por estas vias, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas” (BOURDIEU, 1982, p. 201).

Essa escolha recaiu no fato de que, na maior parte das vezes, recorreu-se ao tema sobre a dimensão simbólica da dominação masculina³⁸, que resultou no que Bourdieu (1998) denominou ser um tipo de violência simbólica³⁹, uma dominação cuja lógica compactuou-se entre dominante e dominado.

Essa dominação, seja de etnia, de sexo, de cultura, de língua revelou-se, essencialmente, no “confinamento simbólico” (BOURDIEU, 1998, p. 19) observado no comportamento e nas atitudes, tanto físicas quanto éticas, das mulheres, expressos por meio da postura ou *hexis corporal*, “chamando o corpo à ordem” (BOURDIEU, 1998, p. 19) como, por exemplo, manter-se as pernas unidas até na hora de se abaixarem, a maneira de se vestirem, “que dissimula o corpo e desencoraja alguns tipos de atividades” (BOURDIEU, 1998, p. 19), do espaço que ocupam e dos gestos limitados, enfim, em tudo o que se pode inculcar em nome de uma educação considerada feminina.

E foi desta forma que se pode estabelecer conexão com as imagens do acervo, atribuindo-se-lhes e/ou explicando-se-lhes o sentido, a fim de tornar-se visível o discurso das enfermeiras da EEAP.

E não podia ser diferente: o tema foi praticamente obrigatório de se mencionar, tendo em vista o período do recorte da pesquisa que envolveu, ao mesmo tempo, esferas como a

no tempo, na jornada, no ciclo de vida, na gestação” (BOURDIEU, 1998, p. 9). Ver também A história dos quartos de Michelle Perrot (2011), sobre ocupação da casa e a arquitetura doméstica.

³⁸ Cabe ressaltar-se que as estruturas de dominação são impostas de modo a parecerem naturais, mas são como “o produto de um trabalho incessante de reprodução para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 1998, p. 23).

³⁹ Segundo o autor, a dominação masculina e o modo como foi imposta e vivenciada foi o que chamou de “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 1998, p. 3-4).

Escola e o Estado, considerados “[...] lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação[...]” (BOURDIEU, 1998, p. 5), campos profícuos que possibilitaram às mulheres empreender suas lutas contra toda a espécie de dominação.

Tratou-se, portanto, de um momento em que a emancipação das mulheres esteve presente em todas as frentes: pessoal, profissional, política e moral envolvendo certos tipos de articulação social, como se viu idêntica e simultaneamente nos textos constitucionais.

Neste sentido, Bourdieu nos conduz a “compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez” (BOURDIEU, 2005, p. 40), exatamente porque o campo é o espaço social onde residem as relações objetivas entre os agentes envolvidos que determinam a forma de tais interações e, conseqüentemente as posições que ocupam, por meio das crenças que as sustentam (Bourdieu, 2013).

O *hábitus* nada mais é que “a interiorização das estruturas estruturantes destas formas de ser e agir, que ocorre de forma inconsciente e se insinua nas crenças, na indumentária, no comportamento, nos rituais” (BOURDIEU, 2007, p. 60). O *habitus*, ou *hexis* corporal, é o “lugar da inscrição das regras familiares e de classe e funciona como um suporte de uma construção identitária” (BOURDIEU, 2007, p. 63). Baliza-se pelos *ethos*, ou modo de ser, que revela os princípios e valores morais do grupo (BOURDIEU, 2007).

Dito de outra maneira, os conceitos de campo e *habitus* são, de certa forma, indissociáveis, uma vez que o campo funciona como um local específico onde se estabelecem forças como, por exemplo, nas igrejas, escolas e demais instituições. Nesse campo, os agentes interagem segundo determinadas regras pressupostas, ou valores morais inculcados que o delimitam e, por isto mesmo, podem também modificá-lo.

Outros conceitos de Bourdieu serão utilizados no decorrer do estudo, por se apresentarem de forma mais específica na análise e discussão dos resultados.

2.5 Aspectos legais

Juristas têm discutido e reafirmado o uso, o cuidado e a preservação de imagens e informações visando determinados aspectos e impondo determinadas condições. Com efeito, Nestor Duarte (1902-1970), jurista, romancista e político brasileiro, afirmou em sua publicação Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência (2010) que “A lei contém ressalvas, admitindo a divulgação da imagem ou de fato quando necessária a fins judiciais ou que interessem à ordem pública” (DUARTE, 2010, p. 41). Da mesma forma, Orlando Gomes

(1909-1988), professor de Direito Civil Trabalhista e de Sociologia Jurídica da UFBA, em sua publicação *Introdução ao direito civil* (1996), admitiu que o retrato de uma pessoa podia ser exibido quando justificado, por

sua notoriedade, cargo que desempenha, exigência de política ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos ou de fatos de interesse público, ou que em público haja ocorrido (GOMES, 1996, p. 56),

ressalvando-se que, mesmo nestas circunstâncias, “não se tolerará o abuso notadamente se verificado o objetivo comercial” (Art. 187, Código Civil Nacional, 2002)⁴⁰. É importante ressaltar que a palavra imagem aqui admite alguns sentidos, dos quais destacamos os que interessam para o estudo. Um se refere à imagem que representa ou simboliza coisa ou pessoa, onde se pode visualizar uma cena, um quadro, um retrato, uma ilustração etc. e que se pode entender como reprodução. O outro sentido é tratado no Código Civil Nacional⁴¹ (2002) como “direito de imagem”, e refere-se ao que se diz ou a ideia que se faz sobre pessoas ou instituições que pode atingir diretamente a sua reputação por conta da personalidade física da pessoa, incluindo os traços fisionômicos, o corpo, atitudes, gestos, sorrisos, indumentárias, etc. Ambos os sentidos se enquadram no estudo por seus aspectos peculiares.

Alerta o Art. 20 do referido código que as imagens publicadas em trabalhos científicos nos quais, de alguma forma, se descrevam ou se mencionem informações, características ou qualidades relacionadas às pessoas, em regra, demandam prévia autorização para seu uso. Assim, o direito das pessoas, além de estar amparado pelas normas infraconstitucionais, como o código civil, também encontra amparo na Constituição do Brasil (1988) que garantiu, como cláusula pétrea, por meio do Art. 5, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

A consistência constitucional em relação ao acesso à informação deu origem, anos mais tarde, a Lei nº 12.527/2011, reconhecida como lei de acesso, que regulou o acesso à informação, previsto no Inciso XXXIII, do Artigo 5º, no Inciso II do § 3º, do Artigo 37, e no § 2º, do Artigo 216, da Constituição Federal de 1988, assim como estabeleceu as competências dos órgãos que abrange, a saber: os órgãos da administração pública, direta e indireta,

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2016.

incluindo as autarquias. A regulação do acesso ensejou, conseqüentemente, a regulação do uso e veiculação.

Tendo em vista que a Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998 que regulou os direitos autorais, especificamente em seu artigo 7º, estabeleceu as fotografias como obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro já foi extensamente discutida em outros trabalhos dos grupos de pesquisa em História da Enfermagem da EEAP, as preocupações voltaram-se para se tratar da Lei de Acesso. Julgou-se oportuno ressaltar três conceitos eticamente válidos para o entendimento de pesquisadores e usuários de documentos de arquivo presentes no Art. 4 da Lei de Acesso.

O primeiro é o conceito de autenticidade inscrito no Inciso VII, que considera autenticidade como uma “qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema”. O e-Arq Brasil⁴² publicado pelo Arquivo Nacional (2011), que trata de “Modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos”, tem a finalidade de garantir a confiabilidade, autenticidade e acesso ao longo do tempo, considerou que um documento arquivístico autêntico é aquele que é o que diz ser, original ou cópia, e que é livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção. Significa dizer que a confiabilidade (fidedignidade) está relacionada à produção, enquanto que a autenticidade está ligada à transmissão do documento e à sua preservação e custódia.

Destarte, inferiu-se que um documento autêntico para o e-ARQ é aquele que se mantém da mesma forma como foi produzido e, portanto, apresenta o mesmo grau de confiabilidade que tinha no momento de sua produção. Assim, um documento não completamente confiável, mas transmitido e preservado sem adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção, é autêntico.

O outro conceito que se quis ressaltar diz respeito à integridade e está disposto no inciso VIII da mesma lei, que determina que a integridade está vinculada à “qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino”. Para o e-ARQ (ARQUIVO NACIONAL, 2011), a integridade refere-se ao “estado dos documentos que se encontram completos e não sofreram nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada nem documentada”. Depreende-se dessa regulamentação que o pesquisador ou usuário deve manter a condição original da fonte consultada, reproduzida e veiculada, e não fazer

⁴² Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br>>. Disponível em: 15 fev. 2017.

interferências no sentido de retocá-las, favorecendo ou desfavorecendo de alguma forma a imagem.

A acessibilidade do documento de arquivo, por sua vez, se encontra na Lei de Acesso à Informação, definida como uma “qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados”. Dessa forma, o e-Arq considerou que um documento arquivístico acessível é aquele que pode ser localizado, recuperado, apresentado e interpretado, o que significa dizer que foi garantida a sua transmissão para outros sistemas sem perda de informação e de funcionalidade, e pode ser recuperado a qualquer tempo, e apresentado com a mesma forma que tinha no momento de sua produção.

Para o usuário ou pesquisador, esse é um aspecto de importância estratégica em razão do fato de que muitas vezes eles encontram dificuldades de acessar suas fontes de pesquisa. Ademais o pesquisador que trabalha com imagem, na maior parte das vezes, possivelmente precisará interpretar a imagem que vê, motivo pelo qual precisa da garantia de que não houve perda de informação. Infelizmente, em alguns suportes, já se faz notar essa perda.

Nota-se que a Lei de Acesso demonstra claramente a preocupação com a proteção da informação e a garantia da disponibilidade, autenticidade e integridade, bem como da informação sigilosa e pessoal que deverá ser classificada quanto ao grau e prazos de sigilo, obedecendo aos requisitos listados na Lei de Acesso que podem ser: ultrassecreta (25 anos), secreta (15 anos) e reservada (5 anos). Nota-se, ainda, a preocupação sobre a orientação a ser dada com relação ao direito de acesso à informação e dos procedimentos para o cumprimento da norma, denotadamente sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida. As informações de caráter pessoal que se referem à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão o acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos a contar da data da produção.

Com relação ao exposto, necessário se fez enfatizar que, por ocasião da comemoração dos 120 anos da EEAP, no evento denominado Formação, tecnologia e inovação na prática do cuidado de enfermagem, realizado no período de 27 de setembro a 01 de outubro de 2010, apresentou-se um pôster e um resumo intitulados A questão do acesso: imagens fotográficas da EEAP (SILVA JUNIOR et al., 2010). No trabalho apresentado se ressaltou a importância do direito de acesso às imagens fotográficas viabilizadas após o trabalho de digitalização do acervo iconográfico da EEAP.

Concluiu-se que havia a necessidade de se preservar a memória iconográfica em razão da demanda pela divulgação da Escola, de seus atos e personagens de modo a não serem

esquecidos, mas dentro de uma perspectiva legal, sem perder de vista o essencial, como a segurança e o acesso às fotografias, o autor das imagens e os personagens retratados.

Diante do exposto, pode-se dizer que a Lei de Acesso à Informação veio regulamentar e impor, mesmo que tardiamente, e em oposição ao que se praticava anteriormente, a necessidade de se prover o acesso dos documentos ao público previsto na Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil de 1988, e que a exceção seria o sigilo.

Dessa forma, a digitalização das imagens, neste estudo, foi feita de forma legal, mantendo-se a autenticidade e a integridade das mesmas. O uso de cunho científico cultural, com informações relativas aos aspectos sociológicos do *hábitus* do grupo pertencente a uma instituição pública, permitiu que se divulguem as informações registradas sem prejuízo da honra e da imagem das pessoas e das instituições retratadas.

Ademais, os aspectos legais reforçam a necessidade da manutenção de uma política institucional de gestão de documentos⁴³ que garanta tanto o acesso como a preservação da memória da EEAP.

⁴³ Gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em sua fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.

SEÇÃO 3 - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA MATRIZ DE ANÁLISE

3.1 Introdução

Esta seção se destina aos resultados após aplicação da matriz de análise. Para tanto, mediante critérios de inclusão, correspondentes ao período estudado e aos temas referenciados, 28 fotografias foram submetidas a matriz fotográfica.

Isto implicou na organização de quadros demonstrativos e tabelas para ao final se obter a síntese da produção de sentido que elas ofereceram no conjunto da análise do sistema simbólico. Este possibilita explicar o que Bourdieu (2006) denomina de estruturas estruturantes, pois elas são estruturadas, o que evidencia o modo de agir que segue padrões de um determinado grupo. Logo elas são construídas com o fito de se explicar a relação entre o que está representado e o seu sentido (BOURDIEU, 2007).

Para tanto, se utilizaram os fundamentos da semiótica, por meio dos planos de expressão e conteúdo, que são considerados “elementos indivisíveis” (KOSSOY, 1989, p. 49) para a análise semiótica, porque se articulam para produzir as informações implícitas e explícitas que vão propiciar a reconstituição do processo que gerou a imagem e, também, determinar os elementos simbólicos que compõem o registro visual (KOSSOY, 1989). Os elementos simbólicos representados visualmente determinaram os assuntos ou temas destacados nas Seções 4 - Cenário do distrito federal e a EEAP (8 imagens) que tratam dos espaços da Escola na visualidade dos corpos, na Seção 5 - Capitalização cultural na visualização das aparências (12 imagens), que tratam das visitas recebidas e realizadas, exposições e datas comemorativas, e na Seção 6 - Narrativa ritualística (8 imagens), que tratam de imposição de touca e insígnia, formatura e missa.

Kossoy (1989) destaca que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade congelada, um aspecto determinado do passado. Neste sentido, embora exista uma gama de possibilidades de se ver e registrar um aspecto da realidade, o momento do registro cabe somente ao fotógrafo, independentemente de estar registrando para si mesmo ou para um cliente. O que ocorre é que as diferentes reações causadas pelas imagens vão depender do vínculo que os receptores tiveram com o assunto e, também, com seu repertório cultural, sua situação socioeconômica, seus preconceitos, e sua ideologia, razões que tornam as imagens polissêmicas (KOSSOY, 1989).

Neste sentido, Mauad (2008, p. 39) afirma existirem “regras de leitura dos textos visuais que são compartilhadas com a comunidade de leitores”. Estas regras resultam de uma disputa pelo significado adequado às representações culturais. Desse modo, para ela, perceber e interpretar são parte de um processo que visa educar o olhar.

Das tabelas elaboradas, duas representam os anos em que foram tomadas as fotografias, para que se pudessem observar na sequência dos anos a quantidade de fotos, e as demais apresentam dentre outros dados, as seções, organizadas conforme o Quadro 1 por serem indicativas dos temas citados, o que facilitou relacioná-los aos resultados obtidos. O quadro 2 demonstra como foram convencionadas as fotografias tendo em vista o seu tamanho.

Quadro 1 – Seções e temas

Seções	Temas
Seção 4 - Cenário do Distrito Federal e a EEAP	Espaços da Escola da visualidade dos corpos
Seção 5 - Capitalização cultural na visualização das aparências	Visitas recebidas e realizadas, exposições e datas comemorativas
Seção 6 – Narrativa Ritualística	Imposição de touca e insígnia, formatura, missa

3.2 Análise e espaços representados nas fotografias

3.2.1 Dados de identificação

Local do acervo, nome da instituição e fundo documental:

O acervo iconográfico está situado no prédio no prédio da EEAP, na Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial Maria de Castro Pamphiro e foi identificado como pertencente ao fundo documental da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, do Centro de Ciências Biológicas da UNIRIO.

3.2.2 Dados complementares

Estes dados estão descritos nos quadros de Síntese dos Dados da Matriz de Análise Semiótica nas Seções 4, 5 e 6.

3.2.3 Dados do plano de expressão

Kossoy (1989) denominou a autoria de elemento constitutivo, que articulado ao assunto e à tecnologia, considerando-se também o espaço e o tempo, resultará no produto final que é a fotografia. Ele reconhece os elementos constitutivos como componentes interligados e constantes em todos os processos. É por esse motivo que, para ele, o produto final se caracteriza por meio da “intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos” (KOSSOY, 1989, p. 27), porque ele, o fotógrafo, é um dos elementos essenciais para que se realize uma fotografia.

Desta forma, o fotógrafo assume a posição de um “filtro cultural” (KOSSOY, 1989, p. 27) já que a fotografia que capturou revela a sua atitude, seu estado de espírito e sua ideologia diante do objeto a ser fotografado. Em outras palavras, é uma certa forma de expressão que se pode perceber na intenção ou motivação do fotógrafo que registra a cena e a materializa num determinado momento. A partir daí, ela suscitará recordações e provocará sentimentos os mais diversos para, finalmente, cair nas mãos dos que as preservaram.

Na Tabela 1, foi possível registrar a autoria de três imagens, sendo que as 28 estão devidamente preservadas pela legislação, e serão creditadas na medida em que forem reclamadas, conforme se registrou na Seção 2 desse trabalho.

Tabela 1 – Sobre a autoria das imagens

Descrição	Sem autoria		Com autoria		Total Geral	% sem autoria	% com autoria
	Quantidade	%	Quantidade	%			
Seção 4	7	28	1	33,33	8	87,50	12,50
Seção 5	9	36	3	100,00	12	75,00	25,00
Seção 6	6	24	2	66,67	8	75,00	25,00
TOTAL	22	88,00	6	100,00	28	78,57	21,43

Percebeu-se que 78,57% das imagens não tem autoria conhecida, e apenas seis, 21,43%, tem a autoria identificada, sendo uma, da Seção 4, que foi capturada em grupo, na aula de dietética, por um fotógrafo da Foto São Clemente. O estúdio localizava-se na Rua São Clemente 21, no Rio de Janeiro.

Duas são da Seção 6, de autoria do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini da EEAP. Uma foi capturada na porta da igreja com um grupo de alunas posando na escadaria, e a outra focalizou a mesa e autoridades numa cerimônia, possivelmente de formatura. As

outras três são da Seção 5, e foram identificadas no anverso como sendo FOTORREPORTAGENS – Uriel Tavares – Rio.

b) Tipo: instantânea ou posada

Além desses tipos, a instantânea, em que a pessoa não tinha a intenção de ser fotografada, e a posada, Silveira insinua que há um tipo de fotografia instantânea “que se aproxima mais das intencionalidades de representação de uma fotografia posada” (SILVEIRA, 2015, p. 87). Isto significa dizer que houve uma certa pretensão no sentido de fazer parecer uma tomada instantânea.

Dentre outras possíveis, selecionamos a imagem nº 4 da Seção 4, que foi considerada instantânea no estudo e, no entanto, pode servir de exemplo para o caso da intencionalidade de se fazer uma foto instantânea, mas que, de alguma maneira, parece que foi posada. Tal pretensão se depreende do fato de que a imagem da diretora foi capturada, não por acaso, refletindo sua própria imagem num espelho, pendurado na parede.

Tabela 2 – Tipo de foto - instantânea ou posada

Descrição	Tipo				
	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total	Percentual (%)
Instantânea	5	6	1	12	42,86
Posada	3	6	7	16	57,14
Total	8	12	8	28	100,00

Desse total, 16 imagens foram consideradas posadas (57,14%) e 12 imagens (42,86%) instantâneas.

c) Direção, sentido geométrico

A direção da foto indica se ela está centralizada, da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, de baixo para cima cujo ângulo se denomina *contra-plongée*, que imprime uma sensação de “grandeza e imponência”, e o ângulo *plongée*, de cima para baixo, que produz o efeito de “diminuir o objeto e provocar o distanciamento, opressão, fragilidade ou intimidação”; abaixo a Tabela 3, geometria das fotos analisadas, indica-se o formato e a posição da foto em relação à página. Os dados sobre a direção e o sentido estão articulados na Tabela 4.

Tabela 3 – Geometria das fotos analisadas

Sentido	Ano da Imagem											Total	
	1943	1944	1945	1946	1947	1950	1952	1953	1954	1956	s/a	quant.	%
Horizontal	1	2	2	1	2	3	1	1	4	6	2	25	89,29
Vertical										2		2	7,14
Quadrado							1					1	3,57
Total	1	2	2	1	2	3	2	1	4	8	2	28	100,00

Em relação ao sentido das fotografias, 89,29% são horizontais, e representam a maior parte em todos os anos. Apenas duas fotografias foram tomadas em sentido vertical, no ano de 1956 e representa 7,14% do conjunto. A categoria investida de dimensões com lados iguais (quadrado), ou seja, uma fotografia, não se aplica, e representa 3,57% do conjunto.

A direção da foto é determinada pelo ponto de observação do fotógrafo, de onde ele está vendo o objeto ou a cena que vai fotografar, e pode ser classificada em cinco categorias: centralizada (c), da direita para a esquerda (d/e), da esquerda para a direita (e/d), de baixo para cima (b/c) e de cima para baixo (c/b) (SILVEIRA, 2015)).

Tabela 4 – Geometria, direção e sentido das fotos analisadas

Direção	Sentido				Percentual (%)			
	Horizontal	Vertical	Quadrado	Total	Horizontal	Vertical	Quadrado	Total
centralizada	16	1	1	18	57,14	3,57	3,57	64,29
direita/esquerda	2			2	7,14	0,00	0,00	7,14
esquerda/direita	6			6	21,43	0,00	0,00	21,43
baixo/cima	1			1	3,57	0,00	0,00	3,57
cima/baixo	1			1	3,57	0,00	0,00	3,57
Total	26	1	1	28	92,86	3,57	3,57	100,00

Das 28 fotografias, 27 são retangulares e uma fotografia quadrada a qual não se aplica o critério sentido. Desse total, encontraram-se 57,14% (16) de fotos horizontais e centralizadas; 3,71% (1) foto vertical e centralizada; no sentido direito esquerda 7,14% (2) fotos; no sentido esquerda direita 21,4% (6) fotos; no ângulo *plongée*, sentido de cima para

baixo, que tem o efeito de diminuir o objeto e contempla um plano mais amplo, 7,14% (2) fotos; no ângulo contra *plongée*, que permite a sensação de grandeza, 3,71% (1) foto.

d) Dimensão

Quadro 2 – Dimensões e tamanhos das fotografias

Dimensões	Tamanho
entre 22x17cm a 24x17cm	Grande
entre 17 e 11cm e 18x12cm	Médias
entre 7x7cm e 13x8,5cm	Pequenas

De acordo com o que se convencionou no Quadro 2, elaborou-se a Tabela 5, obtendo-se o seguinte resultado para o formato (desenho geométrico): as fotografias médias representam 50%, as grandes 32,14% e as pequenas 17,85% do conjunto de 28 fotografias.

Também foi possível perceber na Tabela 5 que das nove imagens grandes, 7 se concentraram na Seção 6, que trata do tema imposição de touca e insígnia, formatura, missa, e correspondem a 77,7% do total da seção. Tal fato pode ser, possivelmente, considerado um dos indicativos da importância estratégica que a diretora conferia ao rito da formatura.

Observou-se apenas uma fotografia quadrada de dimensões pequenas, medindo 7x7cm, datada de 1952, que trata de uma aula de anatomia. As demais fotografias são retangulares e mostram as atividades desenvolvidas na escola, as acomodações, os passeios e visitas, exposição etc.

Tabela 5 - Dimensão das imagens por seção

Fotos	Dimensão (cm)	Quantidade por seção			Total	% no segmento	% geral
		Seção 4	Seção 5	Seção 6			
Pequena	7 x 7	1			1	20	3,57
	8,6 x 6		1		1	20	3,57
	11,5 x 8,5		1		1	20	3,57
	12 x 8,5		1		1	20	3,57
	13 x 8,5		1		1	20	3,57
	subtotal	1	4	0	5	100	17,86
Média	17 x 11	4	2		6	43	21,43
	17 x 11,5	1			1	7	3,57
	18 x 11	1		1	2	14	7,14
	18 x 12		5		5	36	17,86
	subtotal	6	7	1	14	100	50,00
Grande	22,5 x 17			1	1	11	3,57
	23 x 17	1			1	11	3,57
	24 x 17		1		1	11	3,57
	24 x 18			6	6	67	21,43
	subtotal	1	1	7	9	100	32,14
Total geral		8	12	8	28		100,00

e) Planos: geral, conjunto, americano, close e plano detalhe

No universo de 28 imagens, o resultado indica que 39,29% das imagens (11 fotografias) foram tomadas em plano conjunto, 32,14% no plano geral com 9 imagens, 21,43% no plano do tipo americano, com 6 imagens e 1 no plano detalhe, representando 3,57% das imagens. Não foram tomadas fotografias em *close*.

Tabela 6 – Plano

Descrição	Plano				Percentual (%)
	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total	
Geral		7	2	9	32,14
Conjunto	5	4	2	11	39,29
Close				0	0,00
Plano americano	3		3	6	21,43
Plano detalhe		1		1	3,57
Total	8	12	7	27	96,43

g) Nitidez: foco, impressão e iluminação

A nitidez compreende a análise de três aspectos: foco, com duas variáveis, tudo no foco ou apenas o plano central no foco, impressão visual, que se refere ao contraste forte ou suficiente, com linhas bem definidas e iluminação, que permite observar-se a clareza e o equilíbrio de tons, sendo mais claras com sombras e mais claras sem sombras (SILVEIRA, 2015).

Tabela 7 – Nitidez – foco

Foco	Localização				Percentual (%)			
	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total
Tudo no foco	7	11	7	25	25,00	39,29	25,00	89,29
Plano central no foco	1	1	1	3	3,57	3,57	3,57	10,71
Total	8	12	8	28	28,57	42,86	28,57	100,00

Com relação ao foco 89,29% das imagens tem os planos no foco e apenas 10,71% tem o foco no plano central. Das três fotografias com foco no plano central observou-se que na seção 4, a fotografia 8, que pretendeu focalizar um grupo de alunas com um esqueleto ao centro, numa aula de anatomia, está fora de foco. Na seção 5, na fotografia 10 o fotógrafo não focalizou por inteiro a figura de Cristo na visita ao Corcovado; possivelmente o fotógrafo gostaria de ter obtido a imagem de corpo inteiro da estátua, mas do ângulo de captura não foi possível. Na seção 6, a fotografia 27, cujo plano central era o primeiro e segundo bancos da igreja, o fotógrafo manteve o foco no objeto.

Tabela 8 – Nitidez – impressão visual

Impressão visual	Localização				Percentual (%)			
	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total
linhas bem definidas (contraste forte)	7	12	8	27	25,00	42,86	28,57	96,43
linhas definidas (contraste suficiente/insuficiente)	1			1	3,57	0,00	0,00	3,57
Total	8	12	8	28	28,57	42,86	28,57	100,00

As 27 imagens do conjunto, 96,42% apresentam contraste forte, com linhas bem definidas, e apenas a imagem da seção 4, já mencionada, apresenta um contraste insuficiente. Pelas características que apresenta, provavelmente não foi tomada por um profissional.

Tabela 9 - Nitidez – iluminação

Iluminação	Localização				Percentual (%)			
	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total
Clara com sombras	2	4	3	9	7,14	14,29	10,71	32,14
Clara sem sombras	6	7	5	18	21,43	25,00	17,86	64,29
Escura		1		1	0,00	3,57	0,00	3,57
Total	8	12	8	28	28,57	42,86	28,57	100,00

A maior parte das fotos, 64,28%, é clara e sem sombras apresentando uma variação equilibrada de tons em cinza. Apenas a fotografia 16, na seção 5, sobre os festejos de São João, tomada no pátio da EEAP pode ser considerada escura, provavelmente porque foi capturada durante a noite e com pouca luz, mas a nitidez não ficou prejudicada.

3.3 Dados do plano de conteúdo

Silveira (2015) definiu os espaços como “naturais/espontâneos, artificiais/arranjados, internos/externos, públicos/privados denominados de espaço geográfico” (SILVEIRA, 2015, p.75).

Neste sentido, não foram tomadas imagens em estúdios no caso desse trabalho. O espaço de vivência institucional foi considerado como um espaço natural em que se podem observar os signos objetivos, as indumentárias e poses que compõem o cenário cotidiano nos quais o grupo objetivou ser fotografado e que conferem o poder simbólico e o sentido do que se quis legitimar.

O conjunto de imagens é formado, na maioria, por fotos posadas como não podia deixar de ser, já que se trata de registrar a vida cotidiana da escola nas funções ritualísticas, culturais e também sobre os espaços sociais em circunstâncias que se queriam divulgar e perenizar.

As pessoas são fotografadas usando indumentária, exceto em duas fotografias, a de nº 18, em que a diretora aparece com roupas próprias, um vestido estampado, abotoado na frente, de gola. As mãos estão sobre as pernas unidas e levemente voltadas para o lado direito, ao centro da imagem. O que se observou foi que, mesmo não usando seu uniforme, a diretora marcou seu espaço central e garantiu o espaço de figuração⁴⁴ exercendo o poder simbólico, e evidenciado como confinamento simbólico. Na Tabela 10, listamos os locais e lugares encontrados nas imagens além dos espaços de vivência interiores e exteriores.

Tabela 10 – Locais e lugares – exterior/interior

Local	Descrição	Lugar - quantidade			Lugar – Percentual		
		Interior (1)	Exterior (2)	Total (3)	Interior (4)	Exterior (5)	Total (6)
Seção 4	laboratório de dietética	2		2	7,14	0,00	7,14
	laboratório de anatomia	1		1	3,57	0,00	3,57
	laboratórios de saúde	1		1	3,57	0,00	3,57
	Refeitório	1		1	3,57	0,00	3,57
	Dormitório	1		1	3,57	0,00	3,57
	sala de estudos	1		1	3,57	0,00	3,57
	sala de visitas	1		1	3,57	0,00	3,57
	Subtotal	8	0	8	28,57	0,00	28,57
Seção 5	Corcovado		1	1	0,00	3,57	3,57
	Saída do ônibus da escola		1	1	0,00	3,57	3,57
	Visita da pastoral à escola		1	1	0,00	3,57	3,57
	Grupo no gramado da escola		2	2	0,00	7,14	7,14
	Celebração de Natal		1	1	0,00	3,57	3,57
	Celebração aniversário escola	3		3	10,71	0,00	10,71
	Celebração festa junina		1	1	0,00	3,57	3,57
	Celebração Páscoa na escola		1	1	0,00	3,57	3,57
	Varanda		1	1	0,00	3,57	3,57
	subtotal	3	9	12	10,71	32,14	42,86
Seção 6	Igreja	2	2	4	7,14	7,14	14,29
	Salão de formatura	2		2	7,14	0,00	7,14
	Salão de elevadores	1		1	3,57	0,00	3,57
	Varanda da escola	1		1	3,57	0,00	3,57
	subtotal	6	2	8	21,43	7,14	28,57
	Total geral	17	11	28	60,71	39,29	100,00

No espaço de figuração a escolha recai sobre as pessoas retratadas, em grupo ou isoladamente, e o entendimento sobre seu posicionamento indicando a hierarquia. No caso desse estudo, verificou-se que 27 imagens, representando 96,4% são tomadas em grupo e

⁴⁴ O espaço de figuração compreende homens, mulheres e crianças, bem como a hierarquia das figuras e atributos. Esta categoria é formada pelos itens pessoas retratadas, atributos da figuração, tamanho, enquadramento e nitidez (SILVEIRA, 2015, p. 88).

apenas uma imagem foi tomada de forma a capturar a figura humana individualmente. Esta imagem, fotografia nº 1, foi tomada no dormitório e foi analisada na Seção 4.

Tabela 11 – Espaço de figuração

Descrição	Espaço de figuração			Percentual		
	Indivíduo	Grupo	Total	Indivíduo	Grupo	Total
Seção 4	1	7	8	3,57	25,00	28,57
Seção 5		12	12	0,00	42,86	42,86
Seção 6		8	8	0,00	28,57	28,57
TOTAL	1	27	28	3,57	96,43	100,00

Nota: Todos os percentuais são em relação ao total de fotos (28).

As figuras mais retratadas nas imagens estão distribuídas da seguinte forma: 85,71% das imagens recaem na intenção de retratar o grupo com as alunas que são fotografadas com os demais representados. A diretora Maria do Carmo Pamphiro aparece em 46,42% das imagens, ocupando a posição central de destaque que a importância do cargo exigia, e ao lado de autoridades.

Deve-se ressaltar que as fotografias em que ela aparece com mais recorrência são as da Seção 5, em seguida das da Seção 6, que tratam da capitalização cultural e da ritualística, o que vem reforçar a necessidade que ela percebia de se perpetuar as práticas e valores de natureza simbólica ou ritual.

Tabela 12 - Figuras mais retratadas

Descrição	Figuras				Percentual (%)
	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total de visualização	
Diretora	1	8	4	13	46,43
Autoridades		7	4	11	39,29
Alunas	8	9	7	24	85,71
Convidados		3	5	8	28,57
Professoras		3	4	7	25,00

Nota: percentual de total de aparições em relação as 28 fotos.

Na Tabela 13 sobre espaço dos objetos, listaram-se os objetos simbólicos mais representativos da cultura e da tradição do grupo, os que de forma positiva identificaram a

maneira de pensar e agir propiciando o entendimento do sentido da vida e da profissão naquela instituição.

A indumentária de enfermeira e aspirante é ostentada em 92,86% das imagens (26 fotos), a touca é visualizada em 92,86% das imagens (26 fotos), e tem sua importância no formato cônico que a diferencia da de outras escolas, bem como as insígnias em 82,14% das imagens (23 fotos), as bandeiras do Brasil e da Escola em 57,14% das imagens (16 fotos), e a lâmpada em 10,71% das imagens (3 fotos).

Desta forma, percebeu-se que havia a imposição de se usar a indumentária, incluindo-se insígnias e toucas, no convívio da Escola como parte da formação do *hábitus* por meio do estabelecimento de um padrão. Também foi possível perceber a imposição das bandeiras como símbolo nacional e de reconhecimento da Escola principalmente nos eventos ritualísticos. A lâmpada foi destacada por se tratar do símbolo da enfermagem e aparece nos momentos de celebração de rituais.

Tabela 13 – Atributos retratados

Descrição	Atributos pessoais				Percentual (%)
	Seção 4	Seção 5	Seção 6	Total de visualização	
Lâmpada			3	3	10,71
Touca	7	11	8	26	92,86
Insígnia	4	11	8	23	82,14
Bandeira		11	5	16	57,14
Indumentária	8	10	8	26	92,86

Nota: percentual efetuado em relação ao total de fotos (28).

3.4 Síntese dos dados

Não obstante a aferição dos dados obtidos com a matriz de análise semiótica, vale recordar que Dubois considerou que uma foto não explica, não interpreta, não comenta, por isso ela pode ser considerada, em suas próprias palavras, “boba” (DUBOIS, 2012, p. 84). Isto é evidente porque ela pode ser somente uma prova instrutiva e irrefutável.

Mas a importância da reflexão para Dubois (2012, p. 84) reside no fato de que “com frequência não se sabe bem o que ela prova”. Consequentemente, considerou-se explorar os campos de expressão e conteúdo como uma maneira de se verificar o que ela prova.

Um dos aspectos que se quis revelar, por exemplo, foi que o crescente processo de profissionalização feminina destacado na seção 1, tenha sido, talvez, o menos visível nas

imagens, para aqueles que não tiveram a preocupação de Dubois (2012). O fato foi evidenciado na presença masculina nas imagens em lugares de figuração condizentes com a importância dos cargos. Dessa maneira, era a garantido o prestígio do evento.

O que se quis enfatizar foi que os homens de terno nas fotografias analisadas eram as autoridades convidadas para prestigiarem os eventos da Escola, ou pessoas por elas indicadas, além de visitantes ilustres dentre os quais a diretora citou: “Diretor do Manicômio Judiciário, Diretores do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e do Departamento Nacional de Saúde - DNS, Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), Dr. Matias Costa, Diretor do Hospital de Neuro Sífilis e o vigário da Matriz N. S. do Brasil”, só para citar alguns (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944, p. 9, 17).

Na síntese que faz sobre instrumentos de dominação, pode-se dizer que Bourdieu sinaliza a presença masculina nos sistemas simbólicos como o resultado de um tipo de dominação - que reconheceu como sendo violência simbólica - e cumpre uma função política, justificando, neste caso, a dominação de um sexo sobre o outro, quando reconhecido, seja dito, contribuindo para a domesticação do dominado no mundo social. O que verdadeiramente está em jogo é o acúmulo de “riquezas e poder” (BOURDIEU, 2001, p. 14).

Assim, a diretora reconhecia a função política exercida pelas pessoas do sexo masculino convidando-as para as celebrações, ao mesmo tempo em que era também convidada para eventos acadêmicos e religiosos como “a missa em homenagem ao Arcebispo D. Jaime Câmara, na Escola Nacional de Música, a missa em ação de graças pelo regresso da Força Expedicionária Brasileira, na Candelária, a semana do papa, no Teatro Municipal, a Conferência do Padre Távora no Ministério da Educação e Saúde, a cerimônia de recepção de diploma e touca na EAN”, dentre outras celebrações (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946, p. 9).

A professora Flaviane de Faria Carvalho, doutora em Linguística Aplicada e Semiótica pela Universidade de Lisboa, explica que para Gunther Kress e Theo van Leeuwen, o primeiro professor de Semiótica e Educação da *University College London* e o segundo estudioso em Linguística e professor de Teoria da Comunicação da Universidade de Sydney, a composição da imagem, ou o sistema de posições, como preferiu Dubois para denominar “composição”, assume relevância na medida em que está baseado na interação entre dois tipos de participantes que podem articular-se face-a-face, bem como podem estar inseridos em posições determinantes de lugares sociais diferenciados (CARVALHO, 2010).

São os participantes representados as pessoas, os lugares, as coisas capturadas nas imagens e os participantes interativos são as pessoas que se comunicam com os outros por meio das imagens - os produtores e os leitores de imagens (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996). Os autores consideram que quando os participantes representados olham para o espectador, se estabelece uma conexão em nível imaginário. O contato pode determinar uma demanda por meio da expressão facial e dos gestos, ou uma oferta em que o participante representado é tão somente um elemento observável pelo espectador que, desse modo, torna-se o sujeito do olhar (CARVALHO, 2010).

O enquadramento é alcançado a partir dos planos: primeiro plano, quando se fotografa a cabeça e os ombros do participante representado, que se conhece por *close*, no plano médio, se retrata o participante representado da cintura para cima, que se conhece por plano americano, e no plano aberto captura-se o participante de corpo inteiro bem como se explora o cenário, que denominamos plano conjunto. Neste sentido, Carvalho afirma: “Tais enquadramentos situam-se em um contínuo e sugerem, respectivamente, relações de intimidade, amizade e distanciamento com o espectador” (CARVALHO, 2010, p. 269).

Dito de outra maneira, Kress e Van Leeuwen (1996) acreditam que o ângulo pode realizar atitudes (*attitudes*), de um certo modo, subjetivas quanto à apresentação dos participantes representados. As atitudes subjetivas são as socialmente determinadas, ao contrário das objetivas, que apresentam a imagem como ela é. Possivelmente, esse tipo de enquadramento (subjetivo) se tornou tradicional nas fotografias institucionais, como no caso deste trabalho, por esta razão (serem socialmente determinadas).

Desta forma, admite-se que as imagens subjetivas horizontais podem estabelecer relações de envolvimento se a imagem foi tomada no plano frontal; se tomada no ângulo oblíquo, distanciamento com o espectador.

Outro aspecto que se observou, para usar-se a semiótica de Kress e Van Leeuwen (1996), foram os jogos de olhares para a câmera na composição entre os participantes representados, os lugares e os objetos capturados, e os participantes interativos, que são as pessoas que produzem e leem as imagens.

Assim, nas fotos em que a Diretora é visualizada (participante representada), percebe-se o olhar em direção à câmera ou como se estivesse olhando para a frente: é o olhar face a face, embora não esteja sempre inscrito no eixo ótico da câmera. Portanto, ela é sempre o sujeito da leitura além de ocupar posição central nas imagens, como exigiam os códigos de comportamento e as estruturas hierárquicas sociais.

As aspirantes e os aspirantes, as diplomadas e as professoras enfermeiras são fotografados usando sua indumentária, exceto em duas fotografias, ambas da Seção 5, a de nº 16, sobre a festa junina, e a de nº. 18, em que a diretora aparece com roupas próprias, um vestido estampado, abotoado na frente, de gola.

Possivelmente, por este motivo, Mauad (2008, p. 25) destaca que “a fotografia não fala do que não é mais, mas daquilo que foi” ressaltando-se, que no caso deste estudo, os rituais até hoje tem lugar nas escolas de enfermagem. Foi esta uma das formas pelas quais a diretora garantiu a comunicação, o reconhecimento, a inscrição de seu nome e o da Escola na esfera profissional, por meio das imagens monumento, aquelas que devem ser preservadas porque podem e devem ser mediadas por um discurso catalizador no âmbito político, social e cultural.

Silveira (2015, p. 69) afirma que “tradicionalmente, as fotografias de eventos são centralizadas e horizontais” e se priorizam as pessoas individualmente ou em grupo. É o que “reforça o caráter documental da informação” (SILVEIRA, 2015, p. 70).

Este dado é evidenciado nas fotografias do conjunto, pois tratam de eventos institucionais os mais diversos e 60,71% delas foi tomada neste sentido e direção. Se assim foram enquadradas, pode-se inferir que esse tipo de enquadramento foi o modo de se “conseguir arrancar tudo de uma vez” (DUBOIS, 2012, p. 178) e em bloco, porque “o fotógrafo não está em condições de preencher aos poucos um quadro vazio e virgem que já está ali” (DUBOIS, 2012, p. 69).

Dessa maneira, entende-se que em primeiro lugar o fotógrafo recorta o espaço cênico capturando os elementos da forma como estão compostos e organizados, deixando de fora o que não é visível - é o que Dubois) denominou o “gesto do *cut*” (DUBOIS, 2012, p. 178), um tipo de violência implícita no ato fotográfico que é ao mesmo tempo irremediável, e determina a “composição” (DUBOIS, 2012, p. 209) da imagem fotográfica por meio de um sistema de posições (esquerda, direita, centro), e de proporções (altura e comprimento).

No caso em estudo verificou-se que o(s) fotógrafos(s) preocuparam-se em capturar fotos posadas e horizontais, em que a diretora está representada em atitudes subjetivas (socialmente determinadas), mais do que as instantâneas, mantendo, dessa forma, o interesse na informação institucional, deixando, perceptível, registros sobre os símbolos que inspiravam a profissão.

Esta percepção decorreu do fato de que a touca e a indumentária são visualizadas em 92,86% (26 fotografias). Isto significa dizer que a indumentária só está completa com a touca. Além desse símbolo, registrou-se a presença de insígnias em 82,14% ressaltando-se que não

aparecem em todas as indumentárias porque nem todas as alunas eram enfermeiras, ou seja, ainda não as tinham recebido. A lâmpada foi o símbolo menos registrado sendo visualizada nas fotografias sobre ritos que além de serem em menor quantidade, oito imagens, é um símbolo mais afeito aos ritos.

SEÇÃO 4 – CENÁRIO DO DISTRITO FEDERAL E A EEAP (1940-1950)

4.1 Introdução

A estruturação da Seção 4 deu-se da seguinte forma: dividiu-se em três itens e mais um último que sintetizou os anteriores. O primeiro item tratou do retorno da EEAP ao ponto de origem, na Praia Vermelha, de onde tinha sido transferida para o Engenho de Dentro, bairro localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Esta mudança teve sua importância evidenciada não só pela circunstância de ser o início da gestão da primeira diretora enfermeira, mas também pela localização privilegiada que reconquistou.

O segundo item tratou do tema sobre a idealização da aparência visual nos corpos das enfermeiras. Pensar sobre o tema foi uma tarefa tão interessante quanto difícil. É complexa pois envolve sistemas de signos, hábitos, diferenças culturais e interpretações as mais variadas. Mas é certo que a indumentária permitiu a observação de alguns mecanismos presentes nas sociedades, sobretudo as tensões existentes entre as relações no próprio grupo ou fora dele, o estilo de vida, a maneira como as pessoas se viam e até mesmo sua condição social.

O terceiro item tratou do tema sobre os espaços da EEAP e a visualidade nos corpos. Aludiu à organização do espaço físico analisado por meio das oito imagens selecionadas sob a perspectiva do espaço escolar, que é um tipo de espaço social, habitado por agentes específicos, compreendido por Bourdieu como um espaço abstrato que pode ser jurídico, acadêmico, religioso. Nesse sentido, na visualização do espaço do internato se podem compreender, dentre outros aspectos, como são definidas as posições dos agentes, e também como foram apropriadas as coisas, caracterizando-se os objetos e as pessoas e sua relação com o poder.

4.2 EEAP do Engenho de Dentro à Praia Vermelha

À época da criação da instituição de ensino, em 1890, o funcionamento ocorreu na Praia da Saudade, atual bairro da Urca, mais especificamente no local onde funciona hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, ex-edificação do

Hospício Nacional de Alienados, que no período imperial denominou-se Hospício Pedro II⁴⁵.

Na década de 1920 a instituição foi desdobrada em três seções - mista, feminina e masculina. Sobre a última, ainda se desconhece o espaço físico e o funcionamento. A mista funcionou nas dependências do Hospício Nacional de Alienados e a feminina no bairro do Engenho de Dentro.

No estudo biográfico intitulado *O legado do Diretor da Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto: Gustavo Köhler Riedel (1921-1934)* verificou-se que a seção feminina foi criada com o nome de Colônia de Alienadas de Engenho de Dentro (PORTO; LESSA; MOREIRA, 2010, p. 908), localizada no bairro de mesmo nome, para receber o excedente de internas do Hospício Pedro II, que funcionava na Praia Vermelha tomando, posteriormente, o nome de Colônia Gustavo Riedel, em homenagem ao médico que foi seu diretor no período de 1918-1932, em substituição ao médico Simplício de Lemos Braule Pinto, que havia falecido.

Os autores afirmaram no mesmo estudo que foram reformados os pavilhões da Colônia, criados consultórios e implantado o Serviço de Assistência Hetero-Familiar (1920), que já havia sido previsto no Decreto nº 8.834/1911, e que visava reintegrar os alienados à sociedade. O pavilhão reformado recebeu a denominação de Ambulatório Rivadávia Corrêa, para homenagear a atuação do ministro da justiça e negócios de interior de 1911. Ao mesmo tempo era desejo de Riedel instalar a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE) na seção feminina da Colônia, que carecia de serviços de enfermagem psiquiátrica para alienadas (PORTO; LESSA; MOREIRA, 2010).

Desta forma, por meio da Portaria n.1 de 1º Setembro de 1921, foi aprovado o Regimento Interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados e a escola dividiu-se em três seções: masculina, feminina e mista, sendo que a mista funcionou anexada ao Hospício Nacional de Alienados, a feminina anexada a Colônia de Alienadas de Engenho de Dentro, e a masculina não se sabe se funcionou (PORTO; LESSA; MOREIRA, 2010, p. 1906).

Em 22 de setembro de 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.725, o presidente Getúlio Vargas promoveu a reorganização da escola que recebeu o nome de Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), fundindo a seção mista e a feminina (BRASIL, 1942). Ao assumir a direção da Escola, em 1943, Maria de Castro Pamphiro reuniu as seções mista e feminina na Avenida Pasteur, n. 298 (Figura 1), no prédio que tinha sido a residência de diretores do

⁴⁵ Para saber mais consultar: Amorim e Barreira (2007), Moreira (1990, 2003) e Porto e Santos (2009).

antigo Hospício Nacional de Alienados, naquele momento destinado à administração da EEAP (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944). A imagem (Figura 3) é a única encontrada, até o momento, que retrata a entrada e a fachada arquitetônica da EEAP, que publicaram com base na Revista do Serviço Público, em seu artigo “A prática do ensino na EEAP: um registro da mídia impressa (1946)” (PORTO et al., 2003, p. 709).

Destacaram ser o único registro referente à fachada da instituição, após sua saída do Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro. Neste artigo, os autores analisaram o conteúdo da reportagem da Revista do Serviço Público sobre o ensino da enfermagem na EEAP e encontraram a fotografia na matéria publicada em 1946 (PORTO et al., 2003, p. 709).

Figura 3 - Fachada da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto



Fonte: Revista do Serviço Público – 1946.

O espaço físico foi cedido, nas palavras de Maria de Castro Pamphiro, para fins de ensino, pelo Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais (1941-1954), Adauto Junqueira Botelho, em cuja gestão deu-se a expansão dos hospitais públicos psiquiátricos por meio de convênios entre os governos estaduais e o governo federal (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

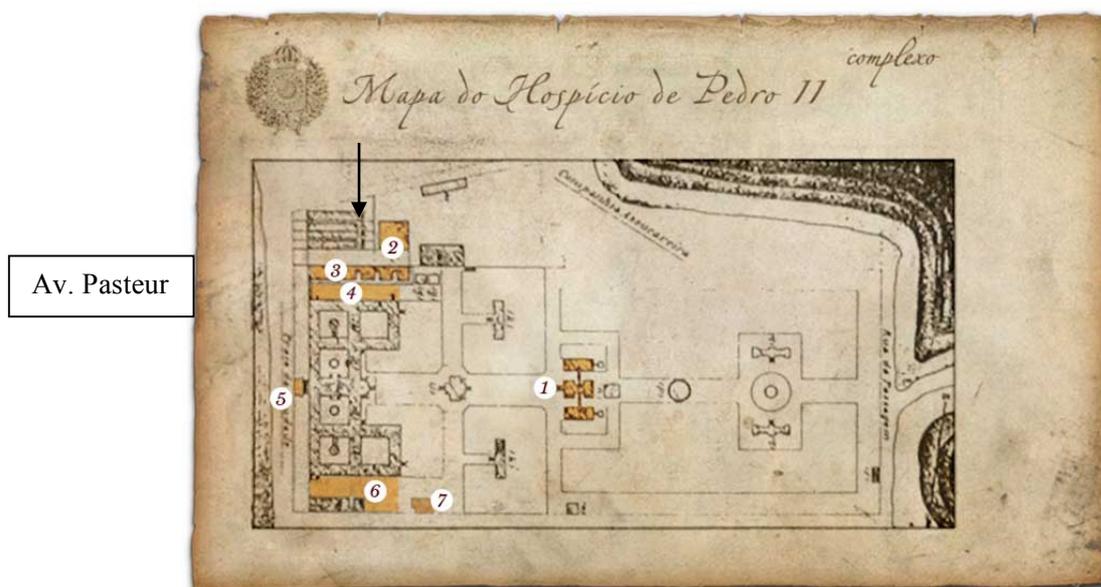
No entanto, não se mostrou suficiente porque não comportou o número de 42 alunos matriculados à época. Dessa forma, recebeu como doação parte do Pavilhão Bourneville,

destinado a ser um pavilhão de aulas, localizado nos fundos do prédio n. 292, da Avenida Pasteur, que havia sido reformado para adaptar-se às necessidades da Escola (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

O Pavilhão Bourneville, foi criado em resposta a necessidade de reforma do modelo de tratamento às crianças consideradas anormais internadas no antigo Hospital Nacional de Alienados (HNA), no Rio de Janeiro. Juliano Moreira, nomeado diretor do HNA em 26 de março de 1903, mostrou a necessidade de um novo modelo de tratamento que incluía a contratação de um médico pediatra sendo nomeado Fernandes Figueira.

O novo modelo articulava educação a tratamento médico nos campos pedagógico e higiênico, com a finalidade de prevenir possíveis degenerações. Foi necessária a remoção das crianças, que conviviam misturadas com adultos no HNA, em péssimas condições de higiene e saúde, para outro local anexo à lavanderia do hospício, conforme apontado na Figura 4 (SILVA, 2009, p. 196).

Figura 4 - Complexo do Hospício Pedro II – 1 pavimento



Fonte: CAETANO, 1993.

Legenda: mapa do primeiro pavimento do complexo do Hospício Pedro II: 1 – Pavilhão de Observação; 2 – Sala de Gymnastica/Pavilhão Bourneville; 3 – Pavilhão das Immundas/Sala de Costura; 4 – Pátio Externo; 5 – Fachada para a avenida Pasteur; 6 – Pátio masculino externo; 7 – Usina elétrica e casa dos acumuladores.

As crianças foram removidas para o espaço denominado Pavilhão-Escola Bourneville, que recebeu esse nome em homenagem a Desiré Magloire Bourneville (1840-1909), médico alienista francês, considerado a principal referência para a assistência psiquiátrica infantil no

Brasil. Em 1878, na França, ele promoveu a laicização dos hospitais parisienses e fundou a escola de enfermeiros que passou a funcionar nos hospitais de “*Salpêtrière e Bicêtre*” (SILVA, 2009, p. 201).

Além desta atuação, pode-se ressaltar que Bourneville respaldou cientificamente o desenvolvimento de um novo modelo de tratamento infantil, baseado no método de educação médico-pedagógico, que consistia em ajustar a criança anormal às normas sociais, por meio de um aprendizado firmado em hábitos cotidianos de higiene e saúde, em leitura e escrita, e no treinamento em oficinas do tipo marcenaria, jardinagem, cestaria etc, com finalidade profissionalizante (SILVA, 2009).

Tendo em vista o fato de que se propôs analisar imagens fotográficas clicadas no espaço social que Maria de Castro Pamphiro conquistou, mereceu atenção a abordagem, nesta Seção, sobre o conceito de espaço social presente na teoria proposta por Bourdieu, disponível em seu livro *A Miséria do mundo* (1993) – Efeitos de lugar⁴⁶ e, também, no texto recentemente publicado na revista *Estudos Avançados* (2013), denominado “*Espace physique, espace social et espace physique approprié*”, traduzido por Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado, e justificaram-se nas imagens selecionadas, que muito tem a revelar sobre o espaço social.

O autor destacou que os corpos ocupam lugar, assim como as coisas, definindo lugar como “o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe” (BOURDIEU, 1993, p. 160), isto é, a localização. Esse lugar pode se referir também à posição que “os agentes sociais ocupam em relação a uma ordem” (BOURDIEU, 1993, p. 160).

Desta forma, ele considerou que o espaço social é formado por um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades, que denominou de espaço social reificado ou apropriado. Neste lugar, é possível se perceber a “correspondência entre uma determinada ordem de coexistência dos agentes e uma determinada ordem de coexistência das propriedades” (BOURDIEU, 2013, p. 133) em que se define o “valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (BOURDIEU, 1993, p. 160).

⁴⁶Efeito de lugar: Corpos de seres humanos estão situados num lugar e ocupam um espaço. O lugar pode ser definido como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização ou sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem. O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um móvel) (BOURDIEU, 1993, p. 160).

Isto ocorre devido ao fato de que os “agentes sociais são constituídos como tais em e pela relação com um espaço social e também as coisas na medida em que são apropriadas pelos agentes” (BOURDIEU, 1993, p. 160), resultando concentrações de bens e agentes em determinados lugares do espaço físico.

Bourdieu (1993) evidenciou, ainda, que o conceito de espaço social deve ser compreendido como um espaço abstrato (jurídico, acadêmico, religioso, etc), habitado por agentes específicos (dominantes e dominados), que obedecem a determinadas regras, elaboram estratégias válidas somente para o seu campo específico de atuação, onde se travam lutas em busca de reconhecimento, legitimando a construção do seu *habitus*.

O *habitus* é incorporado ou inculcado nos agentes individuais ou em grupo através dos mecanismos inconscientes das estruturas sociais que, em última instância, vão refletir o modo de ser e viver desses agentes, bem como determinar a sua distribuição no espaço físico conforme a importância do capital dos bens ou serviços a que estão vinculados (BOURDIEU, 1993).

Compreendeu-se, portanto, a necessidade que teve a Diretora de empreender a volta da EEAP, da zona norte para a zona sul da cidade, que Bourdieu (1993, p. 162) sinalizou como sendo lugares de “oposições sociais objetivadas nos espaços físicos” de onde havia saído, e onde se concentrava a maior parte dos agentes que ocupavam posições dominantes e os mesmos campos do saber, como, por exemplo, a Universidade do Brasil, atual UFRJ.

Desta forma, a Diretora Maria de Castro Pamphiro, marcava o início de sua gestão com a reconquista do lugar de origem. A reconquista desse lugar significou um ganho de localização, assegurado por um endereço prestigioso e associado ao *status* (BOURDIEU, 1993). Ao mesmo tempo em que renomeava e reorganizava a Escola com a fusão das seções mista e feminina, ela trouxe a escola de volta ao seu local de nascimento.

Ademais, ao se analisar o campo clicado nas imagens sob a perspectiva da estrutura do espaço escolar, pode-se compreender como são definidas as exclusões ou distinções das posições dos agentes e também como foram apropriadas as coisas, caracterizando-se os objetos e as pessoas por sua posição relativa e pela distancia que os separa: se estão abaixo, acima, de um lado, de outro, longe, perto.

Bourdieu ressalta que a dominação do espaço físico depende do capital social que se possui, capital este que permitirá a convivência em “lugares bem frequentados” (BOURDIEU, 1993, p. 164), favorecendo a acumulação desse capital. Convém atentar para o fato de que a ideia central sobre a questão do *habitus* gira em torno do poder, e por isso mesmo os lugares e os locais que os agentes ocupam no espaço físico apropriado tem uma relação direta com sua

posição no espaço social. Daí ele afirmar que não existe espaço que não seja hierarquizado (BOURDIEU, 2013).

É desta forma, portanto, que o espaço físico apropriado vai permitir que se percebam as preferências do grupo, fazendo-se sentir presentes nos lugares mais valorizados, e já incorporados em estruturas mentais, que acabam por se tornarem visíveis “através dos deslocamentos e dos movimentos do corpo, das poses e das posturas corporais” (BOURDIEU, 2013, p. 135), impostas nas atitudes de “referência e deferência” qualificadas no espaço social como, por exemplo, local de honra, primeira fila, [...] (BOURDIEU, 1997, p. 162, 2013, p. 135).

Um outro aspecto que Bourdieu (1993) ressalta e considerou-se indispensável para compreender-se os espaços clicados nas imagens fotográficas foi o fato de perceber que o espaço social, produto da incorporação das estruturas espaciais e mentais, evidenciou-se, também, como um espaço de violência simbólica na medida em que “os espaços arquitetônicos obtêm diretamente do corpo reverência e respeito como resultado dos efeitos do poder simbólico” (BOURDIEU, 1993, p. 163). Desta forma, esses espaços contribuem para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2007, p. 11) pela classe dos dominantes, que luta por uma hierarquização a fim de impor legitimidade, “seja por meio da produção simbólica, seja por meio de ideologias” (BOURDIEU, 2007, p. 12).

Quanto à reportagem publicada na Revista do Serviço Público, em 1946, e analisada pelos referidos autores, eles destacaram que a fachada do prédio tem apenas um pavimento e a descrição que foi apresentada na reportagem publicada na revista mencionada fez referência a dois pavimentos, conforme se vê na fotografia indicada na Figura 5. Portanto, o repórter cometeu um engano em sua descrição.

Figura 5 – Pátio da EEAP – Casa Antiga - Antigo Pavilhão Bourneville



Fonte: UAPS/EEAP.

Embora o ano da reportagem fosse o de 1946, sabe-se que parte da Escola já estava funcionando, no ano de 1945, no antigo Pavilhão Bourneville, que tinha dois andares. Assim sendo, pode-se inferir que o repórter enganou-se ao publicar a matéria sobre a escola, e estava, possivelmente, se referindo ao local do antigo Pavilhão Bourneville e não ao prédio retratado na Figura 3.

4.3 Idealização da aparência visual nos corpos

A socióloga americana Diana Crane (2006), da Universidade da Pensilvânia, revelou que o vestuário fala do modo como as pessoas se viam, e provavelmente como se classificavam. Para ela, a roupa definiu-se como um “bem cultural” (CRANE, 2006, p. 26) que estava relacionado a um estilo de vida, a uma certa condição social, de onde se supõe que os indivíduos exerciam um maior nível de influência.

Para Daniel Roche, historiador francês e professor no *Collège de France*, que escreveu sobre a história cultural da França durante o período do *Ancien Regime*, a moda exhibe os conflitos pela aparência. Tanto Crane (2006), quanto Roche (2007) fizeram incursões no domínio da indumentária, sendo que a primeira aproximou-se do uso de uniformes ligados a ocupações específicas, e o segundo tratou de articular sua pesquisa partindo do uso do uniforme militar.

Mas foi em Alison Lurie, professora do Departamento de Inglês da *Cornell University*, nos EUA, que se encontrou a afirmativa que, de certa forma, impulsionou investigar-se o tema. Laurie (1997, p. 33) disse que “o uniforme é, com frequência, consciente e deliberadamente simbólico”, permitindo refletir-se sobre sua concepção e seu uso, no caso desse estudo, nos corpos das enfermeiras.

Para este fim, associou-se às de Lurie (1997) as desenvolvidas por Roche (2007) e Crane (2006), na medida em que os uniformes passaram a ser ostentados como uma resposta à regulamentação do coletivo, incluindo-se os detalhes presentes nos emblemas e demais atributos que diziam respeito à distinção de hierarquia, lugar e demais códigos que coubesse verificar.

Desta forma, pode-se dizer que os uniformes escondiam muitos mecanismos, além da necessidade de distinção e, por este motivo, “confunde a pessoa com a personagem” (ROCHE, 2007, p. 229-230) porque “submete os espíritos ao traje e não ao homem” (ROCHE, 2007, p. 230). Ele referia-se à indivisibilidade entre a mente e o corpo conquistada por meio de treinamento e disciplina que iriam moldar o caráter de das pessoas que usassem o uniforme. É o que Bourdieu chamou de inculcação.

Sendo assim, a Diretora não podia deixar passar a oportunidade, naquele momento em que a Escola reorganizada e renomeada regressava ao seu lugar de origem, de providenciar a adoção de novos modelos de uniformes e toucas, conseguidos após uma longa espera.

Os uniformes, touca/gorro e emblemas instituídos eram fornecidos pela instituição, e confeccionados na sala de costura da própria escola, com os recursos financeiros que dispunha, para uso dos alunos durante sua permanência na Escola (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1945). Tinham a intenção de distinguir aspirantes e enfermeiras entre si, e também entre as das demais escolas, “pela cor ou o tipo de adorno profissional utilizado na cabeça – véu, gorro, touca – e, também, pela modelagem das indumentárias” (NETO; PORTO, 2014, p. 200).

Maria de Castro Pamphiro descreveu detalhes sobre os uniformes da EEAP, dentre os quais, o da enfermeira. Era confeccionado em musseline branca, bem como a touca. Os sapatos também eram brancos de amarrar e usavam meias de nylon. Mencionou que havia uma pelerine de sargeline para o inverno, que funcionava como agasalho, bem como para os cerimoniais, além de luvas brancas. Os rapazes usavam avental de cretone branco abotoado nas costas, com gorro de brim branco (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

No desenho (Figura 6) podem-se ver os detalhes mencionados pela Diretora do modelo de uniforme de enfermeiras da EEAP e da touca. O vestido era de cor branca, como já se disse, evasê, do tipo que se alarga na base, com cortes laterais, gola, e abotoado até pescoço. De manga curta, mas podia ser de manga comprida, desde que fosse justa.

Dos dois lados do plastrom havia duas carreiras de quatro botões, cada uma, descendo do ombro à cintura que era presa por um cinto. A cintura, para Bourdieu (1998, p. 12), “é um dos signos de fechamento do corpo feminino”. As casas dos botões tinham que estar no sentido horizontal.

Figura 6 – Modelo do uniforme da EEAP



Fonte: UAPS/EEAP.

O cinto tinha uma parte solta que acompanhava a largura do plastrom na parte inferior, e as tiras que acompanhavam lateralmente o plastrom deviam ser rigorosamente certas, senão causavam defeito, segundo a Diretora. Os bolsos tinham dobras e eram embutidos nas costuras da frente e nas costuras laterais. O desenho mostra também o uniforme visto de costas. Todos os detalhes são acompanhados das medidas. A Diretora usava o seu uniforme com manga comprida, oriundo de sua instituição de ensino.

A professora do Curso de História da Indumentária do Curso Técnico em Moda-Estilismo, do Centro Federal de Educação de Santa Catarina (CEFETSC), Úrsula de Carvalho Silva, atentou para o fato de que “nos séculos XIX e XX a moda e a educação eram conservadoras, e a mulher ainda reprimida” (SILVA, 2009, p. 97).

Os uniformes das enfermeiras eram abotoados até o pescoço, e o comprimento devia ser a 35 cm do chão, conforme medidas informadas no desenho da Figura 6. Assim, o uniforme das enfermeiras cobria todo o corpo, “porque as moças deviam se ocultar, sugerindo recato e ao mesmo tempo negação de seu próprio corpo” (SILVA, 2009, p. 98-99), o que se entendeu como confinamento simbólico.

A touca das enfermeiras da EEAP, retratada na Figura 7, pode ser vista de frente e de costas no desenho. Tinha um formato cônico, rígida, de musseline branca. Terminava em ponta com abas que trespassavam na parte de trás. Era usada com os cabelos presos de modo a não caírem no rosto. Porto (2007, p. 115), com base em Lurie, a associou a etiqueta social e aos costumes culturais que consideravam “traços de feminilidade o fato das mulheres usarem adereços para a cabeça”.

Figura 7 – Touca da EEAP



Fonte: acervo pessoal da autora.

A touca da Diretora (Figura 8) era de modelagem diferente da touca da EEAP. Era aberta atrás, feita de um tecido fino e transparente, possivelmente cambraia de linho, adornada com uma prega do tipo religiosa, e terminava acompanhando a curva da cabeça.

Infere-se, em primeiro lugar, que o motivo de não usar a touca da EEAP pode ser explicado pelo fato de ter escolhido uma marca simbólica e bem visível para comunicar, ou até mesmo distinguir sua origem, a escola onde se formou, a EEAN, na turma das pioneiras de 1925. Acrescentou-se à inferência o fato de que essa diferença na touca, possivelmente, acentuava a relação de poder, que emanava das forças em tensão, fazendo sobressaltar a hierarquia como parte do *habitus* bourdieusiano.

Figura 8 – Touca da Diretora Maria de Castro Pamphiro



Fonte: acervo pessoal da autora.

Em segundo lugar, é possível que não se sentisse na obrigação de usar o modelo cônico, porque não era servidora daquela EEAP, cujo vínculo empregatício era de extranumerária. A Diretora era servidora do Ministério da Educação e Saúde (MES), Departamento Nacional de Saúde (DNS), do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), conforme revelam as listagens de frequência dos servidores da EEAP (Figura 9) e demais documentos tais como portaria, relatórios etc, encontrados no Arquivo Setorial Maria de Castro Pamphiro.

Figura 9 - Listagem de frequência do MES - DNSM

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE D. N. S. SERVIÇO NACIONAL DE DOENÇAS MENTAIS ESCOLA DE ENFERMEIROS ALFREDO PINTO.			
BOLETIM DE FREQUÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E EXTRANUMÉRARIOS EM EXERCÍCIO NA ESCOLA DE ENFERMEIROS ALFREDO PINTO, DURANTE O MES DE SETEMBRO DE 1944. (período de 15/8 a 14/9/44).			
229.318 MARIA DE CASTRO PÂMPEIRO	Enfermeiro - classe	H - Diretor	Integral
217.205 DEMOSTHENES DOS SANTOS MIRANES	Escriturário	" - F	Integral
228.854 MANOEL SERGIO DE FREITAS	Servente	" - C	Integral
212.775 ADEIRA FERROSO AGUIAR	Enfermeiro intº	" - E	Integral
230.007 MARIA DAS MERCES ARAÚJO	Enfermeiro	" - E	Integral
Olimpia AVELAR LOPES + (1)	Enfermeira	" - E	Integral
DEBORA MARTINS SAIÃO (1)	Enfermeiro ref.	XI	Vide Obs.
232.037 NATERCIJA MACHADO DE CARVALHO(2)	Aux.de escrit.	VII	Vide Obs.
212.520 ANTONINA DE HOLANDA MARTINS (3)	Enfermeiros intº	- E	Vide Obs.

OBSERVAÇÃO - (1) Apresentada a esta piz troia por Of. n. 242, de 5/9/44, do diret. do H.P., entrando em exercício nessa mesma data. teve frequência integral no H.P. até aquela data(5)
(2) faltou no dia 19/9/44. (3) Incorporada ao grupo de enfermeiros da Aeronautica, embarcou no dia 12/7/44, com destino ao campo de operações de guerra.

VISTO

Escriturário, classe, P.

Diretor

Fonte: UNIRIO - PROGEPE – Período 1940-1946 – s/n.

Com relação ao uso do uniforme, Meirelles e Amorim (2008) afirmaram que, após a primeira etapa é que se usava o uniforme da Escola, que era diferente para cada curso. Destarte, o uniforme das alunas iniciantes do Curso de Enfermagem era um vestido azul com gola branca e manga curta. Para as que iam fazer estágio no hospital, era o mesmo, porém ganhavam o avental e a touca brancos. Os sapatos eram marrons e também usavam meias de algodão ou de nylon cor da pele. Acrescentaram que o “uniforme da Saúde Pública era a saia azul com a blusa branca de gola” (MEIRELLES; AMORIM, 2008, p. 4).

O avental, a touca e a insígnia são ostentados como mecanismos simbólicos, que Neto e Porto identificaram como “atributos pessoais” (NETO;PORTO, 2014, p. 200). São signos articulados à celebração do rito de passagem, que se conhece como cerimônia de imposição de touca e insígnia, sendo a última até hoje realizada na EEAP. As insígnias de Acadêmico e Diplomado são distintas na composição.

A insígnia dos Acadêmicos (Figura 10) é de cor azul, formato redondo, que abraça uma cruz simétrica conhecida como cruz grega, firmada no campo central do emblema. Segundo a Museóloga e especialista em Heráldica⁴⁷, Professora Regina Bibiani⁴⁸, da Unirio, a cruz grega possui os quatro braços iguais e resulta da combinação de uma faixa e uma pala da mesma cor, que se cruzam no centro.

⁴⁷ Heráldica (ou armaria ou parassematografia) é a arte de formar e descrever o brasão de armas, que é um conjunto de peças, figuras e ornatos dispostos no campo de um escudo e/ou fora dele, e que representam as armas da nação, país, estado, cidade, de um soberano, de uma família, de um indivíduo, de uma corporação ou associação. A Heráldica principiou no século XII, quando se iniciou a utilização dos símbolos pessoais e familiares. Os escudos heráldicos representam os escudos de guerra, onde os combatentes pintavam suas armas para serem facilmente identificados, e podem ter diversas formas. As cores são conhecidas como esmaltes que se dividem em metais como ouro, significando nobreza, riqueza, poder e a prata, significando pureza, integridade, firmeza e obediência, as cores, o vermelho (goles), significando vitória, fortaleza e ousadia, o azul (blau) significando zelo, lealdade, caridade, justiça beleza e boa reputação, o verde (sinople), significando fé, amizade, bons serviços prestados, amor, juventude e liberdade, a púrpura, significando grandeza e sabedoria elevada, e o preto ou negro (sable), significando prudência, astúcia, tristeza, rigor e honestidade (heraldica.genealogias.org). São leis da Heráldica: 1 – Não se coloca metal sobre metal, cor sobre cor, ou forro sobre forro; 2 – As peças honrosas devem ser colocadas nos lugares que lhes competem; 3 – As figuras naturais ou quiméricas, quando sozinhas, devem ocupar o centro do campo sem tocar seus bordos; 4 – Muitas peças móveis, ou figuras, pousadas sobre o mesmo campo tem sempre o mesmo esmalte, desde que sejam elas repetidas sem alterações; 5 – Não há tonalidades diferentes de uma mesma cor; 6 – Um brasão deve ser retangular, simples e completo.

⁴⁸ Regina Bibiani Morgado, Mestre em Memória Social e Documento - UNIRIO, bacharel em Museologia - UNIRIO, Coordenadora do Departamento de Museologia do Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana, da Casa Histórica de Deodoro e Casa Histórica de Osório, Membro do ICOM – *International Council of Museums*, Conselho Internacional de Museus UNESCO.

Figura 10 – Insígnia de acadêmico



Fonte: EEAP.

Em torno está inscrita a denominação Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Tanto a insígnia como a cruz estão adornadas com um fio na cor dourada. Jean Chevalier (1906-1993), e Alain Ghreerbrant (1920-2013), ambos franceses e responsáveis pela organização do dicionário de termos heráldicos, definiram que “a cruz simboliza a terra e é o mais totalizante de todos os símbolos” (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1998, p. 308).

A insígnia tem formato redondo, com uma cruz grega azul estampada no campo branco. Em suas palavras, a museóloga Regina Bibiani, Mestre em Memória Social e Documento, UNIRIO, descreveu verbalmente que a cruz grega da seguinte forma: A cruz denomina-se grega porque possui os quatro braços iguais e resulta da combinação de uma pala da mesma cor ou esmalte que se cruzam no centro. Diz-se firmada quando o atributo é colocado no campo da insígnia.

Na orla circular azul lê-se na parte superior ESCOLA DE ENFERMAGEM e na orla inferior ALFREDO PINTO. O azul foi a cor escolhida pela diretora para representar a EEAP possivelmente porque ela queria distinguir a Escola das cores usadas por outras escolas. Isso significa dizer que, já naquele momento, na identidade que iria ter aquela que foi a primeira escola de enfermagem do Brasil. Atualmente, a imposição dessa insígnia é feita no quarto período, quando iniciam a prática pedagógica do cuidado nos diversos cenários da prática do cuidar.

Vale ressaltar que sendo a EEAP laica, como já se destacou na seção anterior, pode-se inferir que a cruz da EEAP, seja ela representada na insígnia, na bandeira ou em qualquer outro símbolo, não tem conotação cristã. A cruz cristã difere-se da cruz grega porque não tem os lados iguais, ou seja, a parte horizontal, onde se prendem os braços de Cristo, está mais alta

do que o meio do lado vertical. Dessa forma, a cruz cristã simboliza a crucificação, mantendo-se articulada à presença de Cristo.

A Figura 11 é a imagem da insígnia do diplomado, que a recebe no rito da cerimônia de formatura. Foi idealizada no mesmo formato, na cor azul, sendo que em Heráldica não existe distinção de tons. O contorno da insígnia tem um fio na cor dourada.

Figura 11 – Insígnia do diplomado



Fonte: EEAP.

No centro da cruz está firmada a lucerna – elemento simbólico da profissão que representa o conhecimento científico de acordo com a Resolução Conselho Federal de Museologia – COFEN N01/2015 e, possivelmente, no caso da enfermagem, os momentos de vigília. A lucerna, lamparina, candeeiro ou candeia de óleo ou cera são objetos destinados a produzir luz. A lucerna ficou conhecida na enfermagem com a denominação de lâmpada.

Esse ritual teve lugar para manter viva a memória de Florence Nightingale (1820-1910), como precursora da “enfermagem moderna” (PORTO, 2007, p. 134), porque usava uma espécie de lanterna turca, Figura 12, durante a noite para cuidar dos feridos tornando-se conhecida como a Dama da Lâmpada.

Figura 12 – Lanterna de Florence Nightingale



Fonte: Florence Nightingale Museum⁴⁹.

O interesse pelo estudo da lâmpada ou lucerna deveu-se a sua articulação como objeto simbólico para a Enfermagem. Desta forma, a dissertação de mestrado intitulada *As lucernas romanas de Scallabis* (2007), apresentada por Carlos Samuel Pires Pereira, do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, trouxe alguma contribuição para este estudo no sentido de se compreender sua utilidade e formato e simbologias que apresentam em suas inscrições.

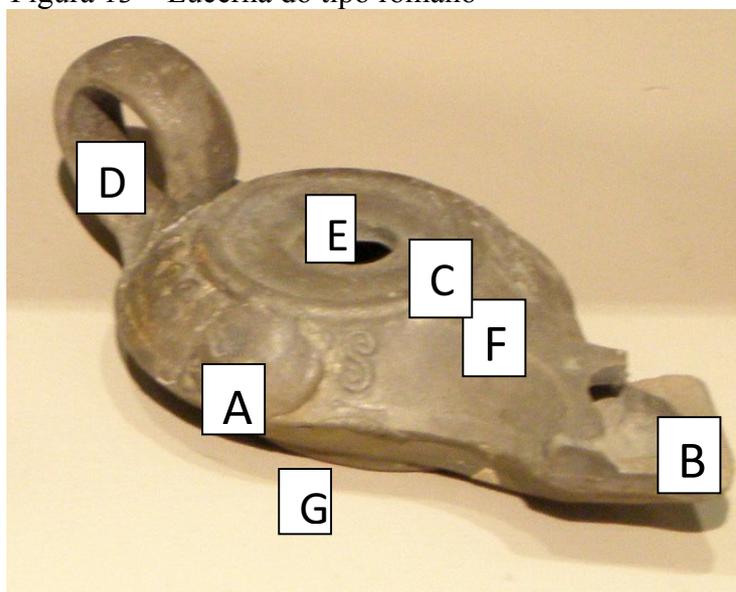
Ele designou o que entendemos como lâmpadas de lucernas, definindo-as como “cerâmicas de iluminação” (PIRES, 2007, p. 9) que se diferenciam pelo bico, pelas asas, orlas e parte do disco que se apresentam de diferentes formas. O uso mais frequente e habitual das lucernas era atender a iluminação doméstica e pública. Podiam ser suspensas ou aplicadas em suportes e adornadas como motivos iconográficos, tais como “signos, letras, marcas e inscrições no disco, inspirados em diferentes temas” (PIRES, 2007, p. 11). Foram usadas, também, como “oferendas no mundo religioso assumindo papéis simbólicos” (PIRES, 2007, p. 9) nos diferentes rituais, servindo, por exemplo, “para iluminar a vida além túmulo” (PIRES, 2007, p. 9).

A Figura 13 mostra as partes constitutivas de uma lucerna de cerâmica do tipo romana, com iconografia na parte exterior do depósito (PIRES, 2007):

⁴⁹ Disponível em: <http://www.WWW.florence_nightingale.co.uk>. Acesso em: 12 dez. 2016.

- a) Depósito;
- b) Bico e orifício de combustão;
- c) Orla;
- d) Asa;
- e) Orifício de alimentação no disco;
- f) Canal;
- g) Fundo ou base.

Figura 13 – Lucerna do tipo romano



Fonte: As lucernas de Scallabis (2007).

Pode-se perceber que a lucerna utilizada por Florence Nightingale, tem um formato e material diferente das usadas como símbolo da Enfermagem e da EEAP, que tiveram origem nas do tipo romano, e mais se assemelham às da Figura 14. A lanterna que está em exposição no Museu Florence Nightingale como sendo a que ela usou na Guerra da Criméia tem a base de metal, alças de metal e um fole de papel ou pergaminho que envolve a vela para impedir que ela apague.

Retornando à indumentária, Roche atenta para o fato de que o personagem ostentando uma roupa devia preocupar-se com o corpo ereto e disciplinado, resultado de uma certa “pedagogia da postura” (ROCHE, 2007, p. 234), que revelava a aquisição de princípios rigorosos de ordem coletiva (ROCHE, 2007, p. 237), e o ordenamento ético “presente nos princípios antagônicos da identidade masculina e feminina” (BOURDIEU, 1998, p. 19).

Assim, dessa forma, é que o uniforme esculpe um personagem, e muda os homens, ensinando obediência e imitação passiva (ROCHE, 2007, p. 261), entendida como *habitus*.

Um outro aspecto presente no discurso de Roche (2007) diz respeito ao asseio e à ordem, conceitos indissociáveis da noção do corpo e da higiene, que foram implementados a partir do século XVI, e nos anos seguintes, por meio de manuais, sendo que o primeiro deles, intitulado *De civilitate morum puerilium* (1530), foi escrito por Erasmo de Roterdan (1466-1536), teólogo e escritor holandês e era indicado para crianças. Tal era sua importância no que dizia respeito ao corpo e à higiene que esse manual foi reeditado até o século XVIII. (ROCHE, 2007, p. 375-377).

Crane (2006, p. 25) afirmou que a indumentária revelava não só a classe social e o gênero, mas também a ocupação, a afiliação religiosa e a origem regional: “cada ocupação tinha o seu próprio traje”. A partir do século XIX, com o processo de industrialização, as roupas vão se tornando mais baratas e disponíveis para as classes mais baixas. Dessa forma, a estratificação do vestuário nas sociedades industriais passou a ser percebida em termos de “hierarquia entre ocupações” (CRANE, 2006, p. 25), uma forma de controle social, ao mesmo tempo em que “a identificação regional ia se tornando menos perceptível” (CRANE, 2006, p. 25).

A importância da consulta aos pesquisadores Crane (2006) e Roche (2007) residiu no fato de que eles, como historiadores da moda, forneceram subsídios para se entender a importância do uso dos uniformes nos corpos das enfermeiras, que se evidenciou nas imagens que se seguem, revelando conceitos bourdieusianos aparentes nas hierarquias, relações de dominação, significados morais, distinção de sexos e demais aproximações que contribuíram para distinguir o grupo e seu *habitus*.

4.4 Espaços da EEAP e a visualidade nos corpos

A linguagem corporal, que a jornalista e escritora italiana Anna Guglielmi (2009) afirma ser responsável por 55% da comunicação interpessoal, foi por ela compreendida como uma linguagem associada a nossas emoções. Dessa forma, nosso corpo as transmite para as mãos, para as pernas (abertas ou fechadas), para os pés (direcionados para frente ou para os lados, com os calcanhares unidos ou trançados), além dos músculos do rosto, motivo pelo qual afirmou que o “nosso corpo não mente” (GUGLIELMI, 2009, p. 9).

Do mesmo modo, o corpo pode apresentar-se com posturas variadas, que 9(2007) explorou por meio da gestualidade. Ela percebeu que o corpo fala uma linguagem não verbal feita de “gestos, posturas e silêncio” (GUGLIELMI, 2009, p. 9-11). Fez referências à amplitude do espaço pessoal e aos fatores sociais como geradores de distinções, conectando espaço a poder. Isto porque o espaço em torno do homem é dividido e ocupado, geralmente obedecendo-se a regras estabelecidas pelo grupo que, não observadas, podem provocar reações.

Outro aspecto útil para a análise das imagens, e que interessa ressaltar na abordagem da autora, tem a ver com o que ela denominou de “símbolos de autoridade” (GUGLIELMI, 2009, p. 36). Dentre eles, percebeu-se que as pessoas procuram ocupar os lugares considerados superiores e estimar a distancia entre as posições, associando esse comportamento a um prestígio maior. O espaço amplo e bem mobiliado também reflete o grau de importância da pessoa, além da existência de adornos no ambiente, tais como “quadros, plantas e grandes janelas” (GUGLIELMI, 2009, p. 37) e de objetos que não estão ali por acaso, por isso eles tem um significado preciso.

A autora procurou examinar os aspectos referentes aos gestos, expressões e posturas, dos quais se ocupou, nesse trabalho, dos que se podem visualizar nas imagens, deixando-se de lado os referentes a odor, tipo de voz, compleição física, passo, modo como uma pessoa aperta a nossa mão, porquanto não se mostraram passíveis de análise nas imagens.

Guglielmi (2009), também reparou na indumentária, enfatizando que “aquilo que escolhemos para vestir, indica o que queremos ser ou parecer”; classificou que uma pessoa bem vestida e que tem sempre os sapatos limpos é uma pessoa que “se ocupa de todos os detalhes de sua vida”. Evidenciou “que os sapatos mostram quem somos na realidade”, concluindo que quem usa sapatos sujos e estragados, ou está tendo dificuldades financeiras, ou “tem uma notável confusão na cabeça” (GUGLIELMI, 2009, p. 83).

Considerou-se que os elementos abordados na Seção 4, pelos conceitos bourdieusianos, em especial sobre o espaço social escolar e a *hexis* corporal, aproximados às pesquisas de Crane e Roche sobre o uso de indumentárias e uniformes, além do estudo de Guglielmi sobre os gestos, posturas e expressões dos corpos, nos permitiram apreender e interpretar as informações que se visualizaram nos signos presentes nas imagens, com o fito de compreender e estabelecer o *habitus* das enfermeiras da EEAP no período da administração de Maria de Castro Pamphiro.

A compreensão de alguns aspectos mencionados nessa seção, sobre o *hábitus* das enfermeiras da EEAP, foi essencial para se perceber como funcionava o cotidiano daquela

Escola, sua estrutura, suas disputas e a legitimação de sua cultura, tendo-se em mente o processo de inculcação que se incorporava no grupo de forma inconsciente, conforme se viu na definição de Bourdieu. Dessa forma, articulando-se o *habitus* às demais estratégias identificadas nas seções desse trabalho, sobre as narrativas ritualísticas e sobre a capitalização cultural na visualização das aparências, pode-se delinear a identidade do grupo, artifício necessário para que se pudesse configurar ou até mesmo ratificar a sua assinatura imagética.

4.4.1 Internato

A EEAP funcionou em regime de internato a partir de 1944, com cinco alunas matriculadas, vindas do Ceará, e instaladas no prédio nº 298 da Avenida Pasteur, onde funcionava a Secretaria e a Diretoria da Escola (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1945). O internato foi, posteriormente, transferido, como já mencionado, para o antigo Pavilhão Bourneville, no nº 292, da mesma avenida, devido à necessidade de se ampliar o espaço.

A Diretora Maria de Castro Pamphiro informou que foram feitas novas acomodações no pavimento superior do Pavilhão Bourneville, onde se alojaram 30 moças, sendo que o uso do banheiro era feito no prédio antigo do nº 292, da mesma avenida, onde funcionou o internato (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1947). No ano de 1945 já contava com 68 moças, e no ano de 1946, com 48 internas (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1945).

Sobre as acomodações da escola, a Diretora relatou a existência de uma sala de demonstração de enfermagem, junto com a sala de aulas teóricas que serviu para o ensino técnico dos alunos; uma sala de dietética, localizada no antigo Pavilhão Bourneville, para o funcionamento das aulas de nutrição e dietética; e três salas de estudos onde os alunos estudavam em conjunto (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1943).

O funcionamento do internato também contribuiu para moldar as alunas como resultado de um regime disciplinador (MEIRELLES; AMORIM, 2008), e foi descrito da seguinte forma:

O horário deveria ser respeitado de forma rigorosa. Existia grande controle das inspetoras em relação às saídas e retornos das alunas, além dos horários das refeições, de dormir, estudar, dentre outros. Essas instituições eram consideradas

estufas para mudar pessoas: cada uma é o experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. [...] O novato tem que se inserir numa nova cultura: linguagem, crenças e horários (MEIRELLES; AMORIN, 2008, p. 4).

Mas, além de se apontar a trajetória, o espaço físico e o funcionamento da Escola, importou registrar-se as estratégias culturais e ideológicas que revelavam e justificavam o convívio no internato, uma vez que é incontestável que a vida escolar constitui-se de uma dinâmica cultural e ideológica. Dessa forma, foi possível visualizar nas imagens sobre o espaço físico apropriado alguns traços que contribuíram para se entender como era a vida no internato.

Destarte, com base em McLaren (1992) e Bourdieu (2005) assentam-se os subsídios para as análises que fizemos sobre como entendiam a instituição do internato. O primeiro expôs seus estudos sobre o funcionamento das escolas enfatizando o peso e o significado dos ritos na formação cultural; o segundo relatou sua trajetória e impressões do internato, na França, onde estudou de 1941 a 1947, e procurou explicar o impacto que aquela experiência causou em sua vida.

O discurso de McLaren (1992) sobre o assunto embasou-se no fato de que as escolas constituem o principal mecanismo para o estabelecimento de uma ordem social. Ele afirmou que os currículos escolares eram somente funcionais, mas não satisfaziam as demandas de uma ordem social democrática porque, em última análise, “favoreciam os interesses econômicos e políticos de grupos dominantes” (MCLAREN, 1992, p. 16-17).

Nesta concepção, o autor estava propondo um golpe na noção positivista e conservadora de escola, que devia ser entendida como um local cultural, em que os “professores apreendessem o capital cultural dos alunos, e não apenas impusessem o seu” (MCLAREN, 1992). A escola não devia ser vista somente como um local de transmissão de instrução. Nesse sentido, ele observou que, por meio dos rituais, as escolas forneceram a fundamentação cultural para explicar os modos de dominação (MCLAREN, 1992).

Justificou seu discurso constatando que o conflito na sala de aula era considerado como alguma coisa errada, e não estimulava os estudantes, que estavam habituados a ver um professor como um “guarda de prisão” (MCLAREN, 1992, p. 320). Dessa forma, o professor não percebia e nem vivenciava “as dimensões do discurso pedagógico” (MCLAREN, 1992, p. 320), e sua “opinião era tomada como um julgamento” (MCLAREN, 1992, p. 324).

Pode-se exemplificar as ideias que McLaren rejeitou sobre educação, nas narrativas e explicações de Bourdieu, publicados em seu livro *Esboço de autoanálise* (2005), no qual compartilhou sua experiência no internato, começando por declarar sua impressão do espaço

físico: “uma antiga construção do sec. XVII, gigantesca e carrancuda” (BOURDIEU, 2005, p. 115). A esse respeito, pode-se considerar que a aparência da edificação, o lugar, também faz parte do sistema de símbolos, que produziu nele aqueles efeitos. O lugar, ou espaço físico apropriado, é um dos elementos que cumprem a função política de legitimar a dominação de uma classe sobre a outra, que o autor denominou de “violência simbólica” (BOURDIEU, 2001, p. 12).

A violência simbólica se apresenta de várias maneiras. Por ser cultural está circunscrita ao *habitus* do grupo. O internato que Bourdieu frequentou também foi marcado por ritos. Para ele, os ritos consistiram numa forma de violência simbólica porque uma das funções do rito consistia em “criar uma comunidade de inconscientes” (BOURDIEU, 2005, p. 43). Segundo ele, a convivência com um grupo muito homogêneo e prolongada tendia “a favorecer uma distancia social e mental com relação ao mundo” (BOURDIEU, 2005, p. 44). Além do mais, a convivência baseada na rotina e na repetição não permitia “nenhum acontecimento marcante” (BOURDIEU, 2005, p. 116). Entenderam-se essas declarações como parte do discurso pedagógico positivista que McLaren condenava.

O testemunho de Bourdieu (2005, p. 115) sobre o internato revelou uma vida de lutas num mundo “violento e rude”, em que o dominado tende a assumir o ponto de vista do dominante (BOURDIEU, 2002, p. 71), onde os estudantes estavam condenados a uma “pacificação absurda”, e onde imperavam “o oportunismo e o servilismo” (BOURDIEU, 2005, p. 71, p.115). Sentia-se prensado entre “universos irreconciliáveis” a ponto de afirmar que “a classe divide ao hierarquizar e o internato isola ao atomizar” (BOURDIEU, 2005, p. p.119, p. 123). É um lugar, segundo ele, onde não existe solidariedade.

Meirelles e Amorim (2008) confirmaram algumas das estratégias de dominação mencionadas na EEAP, ao mesmo tempo em que registraram as impressões de ex-alunas que pareceram, de alguma maneira, suavizar o impacto dessas estratégias. Os autores entrevistaram ex-alunas e seus depoimentos revelaram dominação, mas também felicidade. Por esses depoimentos pode-se dizer que as experiências relatadas pelas ex-alunas no internato da EEAP foram diferentes, no que se referiu ao grau de dominação, daquela que ele adquiriu no internato onde estudou, e “que lhe produziu um certo desencantamento” (BOURDIEU, 2005, p. 117).

Desta forma, as ex-alunas mencionaram que os mais novos prestavam obediência aos mais velhos e deviam respeitar a ocupação de espaços na escola; tinham que dar preferência nas filas às mais velhas e o direito das mais novas consistia somente em estudar. Todas estudavam em grupo, formando conjuntos de cinco ou seis pessoas, porque tinham a

necessidade de pertencer a grupos onde se estabeleciam mediação de costumes, normas e ética (MEIRELLES; AMORIM, 2008).

Apontaram incompatibilidade entre as alunas do Curso de Enfermagem e as alunas do Curso de Auxiliar. Enfatizaram que deviam ostentar seus uniformes limpos e passados de acordo com seus cursos e que, ao avançar no curso achavam que podiam “maltratar os outros” (MEIRELLES; AMORIM, 2008).

Por outro lado, embora houvesse interesses econômicos e políticos em jogo, e não podia ser diferente, alegaram que levavam uma vida em família, apesar de se sentirem muito presas. Podiam tocar piano e dançar, sentiam-se felizes. De certa forma, o universo do internato da EEAP foi conciliável com uma vida em família, uma vida doméstica, onde se residia, se podia dormir, fazer as refeições, estudar, cuidar do uniforme, praticar os ritos, sentir pertencimento e tratar de se profissionalizar.

Nas imagens da seção procurou-se analisar os elementos simbólicos que vão dar sentido aquele universo do internato, visíveis nos lugares, nas poses, nos corpos e nos signos presentes nas imagens, onde se podem apreender as características e os valores do grupo.

4.4.2 Dormitório

Michelle Perrot (2011, p. 338), em seu livro História dos quartos, afirmou: “o quarto é profundamente histórico nas suas formas e nos seus usos”. Seu discurso despertou interesse ao articular-se com o espaço do dormitório, um dos lugares do espaço social e do espaço físico apropriado do internato que se quis analisar.

Considerou, a autora, o dormitório como um alojamento, onde se podiam comportar pessoas que vinham trabalhar ou estudar, que deviam sujeitar-se às regras disciplinares impostas. Por esse motivo, ela os considerou “poderosos instrumentos do paternalismo disciplinador” (PERROT, 2011, p. 203), aquele que acolhe ao mesmo tempo em que regula, ordena, submete.

Assim, ela imprimiu uma narrativa histórica que resultou da pesquisa sobre os usos e a funcionalidades do quarto. Definiu que os quartos são espaços que as pessoas partilharam, através dos tempos, de forma comunitária ou individual sendo que a concepção mais recente de quarto de dormir resultou do ofício de arquitetos. Eles se preocuparam com uma arquitetura doméstica que “distinguiu os cômodos pela função e os separou pelo gênero” (PERROT, 2011, p. 60).

Se antes podiam ser amplos e bem mobiliados, no século XIX passaram a existir com outra concepção: “um quarto só é belo se contém apenas as coisas que nos são uteis e que tudo o que é útil, seja um simples prego, deve ficar aparente e não dissimulado” (PERROT, 2011, p. 61). O quarto devia também satisfazer o “desejo de isolamento”, para “atender as necessidades do corpo ou da alma” (PERROT, 2011, p. 61, 71).

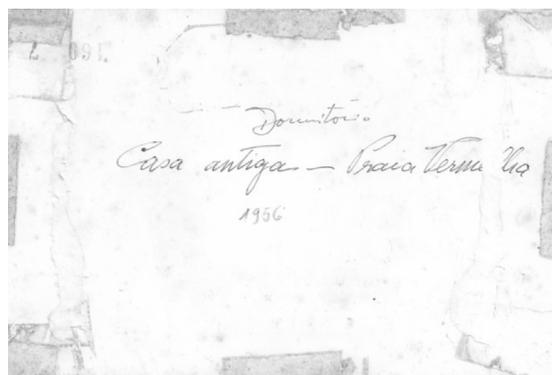
O dormitório, espaço presente em hospitais, quartéis, internatos, é um espaço coletivo, para se dormir de forma compartilhada, onde não se pode dormir só. Mas, ainda assim, a cama funciona como um abrigo, um lugar para o sono e para os sonhos, um lugar individual por excelência, recomendado por médicos, que preconizavam a higiene, e pela igreja, que reconhecia ali um lugar cristão, onde se podia realizar a conjunção carnal para cumprir os desígnios de crescer e se multiplicar e, também, de se “examinar a consciência”, por isso mesmo, um lugar que também era de “contrição” (PERROT, 2011, p. 74).

No dormitório, podia-se sentir livre, porque ali era o lugar onde se “trocavam os compromissos do dia pela liberdade da noite” (PERROT, 2011, p. 88). Na Fotografia 1, tem-se uma imagem do dormitório do internato da EEAP, datada de 1946, localizado no Pavilhão, Bourneville.

Fotografia 1 - Dormitório da EEAP - Pavilhão Bourneville, 1956



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

A imagem mede 18cmx12cm, e pode-se perceber a tomada de uma foto posada, de autoria desconhecida, que foi capturada em ambiente interno, e revelada em tons de cinza.

Pelo uniforme, touca e insígnia ao pescoço trata-se da presença de uma aspirante, provavelmente uma interna. É uma fotografia na qual se visualiza, na concepção bourdieusiana, o espaço social apropriado do dormitório do internato da EEAP.

No mobiliário percebem-se duas camas beliche alinhadas, tipo de acomodação compartilhada, possivelmente por motivo de economia de espaço. As camas beliche estão arrumadas, com lençóis claros e ostentam um cobertor arranjado em forma de leque. Este arranjo do cobertor foi, possivelmente, um recurso consciente e intencional do fotógrafo no sentido de comunicar uma certa ordem e/ou cuidado, resultado da inculcação presente no *habitus* do grupo. Ademais, na arrumação da cama, segundo Perrot (2011, p. 75), se percebe “uma gama de atitudes que revelam as relações consigo e com os objetos”.

Pode-se observar, ainda, que o espaço a ser ocupado era bem limitado, e estava de acordo com a hierarquia. Assim, à esquerda da cama adornada com o cobertor dobrado em forma de leque estava uma mesinha de cabeceira com um vaso de flores, que podem ser entendidas como um certo luxo, e alguns objetos que parecem ser bichinhos de louça espalhados.

Os objetos têm sua própria história e herança, revelam lembranças e, foi desta forma, como se ela estivesse reivindicando um espaço próprio, ou necessitasse mais espaço para si, que ocupou a mesinha de cabeceira com objetos pessoais. O dormitório tinha paredes de cor clara, sem quadros ou enfeites e o chão não tinha tapetes, vistos pelo enquadramento fotográfico.

Um outro aspecto a se destacar tem a ver com os corpos. Os corpos se comunicam, segundo Bourdieu (1998), por meio da *hexis* corporal, que comanda a conduta de uma determinada classe social. O corpo é o lugar de inscrição das regras do grupo, o lugar que ostenta a indumentária e seus signos, o lugar que transmite os códigos e o lugar que nos engajamos gestualmente, portanto, pode-se dizer que o corpo é parte essencial e até mesmo central do esquema do *habitus* do grupo.

Deste modo, observou-se que a aspirante do internato, estava sentada de lado no centro de uma cama beliche, possivelmente a sua cama, com a cabeça erguida, indicando estar atenta e “consciente de si mesma” (GUGLIELMI, 2009, p. 198). Exibe uma postura rígida, como se tivesse “o hábito de frear qualquer impulso” (GUGLIELMI, 2009, p. 73), as costas eretas, as pernas unidas, apoiadas no chão, e os braços rentes ao corpo e em ângulo reto, segurando possivelmente um livro.

Perrot (2011, p. 85) entendeu que “entre a leitura e o quarto, os laços são antigos e múltiplos”. Assim sendo, a aspirante poderia estar fazendo algo pessoal no único espaço onde

pudesse ter liberdade para fazer, a sua cama para ler, rezar, estudar, descansar ou apenas refletir.

Com relação ao gestual, percebeu-se o que Porto (2007, p. 12) denominou de “economia de gestos”, visível na maneira de posicionar os braços que pode indicar a demarcação de “um limite preciso” (GUGLIELMI, 2009, p. 13), do qual ela não devia desviar-se, limitando-se a amplitude do seu espaço pessoal, ou “zona pessoal” (GUGLIELMI, 2009, p. 17) que podia ocupar.

De qualquer maneira, Bourdieu (2006, p. 85) resumiu o assunto sobre as técnicas corporais constatando que elas “se constituem em verdadeiros sistemas, solidários a todo um sistema cultural com o contexto”. Dessa forma, por esta postura, inferiu-se que houve a intencionalidade de ser fotografada de uma forma positiva, carregada de significação moral, resultado de mecanismos correlacionados à domesticação do corpo e da mente.

4.4.3 Sala de visitas

Na Fotografia 2, pode-se perceber a tomada de uma foto instantânea, datada de 1956, de autoria desconhecida, que foi capturada em ambiente interno, e revelada em tons de cinza, em um plano fotográfico geral, medindo 23cmx17cm. O enquadramento é de corpo inteiro, e trata-se do espaço social apropriado que a Diretora Maria de Castro Pamphiro denominou de sala de visitas da EEAP, localizada no Pavilhão Bourneville. Ela alegou que, apesar da falta de espaço no pequeno internato “cuja sala de visitas é somente uma passagem” (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1945, p. 9), as alunas promoveram, no ano de 1944, duas reuniões dançantes.

Fotografia 2 – Sala de Visitas da EEAP -
Pavilhão Bourneville s/d



Fonte: UAPS/EEAP.

A imagem trata-se de três alunas, uniformizadas com um vestido de cor clara, possivelmente o azul que se usava por baixo do avental, com gola e toucas brancas, mangas curtas, abotoados até o pescoço, e sapatos escuros, reunidas na sala de visitas da Escola. Elas estão entretendo-se com uma eletrola, móvel que serve para tocar discos e também tem um rádio acoplado. A expressão facial da aluna que está abaixada sugere que parecem se distrair, possivelmente escolhendo que disco colocar, que música ouvir.

No lado esquerdo vê-se as costas de uma poltrona, e no lado direito um móvel claro e uma mesa redonda sobre a qual está pousada uma xícara que parece ser de louça clara, e um papel ou folheto. Ao fundo, na parede de cor clara está pregado um quadro que não se lê. Toda a cena revela que as moças encontravam-se num momento de descontração na sala de visitas da EEAP, que era necessária para atender às internas nos momentos de folga já que moravam no internato. Pode-se visualizar a alegria no sorriso congelado no rosto das alunas.

Mereceu destaque a imagem pelo fato de que as alunas estavam uniformizadas num momento de descontração, vivenciado dentro do espaço social apropriado do internato, local em que pela norma cultural, devia-se ostentar o uniforme, porque, como já assinalado, o corpo era a parte central do sistema de *habitus*.

Pode-se considerar que aquele podia ser um dos momentos em que estavam se sentindo em casa embora no internato estar em casa significasse estar uniformizada. Dessa forma, infere-se que o uso do uniforme, mesmo nos momentos de lazer dentro do espaço apropriado do internato, fazia parte do mecanismo de inculcação inconsciente que se identificou com base em Bourdieu.

Como o corpo é o suporte do esquema de inculcação. Sendo assim, os uniformes ostentados nos corpos das enfermeiras eram vistos como um recurso valioso que ajudava a integrar os corpos às mentes, por isso mesmo, mudar de roupa podia equivaler a “mudar de situação” (ROCHE, 2007, p. 435). Era desta maneira que se devia usar o uniforme, mesmo em ocasiões de lazer, dentro do internato.

4.4.4 Sala de refeições

No internato eram oferecidas cinco refeições diárias, servidas em seus respectivos horários. O relato que fizeram Meirelles e Amorim (2008) demonstrou a disciplina com o horário e com a quantidade de refeições. Assim, a alimentação ocorria cinco vezes por dia: “havia um café da manhã balanceado, lanche às 10 horas, almoço, lanche às 15 horas, jantar e ainda tinha um chá simbólico das 22 horas. O chá era servido na xícara de ágata que conservava o calor” (MEIRELLES; AMORIM, 2008, p. 5).

Fotografia 3 – Refeitório – Pavilhão Bourneville, 1956



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

Na Fotografia 3, pode-se perceber a tomada de uma foto posada, de autoria desconhecida e sem legenda, que foi capturada em ambiente interno, e revelada em tons de cinza. No plano fotográfico se verifica a presença de quatro mesas para refeição, ocupadas por mulheres uniformizadas, exceto uma das mesas à esquerda e ao fundo, encoberta atrás de uma coluna, em que se nota a presença de três homens, também de uniforme e gorro claros.

No discurso dessa imagem se pode avaliar a postura dos corpos, e as maneiras de se sentarem. As costas em ângulo reto às cadeiras, pescoços rijos e cabeça levantada, gestos adquiridos por meio de disciplina e rigor. É de se supor que deviam preocupar-se com a postura condizente com seu *hábitos* e mesmo ostentarem seus uniformes para o ato de alimentarem-se, como parte da estratégia do sistema.

Revelar boas maneiras também fazia parte da inculcação. Para a Diretora ter boas maneiras associadas à aplicação aos estudos, eram critérios para obter-se uma melhor nota no curso (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1948).

As mulheres usavam vestido claro, de gola clara, de manga curta e avental e touca claros, sapatos escuros, além da insígnia, e ao fundo os homens com gorro de cores claras. No primeiro plano pode-se ver que as alunas que não usam toucas sentaram-se separadas das que usam touca. Elas são, provavelmente, iniciantes e estão separadas das aspirantes, porque assim era inculcado o *habitus* em seus corpos e em seus espaços, fazendo-se comunicar distâncias e hierarquias.

Nesta imagem ficou muito nítida uma das estratégias de hierarquia que se quis inculcar, resultado de um processo de organização social (BOURDIEU, 1982, p. XV) que pode ser observado exatamente na ocupação dos lugares à mesa e na diferenciação pelo uso dos uniformes.

Da mesma forma, Guglielmi (2009, p. 53) expressou-se sobre o assunto e explicou que a mesa de jantar “fechada”, ou seja, com lugares marcados, é rígida e formal, onde não há espontaneidade ou liberdade e a mesa redonda representa a necessidade de revelar paridade de “*satus* e importância” (GUGLIELMI, 2009, p. 46).

Ademais essas regras são o resultado da apreensão do mundo social na construção de um *habitus*, e produzem diferenças. Essas diferenças só são percebidas de forma lógica pelos agentes que possuem o código e o sistema classificatório para compreender lhes o sentido, tornando o espaço social em um espaço simbólico. Dessa forma, pode-se dizer que as “distinções entre os espaços significam poder” (GUGLIELMI, 2009, p. 16) bem como as diferenças nos uniformes significam hierarquias para Roche.

Por cima da mesa posta veem-se vasos com flores, objeto ao qual já se fez referência. Ao fundo dois louceiros, que parecem ser de madeira, com portas de vidro onde se podem visualizar bules e sopeiras, além de outros objetos, provavelmente para servir refeições. As cadeiras parecem ser de madeira; as mesas estão forradas com duas toalhas sobrepostas, sendo uma mais clara e outra mais escura. O chão da sala de estudos é de um tipo de azulejo formando desenhos de triângulos. As pessoas estão posicionadas de forma a aguardar a refeição que deverá ser servida.

Entre os louceiros há um relógio redondo, pregado na parede, objeto presente nas dependências da escola. Gilberto Freyre em seu livro *Modos de homem e modos de mulher* observou ser um “objeto de tendências tirânicas” (FREYRE, 1987, p. 42). De certa forma, Guglielmi ratifica o entendimento de Freyre porque, para ela, “os objetos não estão lá por acaso, não tem uma função apenas decorativa, possuem um significado” (GUGLIELMI, 2009, p. 37) que, possivelmente, estava associada à rotina do internato.

Na Fotografia 4, pode-se perceber a tomada de um instantâneo medindo 18cmx12cm, de autoria desconhecida e sem legenda, que foi capturada em tons de cinza, em ambiente interno, espaço social apropriado denominado sala de estudos da Escola.

A sala de estudos localizava-se no Pavilhão Bourneville, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Tinha piso de ladrilhos formando desenhos geométricos e mobiliário antigo e aproveitado, segundo a diretora, onde se podiam ver três mesas redondas de madeira, duas maiores e uma menor, esta localizada no plano frontal e central. Conforme a fotografia anterior o espaço social estava organizado diferenciando as aspirantes das iniciantes, ou seja, em mesas separadas, de acordo com os uniformes que ostentavam, segundo a hierarquia e a distância impostos pelo *habitus*.

Fotografia 4 – Sala de estudos – Pavilhão Bourneville



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

As alunas sentadas na mesa central e à esquerda da fotografia são as alunas iniciantes, porque estão uniformizadas com um vestido claro de gola mais clara, mangas curtas. Na mesa mais ao fundo à direita pode-se ver um grupo de alunas identificadas como aspirantes, duas de casaco escuro e touca de cores claras e as demais de avental e touca de cores claras. Os sapatos são escuros, de amarrar e sem salto. A Diretora usa um uniforme em tom claro, possivelmente branco, de mangas compridas, com uma touca também em tom claro e a insígnia ao pescoço. Não se nota a presença masculina na foto.

A propósito da vida na escola, que funcionava em regime de internato, como já se disse, pode-se dizer que a Diretora implantou uma rotina que consistia em controlar também as horas de estudo, e por isso o relógio na parede, além do fato de que deixava claro para as alunas que o “controle do tempo devia ser prerrogativa dos professores” (McLAREN, 1997, p. 268). Os alunos podiam escolher estudar pela manhã muito cedo, antes do horário regulamentar, às 8 horas da manhã, ou após o horário das atividades, entre 18:00 e 20:30 horas, após o quê determinava o fim das atividades, impondo o silêncio no internato.

Os estágios eram responsabilidade direta da escola e em serviços por ela planejados. O número de horas de atividades escolares era registrado e contabilizado pelos próprios alunos que preenchiam o registro num cartão de frequência e, nas palavras da diretora, esse método servia para lhes favorecer o desenvolvimento em aspectos como o auto controle e a honestidade (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

O enquadramento da imagem se deu em um plano fotográfico conjunto, verificando-se a predominância de pessoas de corpo inteiro do sexo feminino e ao centro encontra-se a diretora enfermeira. Sua posição ao centro da fotografia, com a imagem refletida no espelho, implica uma certa intenção de posar.

Tal inferência deve-se ao fato de que “o espelho é o instrumento que permite não só se ver, mas também experimentar ver como é vista e se fazer ver como deseja ser vista” (BOURDIEU, 2002, p. 41). Assim, com o fito de ver-se como desejava ser vista é que ela, provavelmente, quis evidenciar seu reflexo no espelho no momento em que estava acompanhando as alunas na sala de estudos.

Além disso, o fato de apontar o dedo para a mesa pode ser percebido como um gesto para comunicar uma intenção de se fazer entender, enfatizando seu discurso, “fazendo falar a linguagem do corpo” (GUGLIELMI, 2009, p. 128). Isso ocorre porque, na explicação de Guglielmi, “os gestos estão ligados ao cérebro de forma complementar” e, por isso, gesticulamos o que imaginamos com a mente (GUGLIELMI, 2009, p. 143).

4.4.5 Laboratórios

4.4.5.1 Laboratório de Assistência aos Alunos

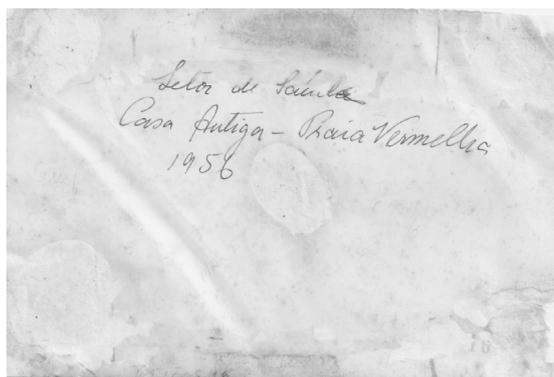
A Fotografia 5 mede 18cmx12cm, foi tomada em ambiente interno, num plano geral e revelada em tons de cinza de autoria desconhecida e foi capturada no ano de 1956. Trata-se de uma fotografia em que se observa a intenção de ter sido posada, pelo fato de que para a aferição do índice de medidas antropométricas, como o peso e a altura, o Ministério da Saúde, na publicação Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviço de saúde (2011), alerta para o fato de que não se deve subir no equipamento com sapato e nem de frente.

Na sala se veem uma balança hospitalar antropométrica e mecânica, um armário com porta de vidro de cor clara, com rodízios para a mobilidade no ambiente, contendo materiais de cuidado, um outro armário de vidro que contém vários frascos de medicamentos e ao lado uma mesa com um vaso em se lê a sigla da escola. Compõe o mobiliário três leitos de cores claras, com rodízios, cobertos por colchas que pendem dos lados das camas que tem um barrado mais claro, além de uma cadeira de cor clara que está posicionada entre os leitos. O chão é de ladrilhos que formam quadrados que se alternam em tons claros e escuros.

Fotografia 5 - Laboratório de Assistência aos Alunos - Setor de Saúde – Pavilhão Bourneville, 1956



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

A referida publicação determinou como se deve pesar e medir uma pessoa na balança antropométrica mecânica. Para se pesar, deve-se posicionar o adulto, em pé, de costas para a balança, com os braços estendidos ao longo do corpo, a cabeça erguida e livre de adereços e

descalço, usando roupa leve, sem estar portando objetos que possam alterar o peso, olhando para um ponto fixo na altura dos olhos. As pernas devem estar paralelas e os pés em ângulo reto com as pernas. Deve-se encostar os calcanhares, as panturilhas, os glúteos, as escápulas e parte superior da cabeça (região occipital) no estadiômetro. Para medir, deve-se ajustar a haste do estadiômetro sobre a cabeça de maneira a pressionar o cabelo, e se encontrará o resultado da altura marcado na régua.

Ela estabeleceu os hábitos de higiene e saúde que queria implementar por meio da Portaria nº 20, de 10 de janeiro de 1947 como, por exemplo, lavar as mãos antes das refeições, promover as pesadas mensais, obrigar a escovação dos dentes, proibir a leitura durante as refeições e proporcionando também tratamentos especiais, sempre que necessário. O resultado da aferição deste índice correspondia a um valor nutricional que indicava se a pessoa estava saudável ou não. O espaço servia, também, aos encontros pedagógicos afeitos às necessidades de se ministrar o conhecimento sobre a técnica de pesar em adultos. O procedimento de medir-se e pesar-se alunos e funcionários, que deveria ser repetido todo mês, indicava o cuidado que se devia ter com a aparência saudável de acordo com o *habitus* do grupo.

No plano de fundo vê-se a professora enfermeira Noelma Telles d'Araújo, reconhecida em outras imagens, de uniforme e sapatos claros de enfermeira, que estava, possivelmente, ministrando instruções sobre a técnica de indicadores antropométricos em adultos, para as aspirantes, que observam o procedimento.

4.4.6 Laboratório de dietética

No início da década de 1940 se institucionalizava uma nova profissão que se preocupou com o cuidado alimentar e veio a estabelecer nexos com o cuidado em enfermagem, conforme relata Magalhães (2013). Tratava-se do Curso de Nutricionistas que “buscava primeiramente enfermeiras, antigas parceiras de atividades médicas” (MAGALHÃES, 2013, p. 24). Teve como precursora uma enfermeira da EAN convidada para fazer o Curso de Instrutora de Nutrição⁵⁰, que passou a dar aulas de Dietética no Serviço de Alimentação da

⁵⁰ A enfermeira brasileira Liselotte Hoeschl Ornellas (1917-2017), formada pela EAN em 1939, fez um Curso de Dietista na Argentina de 1940 a 1943. Ao retornar integrou o grupo de Instrutora de Nutrição (MAGALHÃES, 2013).

Previdência Social (SAPS), criado em 1940, por Getúlio Vargas, para formar nutricionistas (MAGALHÃES, 2013, p. 17).

A Fotografia 6 trata-se de uma foto instantânea, que mede 18cmx12cm, tomada em plano americano, isto é, da cintura para cima, em tons de cinza, datada de 1945, no Laboratório de Dietética da EEAP, no antigo Pavilhão Bourneville. Em 1943, as aulas de Nutrição e Dietética já eram realizadas no ex-pavilhão dietético do Pavilhão Bourneville, conforme afirmou a Diretora Maria de Castro Pamphiro, contando a Escola com duas salas de aulas teóricas, sendo uma de dietética e uma de demonstração de enfermagem. No ano de 1943 as aulas práticas de Dietética e Saúde Pública foram ministradas por enfermeiras da EAN, destacadas pelos respectivos professores, para alunos do quarto período (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE PAMPHIRO, 1943).

A Fotografia 6, anverso, é, possivelmente, uma imagem da sala de aula de práticas de ensino de Dietética, na qual as alunas aprendiam sobre a manipulação de alimentos. Em cima de uma bancada de azulejos, claros, uma Instrutora de Nutrição, professora da EEAN, identificada pelo uniforme e formato e tipo de tecido de sua touca, que era diferente da touca cônica da EEAP, descascava uma fruta, parecendo não demonstrar, ou seja, de forma habilidosa.

Ao fundo da bancada está um espremedor de frutas. Na bandeja encontravam-se outros alimentos, ao lado um prato, uma panela que e um jarro em cima, e outro embaixo da bancada.

Fotografia 6 - Laboratório de Ensino Dietética - Pavilhão Bourneville, 1945



anverso

Fonte: UAPS/EEAP.



verso

A *hexis* corporal das cinco aspirantes revela cabeças inclinadas e olhares de “atenção, admiração e confiança” (GUGLIELMI, 2009, p. 199), com o copo disposto ao aprendizado, voltado na direção das mãos da Instrutora de Nutrição, de acordo com a exigência da atividade pedagógica que se realizava. Percebe-se um sorriso, no semblante da primeira aspirante, prestativo, complacente, dúctil que se podia esperar do grupo e que fazia parte da *hexis* corporal que devia mostrar obediência. Inferiu-se que, pelo uniforme diferente das demais, a Instrutora de Nutrição devia ser uma enfermeira da EEAP que, provavelmente, havia feito o curso mencionado.

Os uniformes das aspirantes da EEAP são de gola clara e avental, com bolsos laterais e toucas cônicas. As toucas serviam para manter os cabelos higienicamente presos e também simbolizavam a profissão. Na manga da aspirante, em primeiro plano, pode-se ver uma cruz grega de cor mais escura que, provavelmente seria azul como é o símbolo da Escola.

A instrutora usava um vestido claro, de manga comprida e gola clara. A touca era também era clara, de tecido transparente, que de forma semelhante à touca da diretora Maria de Castro Pamphiro. Ostentava um emblema no pescoço que não se identificou, e uma braçadeira estampando uma cruz de malta⁵¹ na altura do cotovelo. Usava também uma máscara, para evitar contágio com os alimentos, do tipo que se prende nas orelhas, possivelmente de tecido, em que aparecem as iniciais EEAN impressas de cabeça para baixo.

No verso da Fotografia 6, verso, acima, destaca-se um carimbo em que se lê “Foto São Clemente, rua São Clemente, 21 – tel.: 261051 – Rio”, possivelmente o nome do atelier fotográfico que capturou a imagem, bem como o endereço e telefone.

A Fotografia 7 é a tomada de um flagrante, em plano conjunto, medindo 17cmx11,5cm, datada de 1956. Trata-se do espaço da sala de aula de Nutrição e Dietética, ministrado no terceiro período do curso de enfermagem (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946) na casa antiga, em que se percebem as carteiras com braço para as alunas, ombreadas e de frente para uma bancada.

Em volta da bancada de cor clara se pode visualizar seis alunas e a professora enfermeira Noelma d’Araújo com seu uniforme. A *hexis* corporal da enfermeira Noelma Telles d’Araújo, levemente inclinada para a frente, sugere que ela está com a atenção voltada para o que se prepara em torno da bancada.

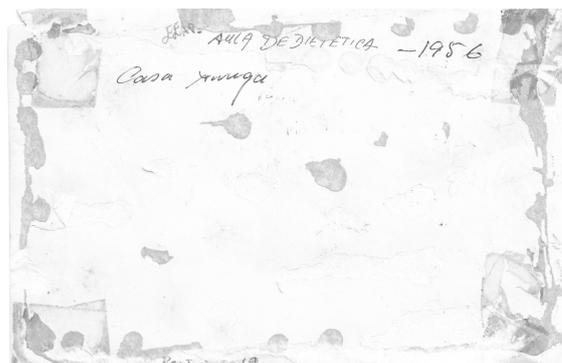
⁵¹ A cruz de malta é uma cruz com oito pontas conhecida como Cruz de Amalfi ou Cruz de São Sebastião e trata-se do símbolo da Ordem dos Cavaleiros Hospitalários, uma ordem cristã. As oito pontas significam os deveres dos cavaleiros: amor, arrependimento, fé, humildade, misericórdia, resistência, sinceridade e verdade (dicionário de símbolos.com.br).

Na bancada pode-se visualizar utensílios próprios para se preparar alimentos: uma balança de precisão, uma tigela que, contendo um alimento claro, farinha ou açúcar, uma lata que parece ser de fermento em pó. Do lado esquerdo, pode-se ver um fogão do tipo que tem quatro bocas, uma chaleira de bico

Fotografia 7 – Aula de dietética – Pavilhão Bourneville - 1956



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

As paredes são claras e o chão escuro. O grupo está uniformizado, com um vestido de manga curta de cor escura e um avental de cor clara por cima, onde se pode ler EEAP, e não usam touca. Percebe-se que o grupo mantinha-se ombreado, cotovelos junto ao corpo, conforme a economia de gestos característica do confinamento simbólico, que fazia parte do *habitus* do grupo. No verso da imagem lê-se: casa antiga – aula de dietética – 1956.

Na Fotografia 8, única fotografia quadrada, centralizada, em plano americano, medindo 7cmx7cm, percebe-se a tomada de um instantâneo em que um grupo de quatro alunas, ao centro da imagem, rodeiam um esqueleto que está pendurado num tripé. Uma delas, que usa relógio de pulso, possivelmente uma iniciante, segura em sua mão a do esqueleto. Elas estão uniformizadas, sem touca, com avental. Na parte superior da parede clara, ao fundo vê-se duas aberturas em arcos.

No verso da imagem lê-se “aula de anatomia, março de 1952”. A cadeira de Anatomia era ministrada no primeiro período, no Curso de Enfermeiros Auxiliares pelo Professor Paulo Franklin de Souza Elejalde⁵², médico e político. Sobre a situação anterior a sua gestão, no ano de 1942, consta a observação, no mesmo relatório, que o curso era mais teórico do que prático, feito em dois anos, dava diploma de enfermeiro, e com mais um ano poder-se-ia

⁵² O Professor Paulo Franklin de Souza Elejalde nasceu no Rio Grande do Sul e veio para o Rio de Janeiro onde dirigiu o hospital Psiquiátrico Pedro II. Disponível em: <<http://wiki.ihgp.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

adquirir a especialização com certificado de visitadora social (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

Fotografia 8 - Aula de anatomia -1952
- Pavilhão Bourneville



Fonte: UAPS/EEAP.

Na *hexis* corporal do grupo pode-se ver o interesse sobre o assunto realçado pelos olhares que contemplam a mão do esqueleto, postura ereta, controle adquirido possivelmente pelo *habitus*. O uso do uniforme nas aulas foi inculcado com vistas a manifestar tanto a distinção, quanto o consenso, o que era compreensível para Roche (2007, p. 245) “pelo menos, nos últimos três séculos”.

4.5 Síntese da seção

Nesta seção, tomou-se como referência apresentar temas como a aparência e o significado dos uniformes ostentados pelas enfermeiras, nos limites do internato, bem como a utilização do espaço social, destacando-se a importância da dimensão de lugar, para se entender a visualização nas imagens sobre o cotidiano da vida das alunas na EEAP, tendo por base o resultado da inculcação do *hábitus* como estratégia de dominação, implantada pela Diretora Maria de Castro Pamphiro.

No final da primeira metade do século XX, teve início uma nova fase na Escola, que se viu dirigida, pela primeira vez, por uma diretora enfermeira que havia percebido a necessidade de fazer registros iconográficos, possivelmente com a intenção de que, algum dia,

se rompesse o silêncio e se pudesse falar de suas lutas simbólicas, por meio de imagens que valorizaram a memória Escola. Ademais, numa época em que as mulheres sofriam as consequências do acesso tardio à escrita e, por isso mesmo “os cronistas em sua maioria eram do sexo masculino, elas haviam deixado poucos registros” (PERROT, 2016, p. 19), ela foi inovadora.

Por outro lado, pode-se observar a maneira como o grupo se via e como se deixou fotografar, notadamente a fim de reforçar a ideia de hierarquia e poder, além de pertencimento a um grupo que buscava, naquele momento, renovar sua identidade. Havia também a necessidade de revelar, no gosto pelo confinamento de seus corpos, dominados por uniformes, cujos “códigos bastante precisos regem suas aparições assim como as de tal e qual parte de seu corpo” (PERROT, 2016, p. 50) indumentárias que as identificassem como enfermeiras da EEAP.

Dessa maneira, se pretendeu ressaltar como funcionou a inculcação do *habitus* na formação das enfermeiras, uma das profissões que eram consideradas “boas para mulher” (PERROT, 2016, p. 124), marcadas pela “função das qualidades femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento e a prestimosidade, o sorriso” (PERROT, 2016, p. 123). Esses são alguns dos valores que vão concorrer para a inculcação do *habitus*, dentro de um campo de forças que, na sociologia de Bourdieu, ele denominou de violência simbólica.

SEÇÃO 5 - CAPITALIZAÇÃO CULTURAL NA VISUALIZAÇÃO DAS APARÊNCIAS

5.1 Introdução

Esta seção se destina a entender-se o que é capital cultural e como foi acumulado pelo grupo de enfermeiras da EEAP tendo em vista a análise das imagens que tratam das visitas recebidas e realizadas e das exposições e datas comemorativas que faziam parte do *habitus* do grupo.

Bourdieu (1990, p. 155) disse que as ligações duráveis, aquelas vividas, em suas palavras, nas afinidades do *habitus*, “estão na origem de todas as formas de cooptação – amizades, amores, casamentos, associações, etc”. Assim, além dessas afinidades vividas e das formas como elas se dão não se pode deixar de sondar o conceito de cultura e contribuições, já que é incorporada por meio de um processo conhecido como endoculturação ou socialização. A endoculturação para o autor “é um processo ilimitado de se obter conhecimento” (LARRAIA, 2015, p. 26, 49).

As datas comemorativas como, por exemplo, as associadas ao aniversário da Escola, e as pessoas que transitaram na instituição, estreitando as relações de poder que se exerciam ali, contribuíram para o acúmulo do capital cultural do grupo e são comunicadas para outros membros do grupo como uma herança crescente por meio do processo de endoculturação. É o que conhecemos como capital herdado.

Deste modo, é determinante entender-se o termo cultura supondo-se que veio trazer relevância ao estudo já que o “homem é o resultado do meio social em que vive” (LARRAIA, 2015, p. 45). Roque Larraia (2015), antropólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB), em seu livro *Cultura, um conceito antropológico*, tece a história do termo observando que a cultura não é uma aquisição inata (biológica) e sim adquirida. Reforça, também, o caráter abrangente do termo porque cobre todas as possibilidades da realização humana.

O primeiro a enunciar o conceito da forma como ainda hoje se utiliza foi Edward Tylor (1832-1917), antropólogo britânico, que assim definiu cultura:

[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARRAIA, 2015, p. 25).

Pode-se considerar que cultura e *habitus* são conceitos indissociáveis. Os princípios geradores das práticas entre os grupos que determinam, por exemplo, o que se come e a maneira de se comer, o esporte que se pratica e sua maneira de se praticar, as opiniões políticas e as maneiras de expressá-las, o que se veste e como se usa a indumentária, e assim por diante, são maneiras que vão distinguir o comportamento dos grupos, o funcionamento dos seus sistemas simbólicos. Assim, estabelecem-se, tornam visíveis as diferenças para o que é bom ou mau porque, entre os grupos, os significados frequentemente não são os mesmos.

Isto posto, vale mencionar que Bourdieu se propôs explicar como se dá o mecanismo de distribuição desse capital cultural a partir das relações entre a família, que “é a base das estratégias de reprodução (como as estratégias de matrimônio, de herança, econômicas e educativas) e a lógica da instituição escolar” (BOURDIEU, 2008, p. 36).

Ele admitiu que o investimento das famílias privilegiadas economicamente em instituições escolares mais elevadas foi crescente porque “são as instituições que levam às posições sociais mais altas” (BOURDIEU, 2008, p. 37). O que ocorre no final deste processo é que se mantém a separação entre os alunos dotados de capital cultural desigual. Dito de outra maneira: esse mecanismo manteve os grupos separados de acordo com as heranças culturais, perenizando-se as diferenças sociais que já existiu.

O sistema que privilegiou o capital cultural herdado perdurou até o advento das escolas públicas, que surgiram a partir do século XVIII, como um novo tipo de instituição escolar, que vai, de uma certa maneira, minimizando essas diferenças, e promovendo a origem do sistema das escolas atuais (BOURDIEU, 2008, p. 40).

Somando-se a essas ideias pode-se dizer que existem várias teorias para se entender a cultura, dentre as quais duas destacam-se por se articularem em conformidade com este estudo e estão baseadas no estruturalismo do antropólogo francês Lévy-Strauss (1908-2009). Uma trata a cultura como um sistema de símbolos, e a outra, a cultura como sistema adaptativo (LARRAIA, 2015).

A ideia da cultura como um sistema simbólico foi desenvolvida pelos antropólogos Clifford Geertz (1926-2006), professor norte-americano da Universidade de *Princeton*, e David Schneider (1918-1995), professor norte-americano das universidades de *Harvard* e *Cornell*, sistema este que recusa os dogmas sobre o sistema evolucionista.

A mensagem que se pode abstrair sobre o sistema simbólico proposto tocou num aspecto que merece reflexão: é que “toda cultura depende de símbolos”, o que significa dizer que as faculdades de simbolizar foram exatamente as que transformaram os antropóides em

homens. Isto se dá porque o homem é “possuidor de um tesouro de signos que pode reter e comunicar como uma herança” (LARRAIA, 2015, p. 26-27, 55).

Foi o que possibilitou acumular sua herança cultural. Assim, para entender uma cultura é preciso entender seu código e simbologia. Destarte, admite Larraia (2015) que os símbolos funcionam como uma chave que permite compreender significados. É a definição da cultura como sistema simbólico, em que todos os homens estão projetados para receberem um programa que chamaram de cultura.

Uma outra maneira de se entender a cultura foi considerando-a um sistema adaptativo. Segundo Leslie White (1900-1975), professor norte-americano da universidade de *Chicago*, *Buffalo* e *Columbia*, considerado, dentre outros antropólogos, um neoevolucionista⁵³ é, desta forma, se adaptando, que o homem participa do mundo. Eles consideram que

Culturas são padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (LARRAIA, 2015, p. 59).

Esta definição enriqueceu o entendimento que se fez sobre cultura, identificando-se na tecnologia um dos elementos culturais necessários a adaptação, de onde começam as mudanças que depois se transmitem.

Por este motivo, consideram que um processo de mudança cultural envolve, necessariamente, uma adaptação, e essa adaptação é que permitirá a sobrevivência do homem. Em última instância, isto significa dizer que o homem está apto a se socializar de qualquer forma e em qualquer cultura.

Isto posto, se faz necessário entender sobre manifestações culturais, tema que foi abordado por Mikhail Bakhtin (1895-1975), escritor de origem russa, formado em História e Filologia, em seu livro *A cultura popular na idade média e no Renascimento* (2013), e entender a inserção de sua leitura.

⁵³ O Neoevolucionismo é uma teoria social, que surgiu em 1930 e se incorporou às demais ciências sociais na década de 1960. Trata de explicar a evolução das sociedades recorrendo a Charles Darwin e a teoria da evolução, porém descartando dogmas do antigo evolucionismo como, por exemplo, o de progresso social. Um de seus expoentes foi Leslie A. White (1900-1975) que destacou como o fator mais importante em sua teoria a tecnologia, propondo o uso da medida de consumo de energia da sociedade como parâmetro para suas pesquisas. Distinguiu essas medidas em cinco etapas do desenvolvimento humano: 1 – a energia dos músculos; 2 – a energia dos animais domesticados; 3 – a energia das plantas, se referindo a uma revolução agrícola; 4 – a energia dos recursos naturais; 5 – a energia nuclear. Disponível em: < www.wikipedia.org>. Acesso em: 19 jan. 2017.

A importância do livro de Bahktin (2013, p. 173) consiste na busca para decifrar todos os “elementos do tradicional sistema de imagens (destronamento, disfarce, flagelação)” descritos no livro *Gargântua e Pantagrue*⁵⁴, de François Rabelais (1494-1553), médico e padre francês do Renascimento. O livro narra a saga de dois personagens gigantes, pai e filho, que viveram na Idade Média, por meio de um vocabulário grosseiro em que descrevem manifestações culturais como ritos, espetáculos e festas. Foi nesse ambiente que Bahktin (2013) pode encontrar um mundo em que os valores estavam subvertidos.

As manifestações culturais podiam ter caráter oficial, que enfatizavam as funções hierárquicas e as desigualdades, e não oficial, como o carnaval, que é a festa em que se percebe “o triunfo de uma espécie de liberação provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (BAHKTIN, 2013, p. 9). Podiam apresentar um elo com festas religiosas como, por exemplo, a quaresma que ocorre nos últimos dias do carnaval.

É desta forma que estas manifestações expressam o entendimento do mundo. Pode-se ver que nas manifestações populares, “o riso se opunha à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época”. Assim, a festa oficial legitimava a estabilidade das regras que regiam o mundo como “hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes e imutáveis, sustentando uma verdade pré-fabricada” (BAHKTIN, 2013, p. 3, 9).

Da mesma forma, Eric Hobsbawm (2015), historiador inglês, em seu livro *A invenção das tradições*, contribui com o tema. Ele cunhou o termo “tradições inventadas” para afirmar que podem ser compreendidas como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAUWN, 2015, p. 8).

Assim, os valores e as normas manifestados nas festas populares contribuíam para “sancionar o regime em vigor”, para dar ao povo uma “segunda vida”. Era a possibilidade de se entrar numa espécie de reino em que havia “liberdade e igualdade e a alienação desaparecia provisoriamente” (BAHKTIN, 2013, p. 8-9).

⁵⁴ Gargântua e Pantagrue, pai e filho, são dois personagens do livro de Rabelais que vão vivenciar o grotesco, a violência, o escatológico e o humor, presentes nos ritos, espetáculos e festas, e levados aos limites do absurdo, permitindo que se compreenda a cultura cômica popular da Idade Média, da qual ele foi o porta voz (BAHKTIN, 2013).

Hobsbawn (2015) afirmou que as tradições nem sempre são recentes e muitas vezes podem ser inventadas e institucionalizadas embora nem todas perdurem. Elas são necessárias na medida em que, de forma artificial, mantêm com o passado uma relação de continuidade. Essas relações vão se construindo por meio de situações novas, por referência a situações anteriores ou por repetição obrigatória (HOBSBAUWN, 2015).

O autor estabeleceu, também, a diferença entre costume e tradição. Como já se disse, as tradições exigem regras fixas e invariáveis como a repetição. O costume, facilitado por convenção ou rotina, funcionando como um hábito (automático ou reflexo), não impede uma certa renovação, e representa um direito: “Sua a função [do costume] é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência a inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme expresso na história” (HOBSBAUWN, 2015, p. 8).

Desta forma, é que os movimentos de profissão e de classe são um bom exemplo de como o costume provoca mudanças, porque “a vida não é assim, nem mesmo nas sociedades tradicionais” (HOBSBAUWN, 2015, p. 9), nem que sejam costumes recentemente adquiridos porque, além do mais, vão ser sempre ampliados e defendidos.

Tendo por base estas noções de cultura e manifestações culturais, pode-se analisar as imagens a seguir sobre os eventos que tinham lugar na Escola para se revelar-se o capital cultural acumulado pelo grupo.

5.2 Visitas recebidas pela EEAP

As visitas realizadas à escola tinham uma parcela de representação no acúmulo do capital cultural e faziam parte do processo de endoculturação do grupo, como disse Larraia, ou construção do *habitus*, como disse Bourdieu. Essas manifestações culturais eram uma maneira de se estreitarem as relações com pessoas que, de alguma maneira, permitissem a visibilidade da Escola e lhe trouxessem algum prestígio.

Assim, o “sentido do jogo” a que se referiu Bourdieu (1990, p. 96), jogado por meio da “regularidade das condutas, que admite os princípios de hierarquização e de divisão, tinha o efeito estratégico de alimentar o lucro simbólico” (BOURDIEU, 1990, p. 96). Um desses princípios está vinculado ao sexo masculino como agente do poder simbólico.

Isto se dá, em parte, porque a educação feminina no Brasil, na primeira metade do século XIX, estava em enfrentando um lento processo de transição em relação à ascensão das mulheres. A educação feminina, até aquele momento, não era exatamente uma educação

libertadora, pelo conteúdo da educação que as moças recebiam, mas uma educação socializadora doméstica, conforme se afirmou na Seção 1 deste trabalho.

Assim, não foi por acaso que os homens visualizados nas imagens ocuparam, nos espaços de figuração, os lugares centrais, ou lugares de autoridades, em cerimônias e visitas à EEAP. A visibilidade que a Diretora dava aos membros do sexo masculino nestes lugares de honra significa que, apesar destas relações de dominação “se fazem, se desfazem e se refazem” (BOURDIEU, 2001, p. 193), com base na e pela interação das pessoas, este tipo de relação era necessária porque permite assegurar a sua própria reprodução, através de seu próprio funcionamento, e permitir o acúmulo de seu capital institucional (BOURDIEU, 2001).

A Fotografia 9, a seguir, foi capturada em 1954, e pode-se perceber no espaço de figuração central, um lugar de destaque, a figura de um homem de terno claro e gravata escura, com camisa clara, distribuindo, possivelmente, um certificado. De um lado e de outro se podem contar onze graduandos, sendo dois do sexo masculino.

Fotografia 9 – Visitas recebidas na EEAP - 1954



Fonte: UAPS/EEAP.

Esta imagem inspirou entender-se a indumentária ostentada pelo sexo masculino, considerando que a roupa é um sistema de códigos, assim como “os gestos, o movimento dos olhos, as inflexões da voz” (ECO et al., 1982, p. 7), que possibilita a comunicação em sociedade, e um meio pelo qual se pode exprimir e entender a ideologia de quem a ostenta. Assim, Humberto Eco et al. (1982), no artigo “O hábito faz o monge”, afirma que a roupa representa 50% de opção ideológica além de proteção de calor ou frio, e no caso do sexo

masculino, “os restantes 50% vão da gravata a batinha das calças passando pelas bandas do casaco e chegando até a sola dos sapatos” (ECO et al., 1982, p. 7).

Assim, ele considera a moda “uma linguagem visual devidamente articulada” capaz de explicar para que serve justificando-se na assertiva de que o “vestuário fala” (ECO et al., 1982, p. 12, 15) por este motivo transmite as convenções inculcadas pelos sistemas. Renato Sigurta (1982) no texto “Delineamentos sociológicos da moda masculina” vai mais longe e complementa diferenciando a roupa do homem da roupa da mulher. É que a roupa da mulher permite a alternativa entre “exibicionismo e pudor” e a roupa do homem “foi sempre acima de tudo simbólica” (SIGURTA, 1982, p. 25).

Por outro lado, Bourdieu (1982) refere que na ordem social a “força masculina dispensa justificação”, portanto, não precisa legitimação. Observa o autor que “o corpo tem na sua frente o lugar da diferença sexual” fazendo crer que nas diferenças biológicas é que se garantem a base das diferenças sociais. Sendo assim, o sexo é percebido como uma construção social do corpo em que o homem é inculcado por meio de um “*habitus viril*” (BOURDIEU, 2002, p. 9, 13, 17), quer dizer, não feminino. Distinguidos socialmente é que eles fazem as tarefas mais nobres e por meio desta diferenciação é que se percebe o destaque do sexo masculino nos rituais, visitas e festejos.

Francisco Albertoni (1982) no texto “Observações sociológicas sobre o vestuário masculino”, narrando a história da instituição do terno depois do ano de 1848⁵⁵ admite que o terno resiste por mais de 150 anos por ser “sóbrio, escuro, austero e civil”, isto é, não é militar. Ele o define como “um vestuário pacífico, de gente que se dedica a negócios dentro da lei” (ALBERTONI, 1982, p. 52), mas que fundamentam novos valores de legitimidade do poder masculino.

Além do aspecto sociológico que permeia a discussão do traje masculino, não se pode deixar de mencionar o aspecto psicanalítico analisado sob o olhar freudiano atribuído simbolicamente à gravata, que é uma peça que compõe o terno, pendurada pelo pescoço na parte da frente do corpo e acima da cintura, sendo associada, desta forma, ao falo, termo empregado nos escritos da antiguidade. Assim, Sigmund Freud (1900), em seu livro “A interpretação dos sonhos”, afirmou: “Nos sonhos produzidos por homens, a gravata aparece amiúde com símbolo do pênis. Sem dúvida, isso ocorre não apenas porque as gravatas são

⁵⁵ Revoluções de 1848 ou Primavera dos Povos foram movimentos populares que tinham alguma simpatia da burguesia e eclodiram na Europa Central e Oriental em função de regimes governamentais autocráticos, de caráter liberal, democrático, nacionalista e iniciado na França cujo primeiro presidente eleito para o cargo foi Luís Bonaparte que governou até 1851. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

objetos longos e pendentes e peculiares aos homens, mas também porque podem ser escolhidas de acordo com o gosto – uma liberdade que, no caso do objeto simbolizado, é proibida pela Natureza” (FREUD, 1900, p. 13).

O que se pode inferir é que o falo está associado ao poder de dominação masculina presente culturalmente desde a antiguidade, como atestam as representações encontradas na cultura egípcia, grega e etrusca. Nestas culturas, o falo era representado em objetos os mais diversos como joias, sinos, lamparinas, máscaras, tigelas, porque simbolizavam exatamente a “fertilidade e a força” (COSTA; BONFIM, 2014, p. 229).

A fotografia 9 trata-se de um instantâneo em plano conjunto e a diretora está de sapatos brancos ostentando seu uniforme. A quinta graduanda da esquerda para a direita, ao lado do homem de terno, foi, também, identificada nas imagens nº 1, nº 4 e nº 14. Atrás dela está o enfermeiro de touca clara, possivelmente branca, que também foi identificado nas Fotografias 11 e 14.

Na imagem percebe-se o “sentido do jogo” a que se referiu Bourdieu (2001, p. 205), em que a dominação simbólica é um “tipo de dominação dissimulada sob o véu das relações” se estabelece com base no sexo masculino, estratégia personificada no homem de terno no centro da fotografia, que está presente exatamente para mostrar que existe um estreitamento nas relações de poder, dentro do campo bourdieusiano de produção cultural da Escola, assegurando a acumulação deste capital cultural e sua posterior reprodução.

5.3 Visitas realizadas pela EEAP

5.3.1 Visita ao Corcovado

A Fotografia 10 é um instantâneo capturado em 1956, em um plano conjunto e sentido vertical, em que se pode visualizar parte da imagem do Cristo Redentor, situado no morro denominado Corcovado, no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. Pelo fato de estar datada do ano de 1956 e evocar a “passagem do seu cinquentenário”, mediante o que estava escrito e assinado no verso da fotografia por Hiran Tavares de Almeida, pode-se inferir que ele era Hiran, e que a foto tratava-se do cinquentenário do início da construção do monumento que se deu em 1926, e foi inaugurado em 1931⁵⁶. A menção feita a esta visita foi registrada

⁵⁶ Disponível em: <[HTTP://suapesquisa.com](http://suapesquisa.com)>. Acesso em: 17 fev. 2017.

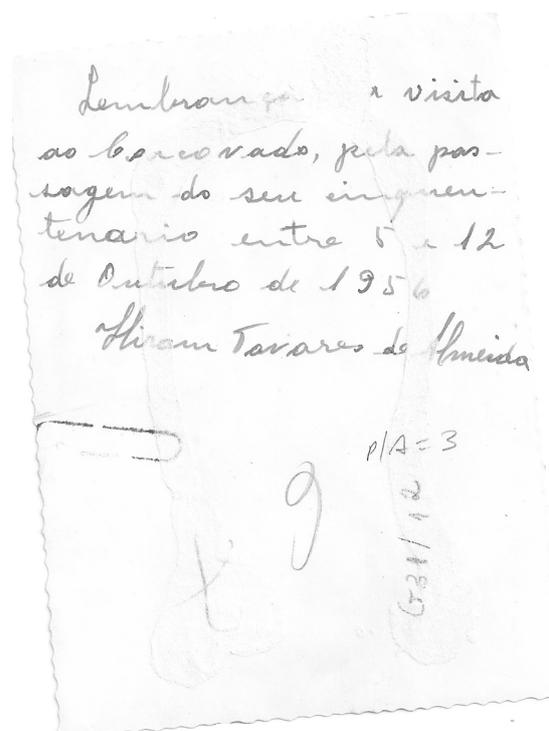
no relatório anual de 1956 em que afirmava a Diretora estar comemorando o cinquentenário do Cristo Redentor (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1956).

Fotografia 10 - Visitas realizadas – Corcovado - 1956



anverso

Fonte: UAPS/EEAP



verso

Desta forma, a aproximação da religião com os meios acadêmicos se fazia notar de variadas maneiras. Como disse Bourdieu (1998), a religião é um sistema de símbolos, e como todo sistema, produzido por um grupo de especialistas com discursos e ritos apropriados e relativamente autônomos, que determinam um poder simbólico legitimado internamente e por outros grupos.

Assim, o poder da religião católica, que consiste na “manipulação legítima dos bens de salvação” (BOURDIEU, 1990, p. 120), está refletido na mensagem que se visualiza na figura do monumento retratado e reconhecido como o Cristo Redentor, aquele que é, para a fé católica, o filho de Deus salvador da humanidade.

Infere-se que o *habitus* religioso inculcado na diretora levou-a a comemorar a data do cinquentenário do início da construção do monumento porque era devota da fé católica. Ademais, confirmando sua fé católica, a diretora fazia questão de percorrer os templos da

cidade para que as alunas vindas de outros estados pudessem conhecer as obras religiosas da capital (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944).

A Fotografia 11 é um instantâneo capturado externamente, em sentido horizontal, em que se vê um grupo de pessoas de ambos os sexos e uniformizados. Os homens de gorro e jaleco de cor clara e as mulheres ostentando diferentes tipos de uniformes.

O transporte dos alunos em ônibus era para atender à sua locomoção aos diversos eventos de que participavam, dentre os quais os estágios em hospitais conveniados com a Escola, excursões e visitas. Os estágios eram realizados todos os dias, nos turnos da manhã, tarde e noite, inclusive aos domingos (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1956).

Até o ano de 1955 os ônibus utilizados pela EEAP eram emprestados da EEAN, e os motoristas e a gasolina eram custeados pela EEAP. No ano de 1956 a Escola recebeu do MES um micro-ônibus que veio suprir suas necessidades (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1955).

Fotografia 11 – Saída de ônibus da EEAP – 1956



Fonte: UAPS/EEAP.

Na imagem se percebem as diferenças entre os uniformes que expressam o tipo de violência simbólica bourdieusiana ao qual nos referimos anteriormente, exercido entre dominantes e dominados, com a anuência de todos.

Assim, a entrada no ônibus obedece a uma certa ordem: as graduandas, ostentando as toucas cônicas, são as que estão dentro do ônibus.

Em seguida, do lado de fora do ônibus, se encontram mulheres com uniformes em tons claros de gola clara e sapatos escuros, sem avental, possivelmente de um dos dois cursos da Escola, bem como as mulheres no fim da fila, possivelmente iniciantes do outro curso,

portando um avental claro por cima de um vestido em tom mais escuro e sapatos escuros, lembrando que a EEAP ministrava dois cursos (enfermeiros auxiliares e especialização).

Dois enfermeiros foram identificados, sendo que um deles, o segundo da direita para a esquerda foi visualizado nas Fotografias 9 e 14. Além dos estágios, os ônibus eram usados, também para o transporte de alunos que participavam de excursões como, por exemplo, ao Museu Histórico Nacional, Biblioteca do MES e Jardim Botânico (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1945).

5.4 Exposição da EEAP

A Fotografia 12 é um instantâneo, mede 18cmx12cm, datada de 1956. No anverso da foto, na parte de baixo, em letras pequenas, lê-se FOTOREPORTAGENS – Uriel Tavares – Rio – 43.1177. Possivelmente trata-se do autor. A imagem mostra uma exposição das fotografias do acervo da EEAP, em que se identificaram fotografias pregadas no painel, como sendo as 21, 23, 24, 25 e 26 da Seção 6 deste trabalho. As fotografias estão dispostas num painel onde se lê:

Escola de Enfermagem
Alfredo Pinto
Creada pelo Decreto n. 791[...] de setembro
de 1890 contribuiu com a formação de enfermeiras
Do ano de 1921 a 1942
Do ano de 1944 a 1953
Total [...]

Fotografia 12 – Exposição de fotografias – 1956



Fonte: UAPS/EEAP.

A Diretora Maria de Castro Pamphiro está com seu uniforme, touca clara e insígnia presa ao pescoço junto à gola do vestido claro de manga comprida. O uso da manga comprida era proveniente do modelo do uniforme da EEAN que a Diretora quis manter. Possivelmente porque essa escolha “tolhia bastante o movimento acima dos cotovelos, bem típico das restrições impostas às mulheres daquele tempo” (CRANE, 2006, p. 116).

Os atributos de paisagem são um painel para o qual ela aponta e a bandeira da EEAP, que está presa junto à parede, ao fundo da sala, além de um vaso de flores claras servindo de ornamento postado à frente da bandeira.

Ao seu lado direito está um homem de terno que parece acompanhar, pela *hexis* corporal da diretora, alguma explanação que ela fazia. Mais afastada, vê-se uma graduanda, também uniformizada com touca clara e, sob a touca, vê-se uma rede para prender os cabelos.

O primeiro dos dois períodos indicados no painel, 1921-1942, é anterior à gestão da diretora. Este período destaca-se porque foi em 1º de setembro de 1921 aprovado o Regimento Interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados do Distrito Federal com três seções: masculina, feminina e mista. Posteriormente, em 1942, o Decreto-lei nº 4.725, de 22 de setembro reorganiza a escola e na mesma data, pelo decreto n. 10.472, alterando o nome da escola para Escola Profissional de Enfermeiros Alfredo Pinto.

O outro período indicado, 1944-1956, é o período de gestão da diretora que se iniciou em 1943. Assim, por meio do decreto nº 17.185, de 18 de novembro de 1944, a escola passou a denominar-se Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e fundem-se as seções feminina e mista na Praia Vermelha. É o nascimento da escola, ao qual nos referimos na Seção 4, agora reorganizada, que volta ao seu local de origem na Praia Vermelha.

Pelo exposto no painel, com as datas de criação e reorganização da Escola em evidência, pode-se dizer que a diretora cumpria com os requisitos de sua designação oficial, e com a força da autoridade pública e explícita, e sendo “a detentora do monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2008, p. 146), procurava celebrar os períodos de transformações preeminentes com o fito de preservar a herança cultural da Escola.

A Fotografia 13 é um instantâneo e foi capturada, possivelmente, no ano de 1956 no mesmo dia da fotografia anterior, de nº 13, e presume-se tratar-se do mesmo evento. No anverso da foto, na parte de baixo, em letras pequenas, lê-se FOTOREPORTAGENS – Uriel Tavares – Rio – 43.1177.

Fotografia 13 – Exposição da EEAP - 1956



Fonte: UAPS/EEAP.

Observa-se na imagem uma bancada com alguns documentos expostos, por trás um painel com fotografias, sobre assuntos possivelmente relacionados à EEAP, e uma espécie de livro grosso aberto no centro da bancada, apoiado num suporte, que parece ser um bolo com duas hastes espetadas parecendo velas. Pode-se inferir que estavam celebrando o cinquentenário de Cristo, conforme registrado na Fotografia 10.

Neste momento, mais uma inferência pode ser destacada pelo fato de estarem, possivelmente, associando dois eventos: um, como já destacado, seria o cinquentenário da inauguração do monumento de Cristo que ocorreu no mesmo ano. O outro evento poderia ser relativo ao aniversário da formatura da primeira turma das enfermeiras brasileiras no Distrito Federal, que ocorreu no ano de 1906, pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados (PORTO; SANTOS, 2009).

Abaixo do tampo da mesa, na face frontal, lê-se o nome da escola numa fita clara em letras grandes. Acima, uma outra faixa exibindo um título que não se lê por inteiro. A Diretora está uniformizada e o mesmo homem em traje social veste um terno escuro presumivelmente o mesmo homem da Fotografia 13.

Pela imagem, se pode notar que podiam estar comemorando o aniversário da EEAP festejado como parte da herança cultural que se queria transmitir. Ademais, essas datas comemorativas como, por exemplo, as associadas ao aniversário da Escola, estreitavam as relações de poder que se exerciam ali especialmente quando articuladas à religião.

A Fotografia 14 é posada e datada de 1956. Contém os mesmos dizeres das Fotografias 13 e 14, no anverso, na parte de baixo: FOTOREPORTAGENS – Uriel Tavares –

Rio – 43.1177. Possivelmente foi capturada no mesmo evento das Fotografias 12 e 13 porque se pode ver uma parte do painel atrás do grupo, bem como a bandeira com a lâmpada da Escola.

O grupo é misto, sendo nove graduandas em pé atrás e um enfermeiro. Todos uniformizados as mulheres com touca e o homem com jaleco e gorro claros. Na frente, sentados, da esquerda para a direita, estão a enfermeira Noelma Telles d'Araujo, a diretora, e um homem que usa jaleco por cima de camisa e gravata.

O local é, possivelmente a EEAP, onde se realizavam alguns dos eventos comemorativos. O piso da sala é de azulejo geométrico alternando cores claras e escuras, formando triângulos. As cadeiras com braço das três autoridades ocupam o lugar de figuração de destaque com as demais pessoas a sua volta.

A primeira graduanda à esquerda é visualizada nas Fotografias 1, 9, 21 e o enfermeiro é a mesma pessoa da imagem nº 9.

Fotografia 14 – Exposição da EEAP - 1956



Fonte: UAPS/EEAP.

5.5 A presença da religião católica

As datas comemorativas religiosas foram entendidas, para efeito deste estudo, como sendo o Natal, a Festa Junina e a Páscoa. Neste sentido, o estudo da historiadora Mary Del Priori (1994), publicado no livro *Festas e utopias no Brasil Colonial*, ilustra o tema, mesmo

levando-se em conta que estamos investigando um período posterior. Isto significa dizer que o que ela constatou em relação ao tema Brasil colonial, num certo sentido, pode-se adequar para o período deste estudo.

Mediante seu trabalho, ela percebeu que as festas tem uma função política, religiosa ou simbólica e desempenham uma função social porque refletem e partilham valores, sentimentos e normas específicas da vida coletiva, ao mesmo tempo em que permitem suportar a dureza da vida. É, também, “uma maneira dos indivíduos marcarem especificidades e diferenças” (DEL PRIORI, 1994, p. 10).

Desta forma, procissões, desfiles e marchas são responsáveis por perpetuar o legado cultural. Por isso Del Priori (1994) afirma que respondem a uma necessidade e preenchem uma função que só se pode entender por meio de interpretações da mentalidade e da cultura, ou do *habitus*, como entendeu Bourdieu. De tal forma, eram importantes estes eventos que a autora afirma que Rugendas⁵⁷ contabilizou mais de “100 dias de festas que eram celebradas no século XIX” (DEL PRIORI, 1994, p. 41).

Assim, as festas misturavam também os corpos engalanados dos religiosos e autoridades, além da presença dos convidados e do povo. As procissões, tipo de comemoração que “chegou ao Brasil no governo geral de Tomé de Souza⁵⁸, com os primeiros jesuítas para atrair índios e colonos”, eram consideradas eventos festivos (DEL PRIORI, 1994, p. 22).

A difusão das procissões, em dias de festa religiosa, colocava em evidencia a mentalidade das populações que viam no rito processional uma função tranquilizante e protetora, e tinham o significado de apoio espiritual. Elas exprimem a solidariedade de grupos sociais subordinados a uma paróquia, reforçando os laços de obediência à Igreja entre os membros do grupo e a comunidade externa (DEL PRIORI, 1994). A Igreja “era sempre o ponto de partida e o de chegada” (DEL PRIORI, 1994, p. 91).

De tal modo as festas eram importantes na época do Brasil Colonial que havia um compromisso por escrito intitulado “das obrigações dos irmãos” (DEL PRIORI, 1994, p. 24), em eles se obrigavam a assistir a todas as festas do senhor. Associar-se a festas religiosas era também uma oportunidade de se exibirem seus capitais culturais. Assim, as procissões colocavam o grupo em marcha, nos “espaços públicos” (DEL PRIORI, 1994, p. 90), que aproveitavam a ocasião para se porem “em preeminência social” (DEL PRIORI, 1994, p. 25) os seus membros.

⁵⁷ Rugendas (1802-1825), pintor alemão, especializado pela Academia de Belas Artes de Munique em desenho, viajou pelo Brasil de 1822 a 1825 pintando os povos e costumes. Disponível em: <[HTTP://pt.m.wikipedia.org](http://pt.m.wikipedia.org)>. Acesso em: 26 jan.1917.

⁵⁸ Tome de Souza (1503-1579) foi o primeiro governador geral do Brasil quando ainda era uma Colônia.

5.5.1 O Natal

Na Fotografia 15, vê-se a procissão de Natal que celebra o nascimento do Menino Jesus conduzido pelo grupo de enfermeiras, aspirantes, um sacristão, padre e autoridades. As enfermeiras de uniforme e touca claros, a diretora ao centro e ao seu lado o sacristão, homens de terno a volta deles e atrás um padre que usava óculos.

A fotografia foi posada, em plano conjunto e está datada de 1947. Ao fundo veem-se árvores e a fachada de um prédio. As enfermeiras exibem a formação em paralelo, formando um quadrilátero, para que o cortejo com o Menino Jesus, a diretora e as autoridades passasse.

Fotografia 15 – Natal – 1947



Fonte: UAPS/EEAP

Segundo o Jornal Vida Doméstica de fevereiro de 1948 - Anexo II - pode-se verificar que o local escolhido para a festa de Natal foi o Hospital de Neuro-Sífilis do Serviço Nacional de Doenças Mentais do MES. O jornal publicou a Fotografia 15 ilustrando a matéria “Levando a alegria aos corações dos que sofrem”.

Na matéria citam os nomes das autoridades que participaram: Matias Costa, diretor do estabelecimento, Antonio Xavier, ex-deputado e médico da clínica de neuro-sífilis, diretores e chefes do serviço de senhoras, Dr. Ayrosa, irmãos Engracia e Julio Peres Rivera, respectivamente chefes dos Pavilhões de Senhoras e Homens, do referido hospital. Registrou também a presença da Escola Alfredo Pinto e seu orfeão.

A reportagem assinala que houve missa campal e a entronização da imagem de Nossa Senhora das Graças para, em seguida, ouvir-se a apresentação de cânticos pelo orfeão da EEAP, além da visita ao presépio, distribuição de brinquedos para as crianças e utilidades aos enfermos, que para lá foram transportados para que pudessem participar.

5.5.2 A visita da pastoral

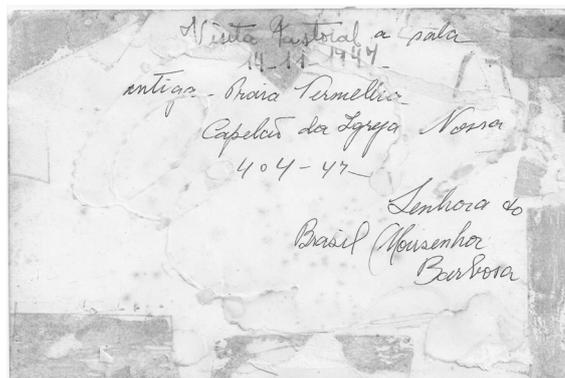
Na Fotografia 16, anverso, vê-se uma tomada da visita de D. Jorge Marcos de Oliveira, bispo auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro, em companhia do Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Brasil, à EEAP (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1944), realizada em 14 de novembro de 1947.

Trata-se de um instantâneo em ambiente externo, tomada em plano conjunto, em que se visualizam a diretora com um casaco de cor escura, emblema, touca e sapatos claros, e o arcebispo e o vigário ao seu lado direito, ao centro da foto. Eles atravessam uma linha paralela formada de cada lado por aspirantes usando uniformes e luvas, sapatos escuros. Ao fundo veem-se enfermeiras com uniformes e casacos de cor escura.

Fotografia 16 – A visita da pastoral - 1947



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

No verso da fotografia pode-se ler “visita da pastoral - 14-11-1947” em caneta tinteiro de cor preta e, em caneta azul esferográfica, os dizeres: “antiga – Praia Vermelha – Capelão da Igreja Nossa Senhora do Brasil (Monsenhor Barbosa)”.

A EEAP era pública e laica, como expresso na carta magna em vigência no período. Por este motivo, possivelmente, os símbolos religiosos como a cruz, o retrato do papa ou de

Maria, a representação de cristo e demais símbolos, não estão presentes nas fotografias capturadas no interior da Escola. Isto significa dizer que não havia a intenção de influenciar de forma tensa ou sobrecarregada o espaço de vivência.

No entanto, se pode perceber uma determinada “tendência cultural em processo” (MCLAREN, 1992, p. 244) na aproximação em direção ao catolicismo que se verifica nos eventos e celebrações realizados em igrejas ou com a presença de autoridades eclesiásticas. O que se pode inferir é que essa tendência tinha a intenção política de se acumular capital cultural por meio de aproximações religiosas.

Além disso, a igreja também tinha suas intenções. Desta forma, a presença da igreja católica não era por acaso. Se por um lado não havia a presença daqueles símbolos na escola, por outro se percebe uma provocação apoiada tanto pela instituição quanto pela Igreja.

Ambas as instituições se articulavam para que o grupo se desse conta de algumas mensagens que poderiam resultar da associação entre tornar-se um “bom trabalhador” e ser “um bom católico” (MCLAREN, 1991, p. 243). A ideia era “alinhar o domínio do sagrado com as funções do magistério” (MCLAREN, 1991, p. 246). Isto significa dizer que o modelo para a escola e para a igreja era formar uma enfermeira e que ela fosse, de preferência, de fé católica.

E não podia ser diferente já que a diretora considerava proveitosos os ensinamentos da doutrina cristã (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946) que pregava a autonegação e a paciência, qualidades inerentes, naquele momento, à profissão. Assim, o “ambiente devia estabelecer uma atmosfera de respeito ao professor, contribuindo para reverenciar o ensino com atividades religiosas” (MCLAREN, 1992, p. 247, tais como as visitas que faziam os eclesiásticos à escola.

5.5.3 A festa junina

A Fotografia 17 trata da realização de uma festa junina celebrada no pátio da casa antiga do Professor Juliano Moreira. Trata-se de uma fotografia posada, em plano conjunto, com um grupo misto em que as mulheres usavam o traje apropriado para o tipo de festa. Esta é uma das duas imagens em que não aparecem uniformizadas. Três homens à esquerda usavam terno, um de cor escura e os outros de cor mais clara.

A casa, no plano de fundo, tem um telhado de três faces, com uma pequena janela e no andar de baixo, duas janelas grandes no lado esquerdo onde se vê uma árvore. Destaca-se

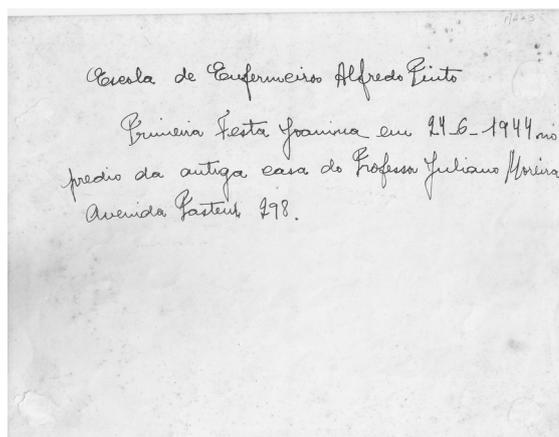
um telhado comprido no andar térreo, com armação possivelmente de madeira, que é o mesmo visualizado na Fotografia 9. Na frente da casa, vê-se o grupo arrumado formando um semicírculo na frente de uma fogueira.

No verso da fotografia lê-se “Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – Primeira Festa Joanina em 24-06-1944 no prédio da antiga casa do Professor Juliano Moreira Avenida Pasteur 298”.

Fotografia 17 – Festa Junina – 1944



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

A festa junina é um tipo de celebração tradicional, trazida de Portugal no período colonial, que devia festejar três santos católicos no mês de junho: São João, São Pedro e Santo Antonio⁵⁹. É um bom exemplo para se entender como as festividades populares se unem às festividades cristãs. No caso desta festa é tradição se encenar a celebração de um casamento, que é um evento sagrado para a religião católica.

Del Priori (1994) explica que essas tradições permitiam aos indivíduos uma mudança no gestual do corpo e as pessoas podiam se travestir com “comicidade extrapolando os símbolos espirituais da Igreja. Foi o caso da carnavalização do sacramento do matrimônio” (DEL PRIORI, 1994, p. 123).

Esta é um tipo de prática que perdura até os dias de hoje. Del Priori (1994) as denominou de práticas mágico-religiosas porque aconteciam concomitantemente às celebrações das festas católicas. Nestes momentos, os indivíduos de qualquer segmento social, misturando o profano ao sagrado, “entrelaçavam a tradição mágica com a devoção piedosa: era mais uma maneira de apropriar-se das festas” (DEL PRIORI, 1994, p. 124).

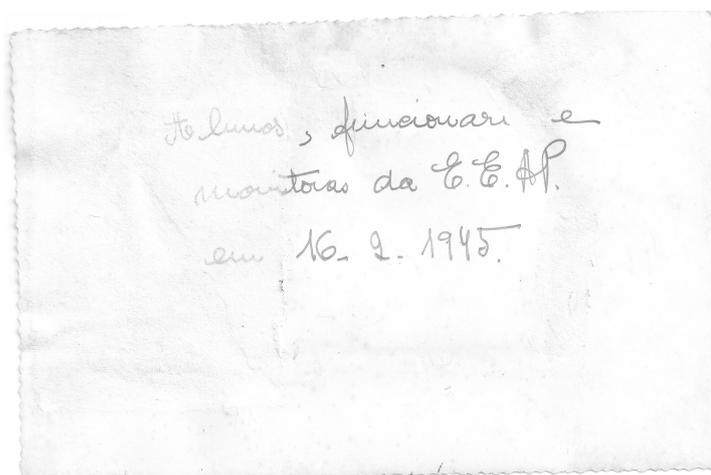
⁵⁹ Disponível em: <HTTP://suapesquisa.com.>. Acesso em: 12 fev. 2017.

A Fotografia 18 é posada, tomada em conjunto na EEAP, datada de 1945. Trata-se de um grupo misto de mulheres e uma menina que usa um vestido claro e tem na cabeça um tipo de adereço de cor clara. Uma parte do grupo está sentada na frente de pessoas que estão em pé. Os homens usam terno e as mulheres, na maioria, usam roupas sociais como vestidos, *tailleurs* e saia e blusa.

Fotografia 18 – Encontro informal – 1945



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

Na frente das mulheres sentadas estão cinco iniciantes com uniformes. Duas mulheres usam blusa de manga, com a cruz estampada na manga e outras duas usam manga curta, também de cor clara por baixo de um vestido de tecido riscadinho. É um tipo de roupa que se pode considerar “recatado e condizente com a classe social das pessoas de classe média”

(CRANE, 2006, p. 53) e assentava com a “concepção aceita do papel feminino para a época” (CRANE, 2006, p. 53). Isto significa dizer que a moda é um sistema simbólico e, por este motivo, a roupa pode ser considerada um bem cultural que se expressa por “meio dos estilos que vão determinar a posição social ou mesmo a aspiração da posição social” (CRANE, 2006, p. 272) que as pessoas queriam alcançar.

Desta forma, com relação às cores das roupas Crane (2006) destaca que as mulheres de classe média usavam cores claras, e com relação ao estilo, usavam saia e blusa, vestidos e *tailleurs* de mangas justas e um tipo de tecido que favorecia a discrição. Os “homens de classe média usavam gravatas” (CRANE, 2006, p. 110), de cores sóbrias.

Maria de Castro Pamphiro está ocupando seu espaço de figuração⁶⁰ no centro da imagem, como uma forma de poder simbólico, desta vez sem o seu uniforme. É a única fotografia em que se tem da diretora sem estar ostentando o seu uniforme.

No entanto, mesmo sem seu uniforme sua *hexis* corporal é mantida bem como a hierarquia inculcada pelo *habitus*. Assim, posou com as mãos sobre as pernas unidas e levemente voltadas para o lado direito, no centro da imagem.

No verso da fotografia se pode ler: “alunos, funcionários e monitoras da EEAP em 16-02-1945”. Possivelmente a Diretora não ostentava seu uniforme porque estava aproveitando um momento de descontração. A terceira aluna apontada da esquerda para a direita, sentada na frente, é visualizada nas fotografias nºs 1, 9, 14, 15 e 21.

O local retratado pode ser uma varanda ou uma sala em que se vê uma porta aberta, possivelmente de madeira, com grades e vidro e ao fundo uma janela de vidro. As paredes são brancas.

A Fotografia 19 é posada, o grupo é feminino, foi tomada em conjunto, centralizada, numa área externa. O local é, possivelmente, o pátio da antiga casa do Professor Juliano Moreira devido à identificação que se fez do telhado comprido com uma armação que podia ser de madeira.

⁶⁰ “O espaço de figuração compreende homens, mulheres e crianças, bem como a hierarquia das figuras e atributos. Esta categoria é formada pelos itens pessoas retratadas, atributos da figuração, tamanho, enquadramento e nitidez” (SILVEIRA, 2015, p. 88).

Fotografia 19 – Pátio da antiga casa de Juliano Moreira – 1943



Fonte: UAPS/EEAP.

No gramado em frente a este telhado está o grupo de alunas, sendo as de touca clara, as aspirantes e as de chapéu, possivelmente de outro curso. A diretora é a segunda pessoa à esquerda, na primeira fila. Do seu lado, à esquerda, está uma outra enfermeira com capa, ambas com sapatos brancos. É bem visível a diferença de formato entre a touca da diretora e a da outra enfermeira, que tem formato cônico, e que foi identificada nas Fotografias 22 e 25.

Nota-se pelas fotografias tomadas em conjunto e de uniforme, a hierarquia e os gestos característicos do *habitus* do grupo. Infere-se que fazia parte do *habitus* o deslocamento em grupo para as festas, eventos, estágios etc. Era, possivelmente, uma maneira de se andar protegido e ser identificado. Ademais, as mulheres estavam, naquele momento, começando a sair de casa.

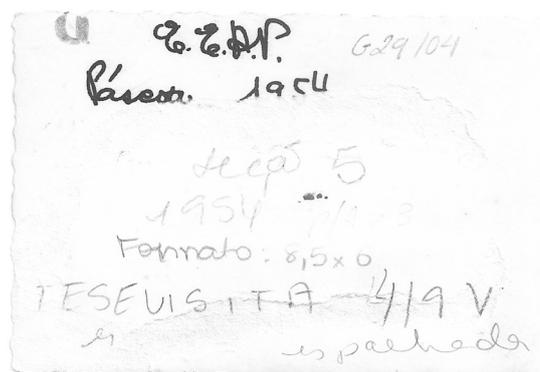
A Fotografia 20 é posada, possivelmente no pátio da EEAP, tomada em plano conjunto, datada de 1954, e no verso se lê: “EEAP – Páscoa de 1954”, escrito com caneta tinteiro preta. As aspirantes usam o uniforme de enfermeira com toucas claras e outras alunas usam o uniforme com um chapéu de cor escura.

O chapéu é um tipo de acessório considerado particularmente útil por Crane (2006) porque ele reforça a filiação a um determinado grupo social específico e, no caso deste estudo, trata-se de uma identidade ocupacional. Assim, Crane (2006, p. 136) afirma que “alguns tipos de vestimenta ou adorno, como chapéus e uniformes, eram usados de maneira semelhante, para indicar ou reforçar certos aspectos da identidade social”. De todo modo, Crane (2006, p. 114) explica que era “inapropriado para uma mulher sair de casa sem usar um chapéu”.

Fotografia 20 – A Páscoa - anverso – 1954



anverso



verso

Como atributo de paisagem, vê-se ao fundo uma árvore com o tronco tingido, pela metade, de cor clara e embaixo dela um banco de jardim. Ao fundo uma grade separando as alunas da fachada de outro prédio.

A Páscoa era um evento comemorado todos os anos e a diretora registrou que a missa pascoal promovida pelo MES era assistida por regular número de alunas. No ano de 1947 ainda se fizeram visitas à Candelária, Convento Santo Antonio, S. Francisco de Assis, Matriz de S. José e N. S. do Brasil (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1947).

5.6 Síntese da seção

As manifestações culturais como os ritos e as festas oficiais ou não tem a função de legitimar a estabilidade das regras sociais. A cultura é um sistema de símbolos que devem ser decifrados. E assim, o homem se adapta ao sistema cultural para sobreviver e transmitir a sua herança cultural, por meio de valores e normas repetitivas e artificiais, que podem se consolidar em um costume.

O jogo da vida consiste, portanto, em alimentar o lucro simbólico transformando-o em capital econômico ou político, capaz de garantir o poder de consagrar objetos e pessoas, porque tem o “efeito de grife ou de assinatura” (BOURDIEU, 2001, p. 20), podendo-se obter benefícios desta situação.

Ao mesmo tempo o processo de endoculturação a partir da religião esteve presente reforçando os laços de obediência à Igreja católica, que concorria com seu monopólio dos

“bens de salvação” (BOURDEU, 1982, p. 57), produto do *habitus* religioso, que era ofertado como um instrumento em troca de concessões e benefícios.

SEÇÃO 6 - NARRATIVA RITUALÍSTICA

6.1 Introdução

Pode-se considerar o tema tratado nesta seção como um ponto valioso, até mesmo crucial, para se entender a importância da essência objeto de estudo, a construção da assinatura imagética da EEAP. Trata-se de observar na leitura e no discurso apreendidos nas imagens referentes a essa categoria, a descrição semiótica e a análise com base na cultura visual das mesmas, os aspectos que dizem respeito à identidade do grupo que estava sendo (re)constituída naquele momento, e visível através de rituais.

Para tratar do tema buscou-se embasamento nos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, da antropóloga Martine Segalen, e do Professor e Historiador Peter McLaren, conforme os conceitos de base definidos na Seção 2, além dos estudos dos Professores Fernando Porto e Osnir Claudiano da Silva Junior, que também se utilizaram desses autores.

Os rituais que se apresentam nesta seção tratam de assuntos como a formatura, a imposição da touca e da insígnia, a passagem da lâmpada bem como as atividades cotidianas em sala de aula, além de uma outra categoria de rito, o micro-ritual, que identificou-se como a missa em igrejas católicas que era sempre celebrada nessas ocasiões.

6.2 Ritos Institucionais

Resgatando-se o significado de rituais e micro-rituais que McLaren (1992) trouxe para o âmbito da escola e da escolarização, entendendo-os como um sistema de símbolos organizados que transmitem significados e concepções herdadas, ele acabou por afirmar que a cultura se constrói fundamentalmente através de sistemas de rituais ligando a ação a seu sentido, porque considera que eles têm o poder de transmitir os códigos culturais (MCLAREN, 1991, p. 30-32).

Podemos dizer que Silva Junior (2000), em sua tese de doutorado intitulada “Padrão Anna Nery: a instituição da identidade profissional da enfermeira no Brasil” adotando a concepção de McLaren (1992), considerou que os rituais podiam ser divididos em macro rituais, definidos como um “agregado de lições num único dia ou a passagem entre os períodos do curso” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 113) e micro rituais definidos como “as lições

isoladas que correm no dia a dia na sala de aula, ou nos campos de prática, viabilizadas no cumprimento do currículo, dos estágios, avaliadas pelo boletim técnico” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 113).

Para o estudo do rito nas instituições interessa mencionar também Pierre Bourdieu (1982, p. 31), que considerou que os sistemas simbólicos a saber religião, arte e língua, são “veículos de poder e de política”. Destaca-se dentre outros conceitos já definidos na Seção 2, o conceito de *habitus* (1982), uma contribuição acadêmica que muito se explorou principalmente na área da Comunicação. Segundo Bourdieu (1982, p. 191), o *habitus* de classe é compreendido como “um sistema das disposições socialmente constituídas, que enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constitui o princípio gerador e unificador das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”, o que, em outras palavras, significa dizer que o *habitus* “é um movimento interior que incorpora as estruturas sociais e reproduz os comportamentos apreendidos e copiados de forma inconsciente” (BOURDIEU, 1982, p. 201), movimentos esses que se analisam nos ritos através da leitura que se fazem das imagens mais adiante.

Desta forma, as fotografias referentes ao tema tratado nesta seção foram selecionadas para a análise imagética tendo em vista que elas apresentam visualmente o sistema de símbolos a serem decodificados, necessários para entender a cultura da instituição, incluindo-se a sala de aula, e estabelecer o nexo de considerações ideológicas que se achavam implícitas no sistema a fim de se estabelecer a assinatura imagética da EEAP.

Oportuno se faz lembrar os ensinamentos de Kossoy (1989, p. 67) que considerou “não ser suficiente somente ver ou descrever uma imagem”, admitindo que a possibilidade de se refletir sobre a cena representada é que permitiria buscar-se a compreensão do passado, “o elo da vida que foi” (KOSSOY, 1989, p. 65) ou o nexo cultural como preferiu McLaren.

6.2.1 Imposição da touca e da insígnia

O rito da imposição da touca e da insígnia foi registrado no Relatório Anual de 1947, pela diretora enfermeira Maria de Castro Pamphiro, em que informava ao diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), do Departamento Nacional de Saúde (DNS), do Ministério da Educação e Saúde, médico Aduino Botelho (gestão 1941-1954), que cumpriu, pela primeira vez, em 31 de outubro de 1946, uma formalidade que considerava comum a todas as escolas de enfermagem, numa cerimônia em que “[...] foi possível, afinal, efetuar-se

com simplicidade e emoção a primeira cerimônia de imposição de touca e emblema às alunas do sexto e quinto períodos, que ora concluíram os cursos teórico e prático” (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946) e por esse motivo deve-se logo de início salientar a importância da indumentária em vista dos rituais.

Vale lembrar que, naquela época, a escola funcionava ministrando-se dois cursos: o Curso de Enfermagem, de 36 meses, que expedia diploma, para o qual podiam se inscrever pessoas de ambos os sexos, com idade mínima de 16 e máxima de 38 anos, comprovando ter o curso ginásial completo, normal ou comercial; e o Curso de Auxiliar de Enfermagem, com duração de 18 meses, ministrado para aqueles que tinham o curso primário e expedia um certificado.

Percebe-se logo de início a importância da indumentária em vista dos rituais. Sobre o assunto Silva Junior (2000) contribuiu em muitos aspectos para destacar a importância da imposição da touca e das insígnias nas cerimônias de formatura da enfermagem. Considerou, em sua tese de doutorado, que a cerimônia da imposição da touca e das insígnias tratava-se do primeiro rito de passagem, com um caráter mesmo de “iniciação” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 121), porque, segundo ele, era naquele momento que se identificavam as alunas como enfermeiras, pois tais signos, a touca e as insígnias, eram considerados marcas de “distinção e honra” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 118), de pertencimento a uma classe.

Esse ritual foi descrito por McLaren como uma passagem necessária para enfatizar uma “renovação de compromisso para com as motivações e valores dos participantes do ritual” (MCLAREN, 1992, p. 127). No entanto, na visão de Porto (2007, p. 124), significava mais além, ou seja, “simbolizava uma luta entre as escolas e também o primeiro passo para a criação de um grupo”.

Ademais, a touca é, até os dias de hoje, considerada a marca simbólica da profissão. Porto (2007, p. 118) esclarece, ainda, que sua imposição significou também o “domínio sobre si mesma” e a “devoção à causa”. Inspirados na oração que se pronunciava no momento em que se recebia a touca, aproximava-se a escola dos preceitos implícitos na fé católica de bondade ao próximo. Em síntese, pode-se dizer que naquele momento as aspirantes passavam a pertencer a uma “nova classe treinada e educada com bondade e energia” (PORTO, 2007, p. 118).

Além desses fatos, mencionou Silva Junior (2000, p. 118) que aquela cerimônia era realizada de forma “solene e festiva”, em que se reafirmava o grupo. Da mesma forma, pode-se dizer que, pelas imagens e fontes documentais analisadas, a diretora Maria de Castro Pamphiro tinha preocupações em relação aos rituais de tal forma que foi responsável por

introduzi-los na escola, já que havia mencionado no relatório de 1946, ter sido a primeira vez que fazia a imposição da touca e insígnias, conforme já mencionado. Assim, eram convidadas para esses rituais pessoas de “projeção social” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 118), que ocupavam lugares marcados nas solenidades, com a intenção de divulgar a imagem da enfermeira moderna através de seus discursos em que destacavam o “caráter e o sacrifício pessoal em favor do bem comum” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 118).

De tal sorte a diretora considerava importante essa convivência que destacou, em seu relatório anual, o discurso de improviso que fez o diretor convidado do SNDM, na formatura do ano de 1946, reconhecendo os progressos da escola naquela que foi a primeira cerimônia de imposição de touca e insígnia. Assim, as alunas receberam das mãos da diretora as suas toucas e insígnias e pronunciaram seu juramento de enfermeira confirmando a incorporação à profissão.

Com efeito, os rituais, de modo geral, apresentavam-se como cerimônias carregadas de simbologia, onde estavam sempre presentes, a lâmpada, que representava o fogo sagrado da profissão, o uniforme completo com insígnia e touca ostentado nos corpos das enfermeiras, rigorosamente lavado, passado e engomado, além das bandeiras do Brasil e da EEAP. Interessante notar a explicação da autora para a roupa engomada: simbolizava a rigidez no modo de ser e aparecer da enfermeira, que devia demonstrar a “abnegação” e a “justiça” tradicionais na profissão (LURIE, 1997, p. 1999).

Consoante essas ideias, pode-se afirmar que ostentar a indumentária era motivo de orgulho profissional e institucional, contribuindo para inculcar essas ideias as aulas de Ética, onde ressaltava-se que era preciso usá-lo com distinção e honra. As aulas de ética eram ministradas nos dois cursos, o de Enfermagem e o de Auxiliar de Enfermagem no último período (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946). E, como sempre, completavam o cenário, as bandeiras da escola e do país, demonstrando apreço pela conexão entre a profissão e a pátria.

Dito isto, é oportuno lembrar como foram descritos os uniformes, por Maria de Castro Pamphiro:

Saia e plastonagens com blusas de musseline branca para o serviço hospitalar e costume de sargeline marinho com blusa branca para serviços de saúde pública; pelerine de sargeline para o inverno e cerimoniais; para os rapazes avental de cretone branco abotoado nas costas. Para os alunos gorro de brim; para as alunas, touca original de musseline. O emblema das alunas era de metal em forma circular, marinho com o centro branco, tendo a cruz azul do SNDM (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946).

Podem-se perceber alguns elementos identificados na sociologia bourdieusiana presentes nas indumentárias descritas. O uniforme dos homens, por exemplo, era aberto atrás e não tinha tantos detalhes, não exigia uma “dependência simbólica” (BOURDIEU, 2002, p. 43), era um traje que não marcava o corpo, que não prendia os movimentos e não devia ser atraente como o das mulheres. Isto significa dizer que, dentro do espaço social, a relação entre dominantes e dominados condena a mulher a ser percebida através de categorias masculinas e assim submetidas aos homens.

6.2.2 Rito de formatura

Partindo-se do fato de que a “formatura foi e é um rito institucional” (PORTO, F; SANTOS, T.C.F; 2009, p. 249), composto de diversos momentos tais como o hino das enfermeiras, a transmissão da lâmpada e o juramento das alunas (PORTO,F; SANTOS, T.C.F; 2009, p. 134), que se caracteriza como um rito de passagem, evidenciou-se tratar do tema já que esse rito tinha a nobre função de perenizar valores e “ajudar o indivíduo a efetuar uma mudança de *status*” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 111), conforme já se definiu anteriormente. Era um ato realizado ao final do curso após terem sido cumpridas as passagens de rito correspondentes às necessárias para a inculcação onde se tinha a oportunidade de mostrar publicamente as tradições cultivadas e os resultados dos esforços obtidos.

Não se pode deixar de lembrar que fazia parte do rito o juramento à profissão. A esse respeito Porto (2007, p. 108) informa que o ritual de juramento “evita a existência do risco pela dispersão”, além do fato de que “fica caracterizado um compromisso com o grupo”, evitando-se sua ruptura (PORTO, 2007, p. 108). Dessa forma, prossegue o autor, “o grupo pode se organizar na medida em que ocorre a repetição no sentido de continuidade” (PORTO, 2007, p. 108).

Para McLaren (1992, p. 75), o ritual materializava-se através de “gestos corporais significativos”, o que Silva Junior (2000, p. 89) descreveu como sendo “uma nova mecânica corporal disciplinada”, uma forma de se comunicar que atendia a um “sistema de códigos e sinais”. E complementa: nesse sistema, notadamente, podem-se observar os olhares que trocavam aspirantes, enfermeiras, supervisoras, professoras, instrutoras e diretora, pois denotavam o rigor e a vigilância impostos por aquela cadeia hierárquica (SILVA JUNIOR, 2000, p. 87).

Entende-se, portanto que, além da indumentária, o gestual visível na composição dos corpos fazia parte do ritual. Percebem-se nas cenas das imagens uma espécie de teatralização. Como identificou Mauad (2008, p. 140), as poses “são elementos constitutivos da hierarquia de sentido na representação fotográfica” e são forjadas de modo a significar o que se quer registrar, e é assim que percebemos nas fotografias: os corpos são retratados em poses de formas econômicas, quase sempre com os braços estendidos ao longo do corpo, às vezes lado a lado, às vezes em fila lembrando uma formação militar, em cujo ambiente evidenciava-se um sistema de valores calcado na hierarquia e na dominação, em que o valor e o poder do indivíduo estavam sintonizados com o papel por ele representado.

A esse respeito, Bourdieu (2002, p. 11) decreta que

[...] as relações de comunicação são de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações [...] e que podem acumular poder simbólico [...].

Em outras palavras, na prática, pode-se compreender o *habitus* como um sistema inconsciente, como já se afirmou anteriormente, que constitui o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo. Desse modo, percebe-se que a sua implementação resultará na construção social e na identidade institucional que Maria de Castro Pamphiro estava determinada a implantar na escola cuja direção que lhe foi confiada. O corpo foi um dos veículos de visualização do *habitus*, preocupação constante da Diretora, refletindo-se na postura, na aparência, na indumentária, nos rostos e nos com signos e símbolos presentes nas imagens.

Consoante a estas ideias o autor discorre, através de seus estudos relacionados às produções simbólicas como instrumento de dominação, sobre a maneira como se dão as lutas simbólicas, para ressaltar que elas se evidenciam de acordo com os interesses dos grupos e, por isso mesmo estão presentes na sua vida cotidiana, e são inculcadas e impostas social e legitimamente por aqueles que detêm o poder (BOURDIEU, 2002).

Em síntese, de acordo com as ideias do autor em referência, de certa forma, pode-se entender que o poder simbólico significa “um modo de fazer ver e fazer crer”, confirmar ou transformar a visão do mundo, e com isso alterar a ordem mantendo-a ou subvertendo-a através da crença na legitimidade que não está presente nas palavras, mas nos símbolos (BOURDIEU, 2002, p. 14-15).

McLaren (1992, p. 17-18) trabalhou com os aspectos educacionais direcionados ao funcionamento das escolas acreditando que a “multiplicidade de significações dos rituais escolares forneciam a fundamentação cultural sobre os modos de dominação e resistência capazes de embasar as mensagens ideológicas que se produziam no grupo”.

Uma das categorias que ele explorou em seus estudos tinha a ver fisicamente com o corpo dos estudantes, já que, segundo ele, o “corpo é um local cultural” (McLAREN, 1992, p. 361), em que se ostentam os símbolos incorporados aos uniformes e se exprimem os gestos que traduzem sentimentos. Dessa forma, ele resume que o ritual é um “projeto político carregado de ideologia” (MCLAREN, 1992, p. 347) que contempla a “encarnação gestual de símbolos” (MCLAREN, 1992, p. 359).

Dentre os ritos, vale mencionar o que Silva Junior (2000, p.124) denominou de “pequeno ritual”, o da passagem da lâmpada, que é realizado nas cerimônias de formatura da EEAP até os dias de hoje. Esse ritual teve lugar para “manter viva a memória de Florence Nightingale, como precursora da enfermagem moderna” (PORTO, 2007, p. 134). Receber a lâmpada consistia numa distinção à aluna que mais havia se destacado durante sua permanência na escola.

No ano de 1946 a diretora registrou que a aspirante Renée Bezerra de Menezes recebeu o título de Dama da Lâmpada e, para a guarda bandeira da escola foi nomeada Carlinda Cavalcanti Coelho, que eram distinções conquistadas pelas pessoas que obtinham o primeiro e o segundo lugares no aproveitamento do curso. Após o ato, ouviu-se o hino nacional e o hino da escola e foram recebidos os cumprimentos. Ela destacou também em seu relatório que “a instituição da lâmpada é o marco de maior responsabilidade para o seu futuro na causa da profissão da enfermagem no Brasil” (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946, p. 15).

A Fotografia 21 é posada em plano geral, retangular, medindo 24cmx18cm. Foi capturada no ano de 1944. O grupo misto compõem-se de formandas com uniformes, toucas e insígnias, aspirantes com uniformes e sem toucas e sem insígnias, todas em pé atrás da primeira fileira, que se compõe de autoridades que estão sentadas.

Fotografia 21 - Turma de Formatura - 1956



Fonte: UAPS/EEAP.

Ao centro da Fotografia 21, da esquerda para a direita a nona pessoa é a Diretora e as demais mulheres sentadas são as enfermeiras professoras. A terceira pessoa sentada na primeira fila, da direita para a esquerda é uma formanda da turma de 1956, portanto, a imagem não pode ter sido capturada em 1944, conforme aparece registrado no anverso.

Elas estão com uma mão enluvada e a outra nua, cruzadas sobre as pernas, todas na mesma posição. Pernas e pés juntos e os vestidos dispostos de modo a cobrirem os joelhos. Ao lado da Diretora veem-se dois homens de terno, um deles usando óculos.

Nas extremidades dois homens, de cada lado, possivelmente enfermeiros formandos, usando um traje social conhecido como *smoking* que é composto de calça e paletó escuros, camisa clara com gola e gravata do tipo borboleta, meias claras e sapatos escuros. Interessante notar que eles não ostentam seus uniformes de enfermeiros tal como as enfermeiras.

A explicação, possivelmente, pode estar contida no fato de que aquela indumentária de enfermeiro, por não dispor de categorização suficiente para poder fazer falar a linguagem simbólica que exprime o poder do sexo masculino (o dominante), não trás os códigos suficientes para ser ostentada em dias de gala.

Além disso, Gino Dorfles (1982) explica em seu texto “Fatores estéticos no vestuário masculino” que o terno burguês “era cinzento, com o qual o empregado afronta os dias de trabalho (DORFLES, 1982, p. 67) e o “terno azul ou negro usado aos domingos (DORFLES, 1982, p. 67). Isto significa dizer que sentiam a necessidade de se expressarem por meio do

vestuário. Por outro lado, explica o autor que o homem possui um “empenho estético” (DORFLES, 1982, p. 70) apurado, aliado ao fato de desejar uma diferenciação social, exibir um *status* que pode definir seu prestígio econômico e social. Daí se pode explicar o uso do *smoking* que, por ser usado no dia da formatura, realça o *status* PRETENDIDO.

As enfermeiras estão uniformizadas com toucas, insígnias e sapatos claros de amarrar, e meias, presumivelmente de algodão. Na primeira fila de trás, em pé veem-se as duas bandeiras, uma de cada lado do grupo, e representam são os símbolos da EEAP e do Brasil, ostentados por formandas que usam luvas.

A sala parece ser um ambiente de pé direito mais alto que o normal, provavelmente um *lobby*, ou entrada de um edifício, possivelmente do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, nomeado posteriormente Ministério da Educação, onde se veem quatro elevadores, o chão é escuro e liso, as paredes são claras e parecem ser de laminados de madeira. O teto é liso e claro.

A imagem diz muito sobre a maneira de se fazer representar do grupo, não só pela organização hierárquica presente, como pelos signos e símbolos visualizados que como uma forma de se registrar na memória o dia da formatura como um documento capaz de identificar a EEAP, permitindo compreender sua luta e sua história.

A cena da Fotografia 22 trata-se do ritual da formatura onde estão representados os símbolos imagéticos da EEAP visíveis nos uniformes ostentados pelas enfermeiras e aspirantes, como a touca e a insígnia. Na imagem visualiza-se a lâmpada, símbolo presente em todos os rituais da escola, disposta em lugar de destaque sobre um pedestal. Está descrita e analisada na imagem seguinte.

Fotografia 22 – Formatura da Turma de 1950



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

A ênfase que se deseja nesta imagem está relacionada ao papel do sexo masculino no grupo, ressaltando-se que eles tomavam destaque nos rituais de formatura ocupando os lugares centrais, mais visíveis e importantes. A enfermeira indicada ao centro da foto, ao lado da diretora, está presente na Fotografia 25.

Nesta, como em outras fotografias adiante, observou-se que os homens vestiam-se de terno, que é considerado um traje social, e ocupavam os lugares de honra como era culturalmente aceito nas cerimônias da época, pois, segundo Porto “evidenciavam uma forma de dominação masculina que ocorre através da divisão da ordem social” (PORTO, 2007, p. 111) e foi desta forma inculcada no *habitus* do grupo.

Assim, Bourdieu (2002, p. 4) explica esta forma de dominação masculina, como uma construção social, que não pode ser fundamentada somente pelo viés da “biologização” ou pelos “gêneros como *habitus* sexuados”. Justifica-se afirmando que essa construção social se dá de diferentes modos em diferentes culturas, conforme Larraia (2015, p. 59) que complementa: “culturas são resultado de sistemas que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos”.

Vê-se na frente da Diretora, que está de pé e parece proferir um discurso, já que tem nas mãos uma espécie de documento, uma senhora que expressava um sorriso, usando traje composto de saia franzida e blusa de renda, com bolsa pendurada ao braço, luvas estendidas até o antebraço, tipo de acessório que era sempre utilizado nas igrejas em cerimônias especiais.

Trajava também um casquete de cores claras que, segundo Porto (2007), era característico da moda na época em que esse acessório era considerado uma demonstração de pudor das mulheres ao cobrirem a cabeça em público. Segundo Lurie (1997), pode-se considerar que ela estava apropriadamente vestida, porque as roupas estavam apropriadas à situação prevista no clima da cerimônia que exigia sobriedade e elegância.

À direita dela está um homem de terno escuro, que olhava com atenção para o lado, em direção à diretora, portando uma bandeira de mastro listrado, presa à cintura, rente a seu corpo. Era frequente a exposição da bandeira da escola e a da pátria demonstrando-se a forte conexão entre esses símbolos para aquele grupo. Ao fundo uma cortina rente à parede.

A foto é em tons de cinza e no verso foi possível identificar o carimbo, que indica a custódia⁶¹ da fotografia como tendo sido do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini.

⁶¹ Nota: Custódia é a responsabilidade jurídica da guarda e proteção de arquivos independentemente de vínculo e

Na Fotografia 23, datada de 1950, percebe-se que é um flagrante (ou instantâneo), em sentido horizontal, de autoria desconhecida, e foi capturada internamente, em um plano fotográfico conjunto. Mede 24cmx18cm, com predomínios e meios tons de cinza, e data de 1950. O enquadramento é aberto e central, e foi capturada num ângulo inclinado, onde foi retratado um grupo misto com 10 pessoas.

Trata-se da cerimônia da passagem da lâmpada que possivelmente aconteceu no ritual de formatura. Normalmente, a lâmpada é constituída de material metálico dourado, com bico para iluminar e alça para segurar manualmente, com uma corrente presa à alça ligada a uma peça que serve para se apagar a chama.

Como atributo simbólico da EEAP alude à enfermeira inglesa Florence Nightingale, que ficou conhecida como a Dama da Lâmpada porque se dedicou a cuidar de pessoas doentes, mesmo à noite, quando necessitava de luz, durante a Guerra da Criméia (1810-1920), para visitar os feridos no hospital improvisado (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015) e foi dessa forma assimilada culturalmente nos ritos da enfermagem.

Fotografia 23 - Passagem da Lâmpada - 1950



Fonte: UAPS/EEAP.

Sabe-se que a lâmpada é um símbolo articulado à enfermagem que caracteriza o cuidado e o zelo dispensado aos doentes, além do conhecimento. No entanto, de acordo com o Dicionário de Símbolos (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1982, p. 33) possui diversos significados conforme a inculcação onipresente em cada cultura. Assim, no ocidente, a lâmpada tem um uso frequente em rituais e significa a presença de Deus, podendo ser entendida como símbolo de santidade, de vida contemplativa. No budismo, é o símbolo da transmissão da vida, da cadeia de renascimentos, e no iogue é comparada à chama imóvel abrigada do vento.

O ritual de passagem da lâmpada acontecia também durante a cerimônia de formatura em que as alunas, diante do fogo sagrado da lâmpada, recebiam as toucas e insígnias das mãos da diretora, entregues logo após pronunciado o juramento de enfermeira (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1946).

Desta forma, a intenção do fotógrafo foi captar a cena que mostra a passagem da lâmpada para a aspirante que substituirá a formanda. Ser indicada Dama da Lâmpada era e é uma honraria concedida à aspirante que cumpriu com mérito os requisitos morais e científicos que se esperava das moças que pretendiam se diplomar. Ela estava assumindo o compromisso de manter a chama da profissão, consciente de que essa responsabilidade representava o ideal e o exemplo ser seguido, ou seja: transmitir a doutrina infinitamente.

Para esta cerimônia, por sua solenidade as formandas usavam o uniforme de gala que, estão carregados de simbolismo. Com efeito, as indumentárias diferentes significam que as pessoas têm funções diferentes. Na fotografia pode-se perceber nitidamente como o *habitus* funciona nas indumentárias das enfermeiras e aspirantes, como “esquemas de percepção, de pensamento e ação” (BOURDIEU, 2002, p. 8).

De acordo com estes esquemas, a formanda usava uniforme de gala, composto de um vestido possivelmente branco, abotoado até o pescoço, com gola fechada, de cor clara, manga comprida, e luva clara. Compunha o visual de gala uma capa escura, possivelmente azul marinho, cor de aspecto “sério” (LURIE, 1997, p. 211), que foi descrita por Pamphiro. A capa era aberta na frente, e lhe caía pelos dois lados do corpo e estava presa no pescoço pela insígnia da escola. Pode-se inferir que os vestidos de manga comprida, que cobriam as curvas dos corpos, e indicavam recato e descrição.

A aspirante estava trajando um avental, “peça que se identifica como usada para proteção” (LURIE, 1997, p. 43) e touca de cor clara. Por baixo do avental usava um vestido de manga comprida com gola clara, abotoado até o pescoço e ostentava a touca que Pamphiro descreveu como sendo de musseline. Os cabelos estavam presos de forma apropriada.

Seguindo o esquema, no plano do meio compõe a cena uma mesa onde se sentam as autoridades convidadas para emprestar brilho e prestígio à cerimônia, representadas por dois homens de terno.

Infere-se que o *habitus* inscrito nos corpos, não só pela ostentação da indumentária, mas também pelos lugares que ocupavam e pela *hexis* corporal, são definidos pelas regras ou esquemas inculcados no grupo, como definiu a leitura em Bourdieu, tornando, dessa forma, o ritual um momento de consagração, carregado de significados e valores visíveis nos gestuais como pelas maneiras de sentar, pelas as posturas eretas, pelos os lugares de honra, pelos os olhares e pela postura das cabeças.

No terceiro plano viam-se, separadas pela ordem hierárquica proposta para esse tipo de ritual, aspirantes enfileiradas, uniformizadas com avental e sem touca, possivelmente porque ainda estavam no período preliminar, e assim eram conhecidas como prelis, segundo Silva Junior (2000). Estão dispostas lado a lado, e rentes à parede lateral. Na parede oblíqua outras aspirantes, possivelmente de um período mais avançado porque já tinham feito a imposição da touca. Todas acompanhavam o ritual com os braços estendidos ao longo do corpo e as mãos para traz conforme exigia a *hexis* corporal inculcada ou *habitus*, como um “conjunto de práticas que se evidenciam no corpo de forma inconsciente” (BOURDIEU, 1982, p. 202).

Na face da enfermeira diplomada nota-se um sorriso contido, pois assim exigia o momento, dado o rigor da *hexis* corporal com que se realizavam os rituais de formatura. No entanto, podia-se bem vincular aquela expressão ao fato de que estava feliz com o êxito profissional alcançado depois de todo o sacrifício enfrentado, num momento em que a educação para mulheres era ainda um assunto em construção.

A Fotografia 24 foi posada, está em sentido horizontal, mede 14x18cm e é de autoria desconhecida, datada de 1952. No verso está estampado um carimbo o mesmo carimbo da Fotografia 22, em que se lê: Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – Rio de Janeiro. Foi capturada externamente, em um plano fotográfico conjunto, de corpo inteiro, nas escadarias da UFRJ, no Rio de Janeiro.

Fotografia 24 – Pose formal - 1952



anverso

Fonte: UAPS/EEAP.



verso

Nos degraus, de forma centralizada e mais ou menos equidistante, visualizam-se 17 alunas, que se identificam como sendo formandas ostentando suas insígnias e toucas. De cada lado, em primeiro plano, veem-se figuras que portam bandeiras. Do lado direito uma figura masculina, de terno escuro e camisa clara, usando um talabarte listrado para apoiar a bandeira do Brasil, e do lado esquerdo vê-se uma formanda usando uniforme composto de uma veste por cima do vestido claro com gola, e touca clara, insígnia e luvas, sapatos escuros de amarrar e meias claras, portando a bandeira da escola.

Ao fundo, em pé, contam-se 20 pessoas, dentre as quais quatro enfermeiras usando uniformes com pelerines escuras, provavelmente de cor azul marinho como declarou Pamphiro, e toucas claras, possivelmente professoras da escola, segundo a indumentária que ostentam, e 4 mulheres em traje social. Ostentam seus vestidos sem decotes, de comprimento abaixo do joelho, e portam bolsas nos braços. Uma delas, à direita, ostenta também um casquete. Estão presentes dois homens de terno de cor possivelmente cinza, “denotando discrição” (LURIE, 1997, p. 207), indumentária que era usada para ocasiões formais.

A foto foi posada e capturada em plano fotográfico conjunto, de corpo inteiro e retrata parte da fachada e as escadarias da atual UFRJ, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde funcionou o Hospício Pedro II. O prédio foi construído de 1842 a 1852 “para marcar a

maioridade de Pedro II” (SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DE PROJETO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009, p. 71), em estilo neoclássico, onde se percebe a influência europeia pelas três colunas, construídas no alto de uma escadaria de pedra, com 10 degraus. Junto à primeira coluna do lado esquerdo aparecem fragmentos de uma estátua de mármore. A estátua ostenta a inscrição “justiça”.

Os atributos simbólicos da EEAP, como se viu, estão presentes nas indumentárias, toucas e insígnias, entretanto, para esta fotografia, privilegiou-se a descrição e a análise da bandeira da EEAP. Infere-se que as duas bandeiras, a da EEAP e a do país, estão posicionadas de lados opostos e equidistantes exatamente para comunicarem o que significam: “identificação e proteção”, como afirmado no Dicionário de Símbolos (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1982, p. 18).

Por estes dois motivos, as bandeiras estão sempre presentes nos ritos, e o modo de expô-las ou ostentá-las tem significados próprios: ao serem erguidas acima da cabeça por seu portador, ele pretende de alguma forma “apelar ao céu” (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1982, p. 18), e “criar um elo entre o alto e o baixo, o celeste e o terreno” (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1982, p. 18) porque ele está invocando a proteção divina. Esses movimentos foram descritos como “*sublevatio*”, no sentido de levantar a bandeira de baixo para cima, e “*elevatio*”, que simboliza para os cristãos a elevação do espírito, reverenciando-se dessa maneira a “vitória de Cristo ressuscitado e glorioso” (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1982, p. 18).

Um outro aspecto que os autores apresentaram para o significado das bandeiras diz respeito ao fato de que além de proteção as bandeiras tem um valor de “signo distintivo” como na era feudal, nas guerras, instituições etc. em que se podiam identificar os grupos envolvidos, oferecendo-se, desse modo, “a proteção da pessoa, moral ou física, de quem ela é insígnia” (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1982, p. 18).

A bandeira da EEAP foi apresentada à Professora Regina Elisia Miranda Bibiano Morgado⁶², Museóloga e Mestre em Memória Social e Documento, da UNIRIO, que afirma

⁶² Professora Regina Bibiani ilustra o trabalho com a seguinte contribuição: a cruz é um dos símbolos fundamentais e universais da humanidade e é amplamente difundida nas insígnias heráldicas. As cruces heráldicas foram criadas como emblemas distintivos de um indivíduo ou de uma coletividade. São algumas das mais antigas e nobres honrarias postas nos brasões. Dividem-se em dois grupos: a) heráldicas propriamente ditas, que fazem parte dos brasões de famílias, cidades ou países; b) as cruces emblemáticas de ordens militares, confrarias religiosas e outras instituições. Ambos os grupos podem ser representados por cruces nos brasões, bandeiras, estandartes e insígnias em geral. As cores usadas na Heráldica são designadas esmaltes e dividem-se em: cores, metais e peles. As cores são vermelho (goles), azul (blau), negro (sable), verde (sinopla) e púrpura. Os metais são: ouro (jalne) e prata (branco).

que o estudo das bandeiras está ligado às leis que regem a Heráldica⁶³, portanto deve ser vista sob os aspectos iconográficos e iconológicos.

Desta forma, dando ênfase nesta imagem à descrição da bandeira da EEAP através linguagem Heráldica⁶⁴, podemos dizer que a bandeira tem um campo cor branca (prata), que simboliza a paz, limpeza, integridade e dedicação; uma cruz na cor azul (*blau*) que simboliza a nobreza, a perseverança e a vigilância; a cor (ouro), no amarelo da lâmpada, simboliza a saúde e a constância.

Com relação às dimensões, a bandeira é retangular e deve ter a seguinte proporção: 14 partes iguais por 20 partes iguais. No centro da bandeira, no campo prata está firmada uma cruz grega azul, carregada com uma lâmpada acesa amarela (ouro).

São partes componentes da bandeira a roseta que finaliza a decoração das faixas pendentes. As faixas servem para se colocarem medalhas e condecorações de ordens honoríficas concedidas pelo Governo ou Instituições por terem se destacado nos atos meritórios. Da bandeira pendem duas faixas a primeira com os dizeres ESCOLA DE ENFERMAGEM e a segunda ALFREDO PINTO em letras azuis.

A roseta é um ornamento composto de três camadas sobrepostas e de tamanhos diferentes, de tecido de seda franzida, com um botão ao centro. Ela está presa à haste “que sustenta a bandeira e termina na parte superior com um ferro em forma de lança e na inferior por outro em choupa, permitindo cravá-lo no solo”⁶⁵. No centro da cruz azul vê-se a lâmpada, na cor amarela, significando luz e símbolo da enfermagem.

A cor azul, que já havia sido determinada para simbolizar a EEAP, por Maria de Castro Pamphiro, está associada à fé, harmonia e franqueza (LURIE, 1997, p. 210). Além disso, uma bandeira é o símbolo máximo que representa uma instituição ou país, e pode ser definida como “objeto material que, por convenção arbitrária, representa ou designa uma realidade complexa” (LUZ, 2005, p.15), por esse motivo houve o cuidado da Diretora em tornar presentes as analogias referentes a cores e crenças que pretendeu estabelecer através da inculcação prevista no *hábitus* do grupo.

⁶⁴ Heráldica é a disciplina que estuda os brasões e emblemas (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 103). 2 – Heráldica (ou armaria ou parassetomatografia) é a arte de formar e descrever o brasão de armas, que é um conjunto de peças, figuras e ornatos dispostos no campo de um escudo e/ou fora dele, e que representam as armas de uma nação, país, estado, cidade, de um soberano, de uma família, de um indivíduo, de uma corporação ou associação (heraldica.genealogias.org, em 09-08-2012).

⁶⁵ Disponível em: <[www.http://heraldica.org](http://heraldica.org)>. Acesso: 16 nov. 1916.

6.2.3 Missa em Ação de Graças

Silva Junior (2000), aproximando-se de McLaren (1991), definiu micro-ritual como parte de um sistema capaz de formar o caráter técnico e moral de um grupo. Tanto é assim que a EEAP não deixou de reverenciar os ritos católicos em suas atividades cotidianas, definindo-se deste modo como uma escola de tradição católica. Atividades como visitas da pastoral à Escola, celebração da Semana Eucarística e missas assistidas por algumas alunas, assim como a frequência do dia consagrado aos doentes, a celebração da Páscoa e do Natal marcavam os vínculos da Escola com a Igreja e o clero.

A missa era considerada um ritual em que se evidenciava a necessidade de darem-se conta da presença de Deus, muito embora como acentuado por McLaren (1991, p. 250), estes rituais católicos fossem considerados ambíguos e polissêmicos, pois ora “os estudantes eram encorajados a se sentirem alegres e gratos”, ora “deviam estar preparados para sofrer” aceitando as dores e as tristezas da vida. Segundo ele, podiam-se sentir nesses rituais e micro-rituais o rigor ético e utópico embutidos nos instrumentos de controle social (MCLAREN, 1992).

Naturalmente os rituais também estavam associados a inculcar mensagens religiosas que tinham a ver com relembrar o sacrifício de Cristo, a presença dele em suas vidas e o virtuosismo que dele emanava e tornava a todos bons estudantes e bons católicos, pacientes e abnegados, capazes de respeitarem o rigor da lei e da ordem na sala de aula e na instituição.

Bourdieu (1982, p. 51) aborda o tema da religião explicando que “o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social [...]”, portanto, segundo o autor, a visão do mundo depende dos grupos de classes que se adaptam a essas condições para manipulá-las e, por este motivo, sobrevivem e se transformam, perpetuando-se nos grupos sucessores. Na prática, significa dizer, de modo resumido, que a manutenção das crenças no interesse dos grupos contribui para consagrá-las, quer dizer, legitimá-las, atribuindo à classe dominante o reconhecimento da dominação e da autoridade (BOURDIEU, 1982).

Portanto, a visão do mundo, para Bourdieu (1982), depende dos grupos de classes que se adaptam a estas condições e conseguem manipulá-las e, por este motivo, sobrevivem e se

transformam, perpetuando-se nos grupos sucessores. Na prática, significa dizer, de modo resumido, que a manutenção das crenças no interesse dos grupos contribui para consagrá-las, quer dizer, legitima-las, atribuindo à classe dominante o reconhecimento da dominação e da autoridade.

Por outro lado, McLaren atribuiu importância às aulas de religião porque acreditava que “eram a única ocasião na qual a sociedade e a cultura eram problematizadas”, portanto, capazes de transformá-las em “complementos úteis na modelagem do caráter dos estudantes e bom entranhamento – tanto no corpo como cognitivamente – de certas disposições e modos de proceder que se ligavam ao capital cultural da imperturbável classe dirigente” (MCLAREN, 1992, p. 293).

O autor admite que o papel da educação religiosa institucional tinha um caráter muito mais de controle do que de libertação porque eram “forjados dentro da cultura do sofrimento” permitindo que se determinassem “contornos conceituais, temporais e espaciais das experiências dos estudantes” (MCLAREN, 1992, p. 293) ratificando o que Bourdieu considerou uma certa forma de inculcação para a construção do *habitus*.

Segalen (2002, p.17) afirma que o rito, palavra que surgiu de *ritus*, que significa ordem prescrita, surge do estudo das religiões, assegurando que no estudo de ritos “havia uma conjunção do social, do religioso, e do político etc”. Define rito como um espetáculo coletivo, polissêmico, plástico, e maniqueísta, capaz de moldar-se à ordem social amparada por embasamento sociológico. Desta forma, ratifica o pensamento de Durkheim que afirma que “os ritos são maneiras de agir que só nascem dentro de grupos reunidos e que estão destinados a suscitar, manter ou fazer renascer certos estados mentais desses grupos” (SEGALLEN, 2002, p. 21).

A Diretora Maria de Castro Pamphiro, em sintonia com estas ideias, fazia a escola cumprir uma agenda religiosa e social recebendo a visita de diversas autoridades como o Monsenhor Leovegildo Franca, as diretoras do Manicômio Judiciário do Instituto de Neuro-Sífilis, D. Jeronima Mesquita e D. Dolores Brandão Cavalcanti, a diretora da futura Escola de Enfermagem da Prefeitura, a diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e o diretor do SNDM, para citar alguns deles (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1947).

A Diretora considerou, ainda, que atividades extradidáticas deviam contemplar o caráter espiritual já que eram, segundo ela, “tão necessárias quanto benfazejas aos que se dedicam ao trabalho de vida e de morte das criaturas” (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1945, p. 15). Para tanto, convidou o

vigário da Paróquia de Santa Terezinha, que já vinha acompanhando as atividades da Escola com “seus proveitosos ensinamentos da doutrina cristã”, para proferir conferências que eram ministradas tanto na Escola como na própria matriz (ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO, 1947, p. 17). Com base nestas ideias, realizaram-se a descrição e a análise das imagens a seguir com o fito de interpretar os elementos simbólicos presentes nos corpos, nos símbolos, nas indumentárias representados nas imagens e carregados de significados que garantiram a construção de sua assinatura imagética.

Cada imagem descrita e analisada visou acentuar algum aspecto que contribuiu para revelarem-se os traços de construção da assinatura imagética da EEAP, ao mesmo tempo que permitiu, de certa forma, reconstituir a vida naquela que é a escola de enfermagem mais antiga do país.

Com efeito, através das imagens da vida cotidiana da escola, reuniram-se os elementos capazes de produzir o sentido no contexto semiótico e cultural que se quis manifestar através da descrição e análise das imagens a seguir.

A Fotografia 25 é datada de 1950, em formato retangular, medindo 24cmx18cm. O crédito é desconhecido e o local retratado é interno. Como atributos de paisagem veem-se a lâmpada, já descrita anteriormente, sobre pedestal emoldurando o altar católico. O grupo fotografado é misto, onde se veem mulheres, uniformizadas com a capa, são as formandas, um homem de terno de costas para a lente fotográfica, e o padre.

Na imagem podemos perceber que se trata de um micro ritual-religioso, provavelmente tendo sido realizada uma missa, por ocasião da formatura da turma daquele ano.

Fotografia 25 – Missa de Ação de Graças – 1950



Fonte: UAPS/EEAP.

A imagem possivelmente pretende mostrar que o grupo estava imbuído da fé católica que se podia perceber através de meandros ritualísticos dos quais a missa era um deles. A aproximação com essas forças religiosas era considerada culturalmente “befazeja, guardiã da ordem física e moral [...] e que inspira amor e reconhecimento” (SEGALEN, 2002, p. 20). Assim, vinham de encontro às virtudes necessárias que se ensinavam na instituição e que se requeriam para a profissão: ser bondosa, habilidosa, sincera, com o efeito, segundo Segalen (2002, p. 21), de manter coesos os “estados mentais desses grupos”.

Mais uma vez observam-se os uniformes impecáveis e seus atributos como a touca e insígnia, demonstrando o cuidado que se devia ter com a própria aparência. Ela, a diretora, estava uniformizada com a capa de sargeline azul escuro, bem como as formandas, todas usando vestido de manga comprida branco, touca branca, meia clara e sapato branco.

As formandas estão em pé, perfiladas ao longo do tapete, em formação paralela, de maneira a formar um quadrilátero, impressão causada devido ao ângulo da tomada. Nesta imagem tornou-se visível o comprimento das saias que era alinhado rigorosamente na mesma altura, ou seja, de 25 a 30 centímetros do chão, para compensar as diferentes alturas das formandas, denotando um sentimento de harmonia do conjunto.

A imagem reflete o que McLaren chamou de “escolarização católica” (MCLAREN, 1991, p. 306) que apresentava “*flashes* de progressismo e emancipação em seus ensinamentos religiosos” (MCLAREN, 1991, p. 306) como, aliás, era o *habitus* que devia ser incorporado, uma vez que a Diretora estava em concordância com a associação da fé católica às estruturas culturais que deviam nortear os desígnios da escola.

Desta forma, os ritos podem ser considerados “regras de conduta que prescrevem como o homem deve se comportar em relação às coisas sagradas (SEGALEN, 2002, P. 21). A

Diretora, comprovando suas convicções católicas, incorporou nas celebrações escola os cultos religiosos para reforçar o que Segalen (2002, p. 22) chamou de “pertença coletiva”.

No plano de fundo vê-se o altar enfeitado de flores, porque se trata de um momento solene traduzido nos gestos das alunas e na decoração da igreja. As bandeiras da escola e do Brasil emolduram o altar; do lado direito e do lado esquerdo candelabros com pedestal, ornamentados com desenhos em arabescos com oito lâmpadas cada um que parecem estar acesas.

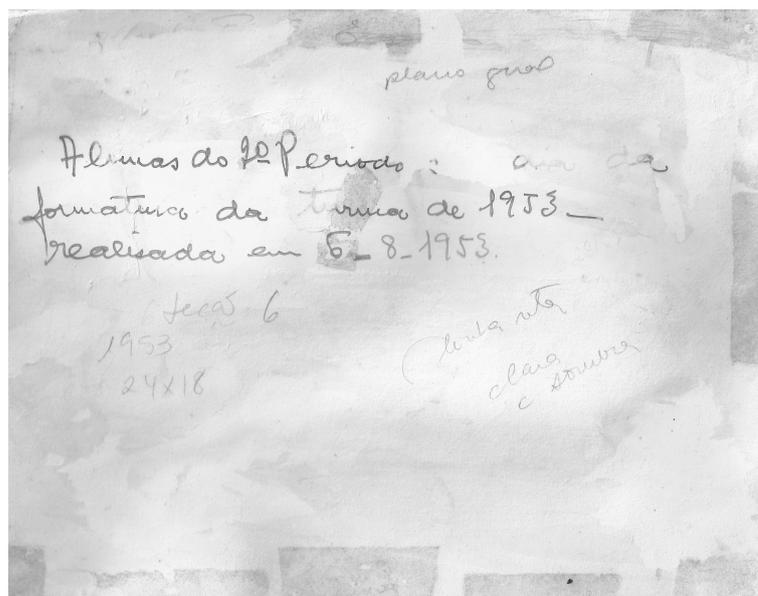
O altar ostentava também uma decoração semelhante à dos candelabros, com desenhos em arabesco, e no meio, está disposta a sacristia. À frente do altar encontra-se um gradil, possivelmente de ferro pintado de cor clara, que o separa do resto da capela. Atrás do altar, pregadas à parede encontram-se duas arandelas cujo detalhe possibilitou confirmar-se ser aquela a Capela de Dom Pedro de Alcântara.

A Fotografia 26, contém, no verso, a informação escrita em caneta tinteiro: alunas do segundo período, formatura da turma de 1953, realizada em 6 de agosto. Foi posada externamente, na calçada da Igreja de Santa Terezinha, em Botafogo, em um plano fotográfico conjunto, de corpo inteiro.

Fotografia 26 – Alunas da turma de 1953



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

A imagem, datada de 1953, mostra a turma de graduandas perfilada, na formação em quadrilátero, ostentando os uniformes, perfeitamente alinhados na altura da bainha, a capa de sargeline azul arrumada para trás do ombro esquerdo, deixando aparecer os braços apoiados sobre a perna esquerda, touca e luvas brancas, as insígnias que recebem ao se formar presas no pescoço e meias claras e sapatos escuros. Pode-se inferir que essa formação para posar era comum, lembrava uma formação militar e fazia parte da *hexis* corporal da EEAP. Além dos uniformes com insígnias e toucas estão presentes as marcas da escola e da nação, representadas nas bandeiras empunhadas nas extremidades da fotografia.

Como era comum nesses rituais duas graduandas ostentavam as bandeiras, que significam proteção e defesa, como se afirmou anteriormente, sendo a da direita a bandeira da escola, e a da esquerda a do Brasil. Para Mouta (2014, p. 174), “a anatomia de uma bandeira tem a finalidade de decodificá-la e as cores tem significados próprios”. São, por esse motivo, “um elemento fundamental em qualquer processo de comunicação” e exercem um papel de “impressionar, expressar e construir” (MOUTA, 2014, p. 175) aos quais se acrescenta o papel de identificar.

A ênfase dessa imagem recai sobre a descrição e a análise da bandeira do Brasil, considerada “símbolo ótico da pátria” (LUZ, 2005, p. 36), que se identifica pela expressão auriverde. O significado e a mensagem, segundo o autor, “se perpetuam com o uso e a tradição, e devem corresponder a uma realidade histórica permitindo, dessa forma, sua atualização” (LUZ, 2005).

Destarte a Bandeira Nacional foi alterada pelo Decreto nº 4 de 19 de novembro de 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca, para simbolizar o Brasil República. No artigo primeiro do decreto ficou determinado que:

A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais - verde e amarela, com um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita – com a legenda – Ordem e Progresso – e pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação Cruzeiro do Sul, dispostas na sua situação astronômica, quanto à distância e ao tamanho relativos, representando os vinte e um Estados da República e o Município Neutro (LUZ, 2005, p. 73).

Interessante notar que a bandeira manteve as cores das monarquias das casas do Brasil Império: o verde fora escolhido porque era a cor da Casa de Bragança, dos portugueses e a amarela era a cor da Casa de Lorena da família Imperial da Áustria, representando a mulher de D. Pedro I. Mais adiante o autor informa que as constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem “ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e trinta minutos do dia 15 de novembro de 1889” (LUZ, 2005, p. 81).

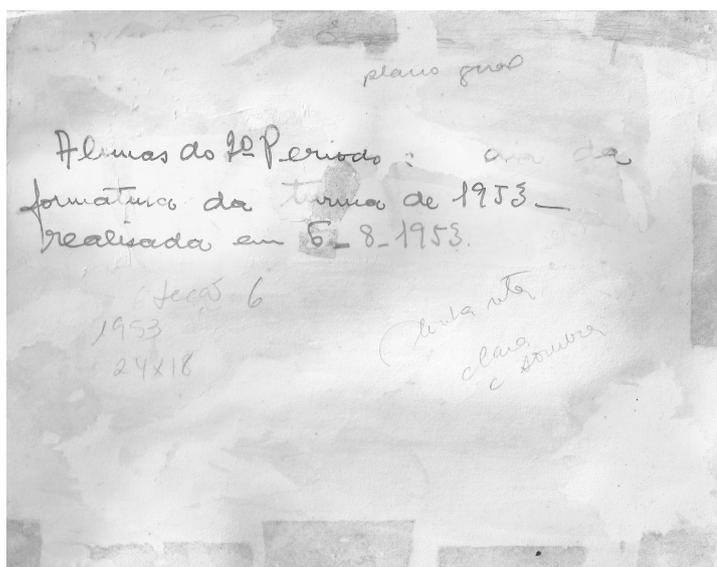
A Fotografia 27 é um instantâneo medindo 18cmx12cm, em plano americano, de um grupo misto. No verso lê-se a inscrição feita com caneta tinteiro, possivelmente feita de próprio punho, pela Diretora Maria de Castro Pamphiro:

Missa de ações de graças
conclusão do Curso Teórico
1ª. Turma do curso
três anos da E.E.A.P.
em 31 de outubro de 1946.

Fotografia 27 – Missa em Ação de Graças – 1946



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

Pelos atributos de paisagem infere-se que o local retratado trata-se de uma igreja, possivelmente a de Santa Terezinha, em Botafogo, em que se observam os bancos de madeira com genuflexório onde estão ajoelhadas algumas pessoas. No primeiro plano, veem-se aspirantes uniformizadas com o uniforme já descrito anteriormente, avental e vestido, sem touca, e apenas uma das mulheres, uma enfermeira, usa a touca de cor clara. No segundo banco veem-se mais algumas aspirantes, também uniformizadas e outra enfermeira com touca de cor clara. Ao fundo algumas pessoas usando traje social, os homens de terno e algumas mulheres de chapéu. Todos olham para frente e direção ao altar.

No piso, percebem-se nuances de cores em tons de cinza mais claro e escuro formando uma espécie de borda onde se encontram os bancos da igreja. Na parte da frente dos bancos existe um trabalho de entalhe formando círculos com um desenho ao centro que não se identificou, e na parte de cima e de baixo formando o acabamento dos bancos, uma borda com entalhes que o decoram com pequenas esferas. Como atributos pessoais revelam-se as toucas, os uniformes que definem aspirantes e enfermeiras.

A imagem trata-se de um micro-ritual, uma missa que estava sendo celebrada pela conclusão do curso técnico como era o *habitus* do grupo que a Diretora incutiu nas alunas. Provavelmente ela tinha percebido o que Segalen (2002, p. 24) explicou:

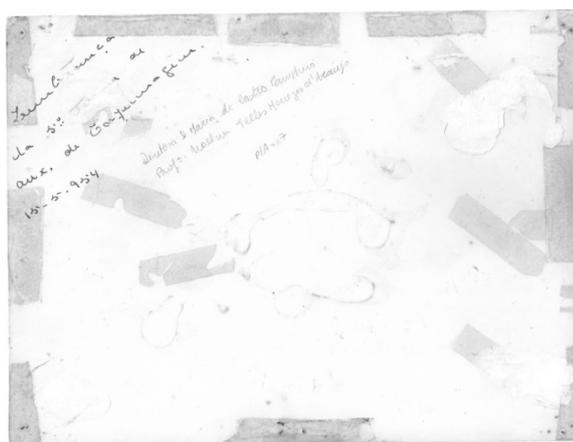
quando a vida coletiva alcança um determinado grau de eficácia – ou seja – quando estão reunidas as necessárias condições demográficas, sociais e culturais – ela desperta a vida religiosa, pois determina um estado de efervescência que muda as condições da atividade psíquica.

A Fotografia 28 foi posada, mede 22,5cmx17cm, datada de 1954, tomada num plano conjunto e mista. São 11 pessoas, sendo um menino de terno com calças curtas e um homem de terno. Duas mulheres de trajas sociais, uma delas usando um casquete. Cinco são enfermeiras, possivelmente as formandas. No centro está a diretora, no local de figuração que lhe é devido por hierarquia e a seu lado direito está a Professora Noelma Telles d'Araujo.

Fotografia 28 - Terceira turma de Auxiliares de Enfermagem
- 1954



anverso



verso

Fonte: UAPS/EEAP.

Elas portam luvas e a capa de sargeline apropriada para as ocasiões de gala. A diretora jogou sua capa sobre o ombro esquerdo e deixou o braço estendido a mostra. A fotografia possivelmente foi capturada numa varanda onde se pode ver um piso que parecer ser de

azulejo com desenhos geométricos. Atrás de todos está uma porta possivelmente feita de ferro com arabescos e vidro. Ao lado da porta tem-se um vaso com plantas.

No verso da foto encontram-se os dizeres “lembrança da 3ª. Turma de Auxiliares de Enfermagem – 13-05-1954”.

Esta fotografia é um bom exemplo do que explicava Kress e Van Leeuwen (1996) sobre o contato imaginário que se estabelece entre o participante representado, a diretora, e o participante interativo, o usuário, pela linha do olhar encaixado na câmera. No caso desta imagem, que é uma fotografia institucional onde o *habitus* prevalece, pode-se inferir que a diretora quis distinguir-se sobre as outras pessoas não só pelo seu lugar de figuração, mas também pelo seu olhar direto para quem visualiza a imagem.

6.3 A Assinatura imagética

6.3.1 Introdução

Entende-se por assinatura imagética o conjunto dos “atributos pessoais ostentados nos corpos das Aspirantes/Enfermeiras” (NETO; PORTO, 2014, p. 200) da EEAP e decodificados neste estudo, por meio das análises empreendidas nas Seções 4, 5 e 6.

Desta forma, observou-se que os atributos pessoais apresentam distinções entre os grupos e nos grupos, seja pela cor ou o tipo de adorno profissional utilizado na cabeça, seja pelas cores ou também pela modelagem das indumentárias.

Neto e Porto (2014, p. 156) definiram as marcas simbólicas da EPEE, atual EEAP e decodificaram o gorro e a touca “como atributo pessoal de transição para a enfermagem moderna”, e a cor azul usada na cruz e emblemas, como marca da “psiquiatria, por ocasião da implantação da Assistência Hetero-Familiar na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro”.

Com base nas análises dos atributos pessoais como a lâmpada, touca, indumentária, insígnias e bandeira, pode-se dizer que estes elementos, visualizados como bens de capital cultural, reuniram as condições necessárias para se definir a assinatura imagética da EEAP naquele momento, porque a distinguiu das outras escolas e expressou seu *habitus*.

Isto se dá porque, sendo a indumentária um elemento cultural, ela “permite ver o papel social das restrições naturais e funcionais, internas ou externas aos sistemas do qual ela é ao mesmo tempo objeto e sujeito” (ROCHE, 2007, p. 505). Isto significa dizer que a roupa e seus

signos são um código, coincidente com as necessidades dos sistemas impostos, que permitem comunicar a ordem das mudanças políticas e culturais de classes sociais.

No entanto, diferentemente de Bourdieu que acreditava que a classe social era “um único cálculo de distinção”, estudos revelaram que “a classe social é menos evidente na sociedade contemporânea do que era antes”, devido ao alto grau de mobilidade interclasses e intraclasses, “ocorrendo uma fragmentação crescente dos interesses culturais dentro das classes sociais” (CRANE, 2006, p. 36, p. 37).

Dito de outra maneira, entendeu-se que a autoimagem de um indivíduo distanciou-se da classe social a qual pertence, porque, fragmentadas, as classes sociais se tornam menos homogêneas. Este mecanismo pode ser notado, de forma significativa, na aparência, libertando o indivíduo da tradição, permitindo novas escolhas uma vez que esta “identidade social não está mais calcada somente no *status* econômico” (CRANE, 2006, p. 37). Desta forma, teorias sugerem hoje que as pessoas constroem identidades diferentes no local de trabalho e nos outros espaços que ocupam (CRANE, 2006, p. 38).

Isto não significa que não se ostentem mais uniformes, mas que eles não carregam tantos significados como os que encontramos neste estudo. A evolução lenta e gradativa dos gostos e influências nos modos de ser e fazer, seja por motivos sociais ou funcionais, ou porque as mulheres passaram a sair mais de casa e ter mais tempo para o lazer, seja por causa da industrialização que permitiu a fabricação de roupas mais acessíveis, eles foram simplificados, se tornaram mais leves, perderam seus adereços e rigores simbólicos, e com isto a postura rígida de se ostentar.

6.3.2 O Uniforme

Da mesma forma, os uniformes vão seguindo as tendências da moda. Entende-se por tendência a “convergência dos gostos” (ERNER, 2015, p. 75) que se difundem com base na imitação, e se distinguem segundo os costumes. Por este motivo, funcionavam, ao mesmo tempo, como padrão e confronto entre os grupos.

Guillaume Erner, jornalista e sociólogo francês, professor da Universidade de Ciências de Paris, disse que os gostos funcionam como “marcadores de classe” (ERNER, 2015, p. 76), portanto, resultam na organização de uma classe. Foi o que Bourdieu considerou *habitus*, a socialização do indivíduo por meio de experiências na família e na escola, que vão

determinar suas escolhas técnicas e estéticas. Desta forma, o indivíduo adquire uma certa competência social que “o associa a um lugar particular dentro da sociedade” (ERNER, 2015, p. 77).

Foi desta forma que as enfermeiras se identificaram, desde o início de sua trajetória no século XIX, marcando sua classe por meio dos símbolos presentes nos objetos, na indumentária e na *hexis* corporal. E a EEAP não foi diferente em seus gostos e maneiras de ser. Tanto é assim que a primeira diretora enfermeira, Maria de Castro Pamphiro, procurou sustentar estas estratégias de inculcação do *habitus* na Escola durante seu período de gestão, porque era uma maneira de justificar o acúmulo do capital cultural do qual o grupo iria se beneficiar. Suas indumentárias são seus “emblemas de classe” (ERNER, 2015, p. 78) e a EEAP, seguindo o padrão da época, ostentava seus símbolos identificados e analisados nas seções anteriores deste estudo.

Ao longo das décadas se viu que as influências na moda se difundiam a partir das camadas mais influentes para ser imitada pelas camadas menos influentes da sociedade, a fim de se adquirir *status* (CRANE, 2006, p. 30). No entanto, se antes a indumentária desejava dar visibilidade à hierarquia, a partir dos anos 60 o que se observa é a desvalorização da hierarquia na moda que, segundo Erner (2015, p. 80), “não parece mais adequada para descrever nossa sociedade”. Desta forma, se pode justificar a alteração dos uniformes das enfermeiras que, com o tempo, aboliram o uso das tradicionais indumentárias.

Um outro fator que contribuiu para a libertação da indumentária feminina tem a ver com o significado de “boas maneiras” (ROCHE, 2007, p. 498), que estabelecia uma relação entre a roupa e o corpo, e as mulheres, por exemplo, tinham inculcado que não “era correto sair à rua sem chapéu, luvas e meias, mesmo no verão” (CRANE, 2006, p. 257). Não obstante, como não podia deixar de ser, houve uma transição. Foi o que Roche denominou de “transição entre a funcionalidade ritual do corpo e da roupa denominada pelo ornamento, pelo adorno, pela teatralização, e a libertação das aparências” (ROCHE, 2007, p. 498). Deste modo os corpos deixaram de ser um manequim para a roupa e, a partir dos anos 60, aliados às técnicas de publicidade, corpos e roupas iam informando, transformando e engendrando novas condutas (ROCHE, 2007).

Outro aspecto onde houve transformação diz respeito à representação dos sexos, por meio da roupa. Pode-se dizer que as roupas são usadas para “identificar como os homens e mulheres consideram seus gêneros” (CRANE, 2006, p. 46). No final do século XIX até o início do século XX a roupa expressava o papel conservador aceito pela mulher, que tinha poucos direitos legais e políticos. No entanto, na medida em que saíram de seu confinamento,

as mulheres passaram a ostentar elementos da cultura masculina, como por exemplo, a gravata. Se antes era o símbolo do falo, foi usada no final do século XX como “símbolo da emancipação feminina e da disposição de desafiar o status social dos homens no século XIX” (CRANE, 2006, p. 263) e, neste sentido, pode ser entendida com certa ironia.

Além disso, Roche revela que a liberação indumentária teve, a princípio, um significado médico, porque perceberam que as roupas apertadas comprimem os vasos linfáticos, dividem o corpo em dois, impedindo a circulação entre suas partes e dificultavam a respiração. Assim, decretaram que espartilhos, corpetes, cordões, cintas, colarinhos e mangas compridas deviam ser abolidos (ROCHE, 2007). Era a libertação da indumentária com base no conhecimento científico.

No período estudado percebe-se que a indumentária feminina era constituída de elementos simbólicos que se caracterizavam pelo pertencimento a um determinado grupo específico. Assim, diferentes escolas de enfermagem ostentavam diferentes indumentárias. Tanto é assim que Porto (2007) assinala que nos rituais já se podia identificar o primeiro passo para a geração do grupo. Desta forma, estavam presentes os elementos associados aos símbolos objetivos da enfermagem como as toucas, e insígnias, nas cores e formatos próprios do grupo, que eram recebidas pelas alunas e associadas aos seus méritos, ao mesmo tempo em que assumiam compromissos com os valores inculcados.

Por outro lado, a indumentária masculina foi pouco articulada a estes símbolos, porque não exigia uma “dependência simbólica” (BOURDIEU, 2002, p. 43). Provavelmente, isto ocorreu pelo fato de que os homens não tinham necessidade de tornar evidente a teatralização proposta pelo sistema simbólico nas relações de poder, até mesmo no dia de sua formatura. Com efeito, a divisão da ordem social se justificava culturalmente, era um padrão que estava inculcado no *habitus* do grupo. Assim, agir de outra maneira seria inesperado, considerado subversão da ordem, porque os princípios de hierarquização e divisão estavam predominantemente vinculados ao sexo masculino.

É por este motivo que vemos os homens ocupando lugares de destaque nas imagens, ao mesmo tempo em que não usam indumentárias de enfermeiros em rituais. Assim, em que pese as teorias bourdieusianas, a diretora tinha inculcado, pela educação pouco libertadora que as mulheres recebiam na época, que o sexo masculino alimentava o lucro simbólico da escola, permitindo assegurar sua reprodução por meio da acumulação de capital institucional.

6.3.3 A insígnia

Outros símbolos objetivos merecem destaque por representar a EEAP, como a bandeira e as insígnias. As insígnias da Escola são símbolos institucionais constituídos nas cores azul e branco, com uma lâmpada amarela ao centro de uma cruz grega. De acordo com a professora da Unirio e Museóloga Regina Bibiani, a cruz é um símbolo universal da humanidade e muito difundido em Heráldica. São usadas para representar emblemas distintivos de um indivíduo ou de uma coletividade. Dividem-se em dois grupos: as que fazem parte de brasões de família, cidades ou países, que são as propriamente as heráldicas, e as emblemáticas, referentes às ordens militares, confrarias religiosas e outras instituições, como é o caso da EEAP.

As cores traduzem “intensidade e profundidade e se ligam a uma realidade visual” (FERREIRA; ENCARNACIÓN, 2013, p. 48). Não por acaso a cruz, que é o mais totalizante de todos os símbolos (CHEVALIER; GHREERBRANT, 1998, p. 308), foi firmada na cor azul no centro da bandeira da Escola e realçada por campo branco. Trata-se de uma cruz grega que, por ter os braços iguais, evoca o equilíbrio, isto é, a “união dos opostos e sua harmonia entre a matéria e o espírito, o divino e o terreno, o masculino e o feminino”⁶⁶. As insígnias da EEAP eram usadas junto ao pescoço no centro das golas dos uniformes.

6.3.4 A Bandeira da EEAP

O estudo das bandeiras, em geral, está ligado às leis que regem a heráldica. Para a professora Regina Bibiani, por definição, chama-se bandeira a um pedaço de pano, de uma ou mais cores, com ou sem emblemas, preso a uma haste ou içado em um mastro, que serve para dar sinais, indica um ponto de reunião, assinala um posto importante, simboliza uma Nação, Estado, Cidade, Corp.oração, Instituição

A EEAP determinou no desenho e nas cores⁶⁷ de sua bandeira (Figura 14) os símbolos cujos significados iconológicos lhe atribuíram a identidade. Assim, o conjunto estético é representado por elementos como a cruz azul, a lâmpada, símbolo da enfermagem moderna, firmada no lugar de honra, ao centro da cruz, no esmalte ouro, sabendo-se que em Heráldica a cor do ouro representa-se por desenho ponteadado e miúdo e, na pintura, pela cor amarela, simbolizando nobreza e poder. Outros detalhes foram descritos na Seção 2.

⁶⁶ Disponível em: <<http://dicionário.de.símbolos.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.herladica.genealogias.org>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Figura 14 – Bandeira da EEAP



Fonte: acervo do autor.

6.3.5 A Lâmpada

Acredita-se que a lâmpada da EEAP (Figura 15) foi inspirada nas lucernas do tipo romanas (Figura 13 – Seção 2). Do mesmo modo, o artefato que Florence Nightingale usou e está exposto no Museu Florence Nightingale de Londres (Figura 12 - Seção 2) foi identificado pelo próprio museu como sendo uma “*turkish lantern*”⁶⁸, que na tradução entende-se por lanterna turca. Deste modo, entende-se que o artefato que simboliza a enfermagem moderna devia ser reconhecido como uma lucerna por se assemelhar com a do tipo romano.

Figura 15 – A lâmpada

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.florence-nightingale.co.uk>>. Acesso em: 12 dez. 2016.



Fonte: acervo do autor

6.4 Síntese da seção

Constatou-se necessário assinalar, com base em Crane (2006) e Erner (2015), que houve uma desmistificação cultural da hierarquia que não podia mais explicar a organização das classes sociais. No entanto, observa-se que o capital simbólico acumulado e herdado da EEAP está presente, de várias formas, em sua assinatura imagética.

Por outro lado, considerou-se que o conjunto dos elementos simbólicos que constituem a assinatura imagética da EEAP foram descritos, analisados e fundamentados nas seções anteriores deste trabalho e substanciados nesta seção. Mediante o exposto, consideram-se reunidos os elementos necessários para se fazer a identificação da assinatura imagética da EEAP.

SEÇÃO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período delimitado neste trabalho se notabilizou pelo crescimento da indústria e o aparecimento de diversas invenções tecnológicas no mundo, que contribuíram para a abertura de novas perspectivas sociais, especialmente para o feminino. Neste sentido, pode-se considerar que foi um período desafiador para a mulher que prosseguia na luta de participação no meio público ao frequentar lugares, mesmo que desacompanhadas e ao se inserir cada vez mais no mercado de trabalho na disputa por espaços e campos profissionais.

Sob o impacto do crescimento industrial e das novas tecnologias, o Brasil, no século XX, foi marcado por mudanças políticas, culturais e sociais. No período investigado, pode-se considerar como relevantes fatos/acometimentos referentes ao governo e a deposição do Presidente Getúlio Vargas e, conseqüentemente, a composição de uma nova carta constitucional aprovada em 18 de setembro de 1946. As circunscções das Constituições brasileiras permitiram elaborar-se histórico do desenvolvimento de aspectos determinantes no que diz respeito à educação e à profissionalização do trabalho feminino no país.

Com base nestes elementos, percebeu-se que os eventos mencionados tiveram repercussão na vida em sociedade, como não podia deixar de ser, porque trouxeram contribuições em assuntos referentes à família e à educação, marcadamente da mulher. Além disto, o fato de que a educação passou a ser um direito de todos, como uma das garantias fundamentais que estabelecia a igualdade entre os cidadãos, permitiu que a mulher recebesse educação para se inserir no mercado de trabalho.

As escolas públicas ampliaram o acesso, sendo obrigatório o ensino primário e secundário como parte do projeto republicano. Esta era a política de ensino no período em que assumiu a direção da EEAP a Enfermeira Maria de Castro Pamphiro. Em sua luta por espaço físico na reorganização da Escola, ela não perdeu de vista a oportunidade de mencionar, em seus relatórios, que a EEAP deveria ser nivelada às demais escolas de enfermagem. Deste modo, a aprovação do Decreto nº 775, de 6 de agosto de 1949, que regulou o ensino de enfermagem no país, veio atender a sua pretensão na medida em que regulamentou os cursos oferecidos pelas escolas de enfermagem no país, incluindo o acesso e a concessão de diplomas de enfermeiros e certificados de auxiliares de enfermagem.

E não foi por coincidência que o decreto entrou em vigor três anos após a aprovação da nova Carta Magna de 1946. Possivelmente, foi inspirado nas ideias democráticas que promoveram os novos rumos para a política cultural e educacional do país ali dispostas.

Desta forma, completaram-se os desígnios da EEAP em meio ao período turbulento na política nacional em que assumiram a presidência do país, entre os anos de 1945 a 1956, seis presidentes: Getúlio Vargas (1951-1954), Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz, Nereu Ramos (1955-1956) e Juscelino Kubitschek (1956-1961).

No entanto, apesar do momento político difícil, podemos enumerar suas conquistas empreendidas na década de 1940, a saber:

- a) A Escola havia retornado a sua origem, que era um espaço social de prestígio na Praia Vermelha, antiga Praia da Saudade;
- b) Ratificou seu nome – ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO;
- c) Reconfigurou o regulamento, ao se impor como única escola destinada a ambos os sexos e laica.

Isto implicou na (re)construção da identidade da EEAP na medida em que agregou e acumulou o capital simbólico da igualdade entre as congêneres

Mediante ao exposto, com base nas 28 fotografias do acervo iconográfico da EEAP, referentes ao período da diretora, nas quais se podem constatar os atributos visuais ao se fazer ver e crer se deu a análise semiótica no domínio da Cultura Visual. Desta análise, surgiu o discurso que conduz em seu bojo a ideologia que ela imprimiu à EEAP, resultado da inculcação do *habitus*, pelo sistema de percepção, que agiu de forma (in)consciente ao ser entendido como uma das maneiras de se justificar, culturalmente, a vida em sociedade.

Assim, o referido sistema proveu de informações sobre a vida cotidiana da EEAP, às quais se articularam, nesta pesquisa, aos espaços sociais, à indumentária, ao gestual e aos signos, numa composição que permitiu se refletir sobre a imagem que a Diretora imprimiu no cenário da EEAP. Elas foram privilegiadas pelas análises com base no vestuário, no ambiente, na disciplina, nas festas e ritos, e demais objetos que formaram o conjunto de elementos simbólicos capazes de estabelecer o nexo, por meio de seus significados, que definiram gostos e atitudes legitimado pelo capital cultural acumulado pela Escola. Logo, pode-se dizer que as análises visuais das fotografias permitiram a evidência da construção da assinatura imagética da EEAP.

As fotografias presentes nas seções desta pesquisa são os elementos visuais que permitiram se identificar nos corpos, nas aparências e nas atividades culturais à vida na Escola. Deste modo, pode-se descrever em detalhes o uniforme idealizado por Pamphiro, nas cores e modelagens que ela implantou. Os detalhes apontaram para a touca de formato

cônico, diferente da que ela usava na sua escola de origem, o avental branco sobre o vestido com gola e demais detalhes descritos.

O que se pode dizer é que ela sentiu a necessidade de criar o modelo do uniforme como uma forma de diferenciar a Escola das outras existentes, demarcando o *habitus* das enfermeiras da EEAP ao reatualizá-lo. A indumentária, pela época, era conservadora, pois necessitava mostrar recato, além da demarcação da touca em formato cônico, como adereço para a cabeça, e para os homens adotou jaleco, calça e gorro, sendo que ambos os sexos ostentavam a insígnia que serviam para identificar e ratificar os aspirantes e diplomados da EEAP.

As insígnias usadas na gola, ao pescoço, eram e são redondas, com uma cruz grega ao centro na cor azul e no centro da cruz, firma-se uma lâmpada na cor amarela para os formados. Ela tinha relação com a passagem dos aspirantes pelos níveis escolares, refletindo a hierarquia presente no grupo. Nota-se a presença dos símbolos como a cruz grega e a lâmpada, que identificavam consecutivamente a universalidade e a enfermagem moderna.

A lâmpada trata-se, provavelmente, de um modelo conhecido na Arqueologia como lucerna romana, objeto que se distingue por produzir luz e usado na enfermagem para homenagear a enfermeira que dele se utilizou, Florence Nightingale, no século XIX, mesmo em design diferenciado.

Com relação aos espaços da EEAP, podem-se definir seus usos e também suas funcionalidades. Sabe-se que a Escola funcionou em regime de internato e que havia disciplina de horários a ser cumprida no que tange às refeições, às aulas e também ao horário de se recolher, porque fazia parte do sistema de inculcação.

O internato funcionava em uma construção física apropriada de onde se experimentava a vivência diária da dominação de uma classe sobre outra, o que se entendeu como violência simbólica na linguagem de Bourdieu. Era um lugar onde se exerciam as lutas e se conviviam com as tensões pela manutenção do poder. Assim, devia ser considerado como um laboratório de inculcação embora, de alguma maneira, pudesse provocar alguma alienação mental com relação ao mundo, porque a convivência era pouco estimulante entre os agentes dominantes e os dominados, resultante de uma prática da educação positivista, inclusive adotado por várias escolas na formação de profissionais da enfermagem para aquela época.

Assim, inicialmente, selecionamos fotografias do dormitório, da sala de visitas, do refeitório, da sala de estudos, do setor de saúde, do laboratório de dietética e das aulas de dietética e anatomia, quando foi possível identificar como ocorria a inculcação, por exemplo,

por meio da gestualidade, para a domesticação do corpo e, conseqüentemente, da mente como uma forma de se apresentar culturalmente solidária ao contexto.

Observamos a intenção que teve a Diretora em fotografar o ambiente de sala de aulas e laboratórios. Deste modo, se entendeu a preocupação em deixar para o futuro como teria ocorrido o ensino para a formação da enfermeira na EEAP e porque não dizer, qual teria sido o papel dela naquela instituição em época difícil e de lutas simbólicas para o desenvolvimento da enfermagem brasileira.

Admitimos a cultura como um sistema simbólico e que os símbolos funcionam como uma chave para se compreender seu significado. Isto implica no entendimento do acúmulo do capital simbólico, incluindo o cultural ao ser deixado como legado por ela, que neste estudo foi investigado pela cultura visual. Isto posto, as manifestações expressaram a concepção do grupo que se materializava em rituais de cunho social, político e/ou religioso cujas práticas legitimaram o poder dominante, seja por costume, seja por tradição.

A EEAP desde a sua criação já se encontrava engajada politicamente pelas circunstâncias do seu nascimento (1890) e Maria de Castro Pamphiro agregou valores ao fazer o jogo político recebendo autoridades na Escola para os ritos e/ou celebrações para a revitalização institucional.

Com efeito, ela (retro)alimentou as tradições institucionais, como, por exemplo, ao valorizar o passado, quando comemorou a primeira formatura, em 1906, que coincidiu com o cinquentenário do início das obras da construção do Cristo Redentor. Isto significou que desde aquela época, o reconhecimento de que a atual EEAP era de fato a primeira a formar profissionais de enfermagem no Brasil.

Neste sentido, ela teve por estratégia incorporar outros elementos simbólicos para obtenção de lucros no campo da simbologia ao evidenciar nos signos ostentados por ambos os sexos, em época que a preferência era pelo feminino, ratificou a gênese da instituição de ensino na manutenção da inclusão do masculino, tendo visão de futuro, diferentemente, da sua instituição formadora que iria aceitar os homens sob a égide do dispositivo legal, à época da Reforma Universitária.

Os elementos simbólicos incorporados por Maria de Castro Pamphiro, podemos destacar: a touca no formato cônico, a inserção da lâmpada na simbologia da instituição de ensino, o rito de imposição da touca e insígnia, o que lhe deu destaque em lhe fazer ver e crer na formação de profissionais.

A reconfiguração dos uniformes foi outra medida adotada por Maria de Castro Pamphiro. Este foi para além da mudança na modelagem e estilo, mas sim a reatualização do

habitus para formar profissionais para a enfermagem. A estratégia foi diferenciar as aspirantes e enfermeiras no campo da saúde, se mostrando competitiva pelas estratégias empreendidas, não se inclinando às normas vigentes pelo Decreto 20.109 de 15 de junho de 1931, artigo segundo, pela oficialização do ensino da enfermagem no Brasil, seguindo à margem na luta até que a Lei nº 775/1949 revogou a anterior. Com efeito, tratou-se de estratégia bem sucedida por ela e que nas fotos analisadas pode-se evidenciar, pela cultura visual, o que na atualidade a EEAP consolidada é destaque pela trajetória de luta e conquista, diferente de outras instituições que tiveram a possibilidade de nascerem em berço esplêndido, com apoio de fomento internacional.

Desta forma, confirma-se a hipótese, que se transforma na tese de que os signos agregados da gestão de ensino da primeira Diretora Enfermeira Maria de Castro Pamphiro como a touca cônica, o gorro, as insígnias e a bandeira, ambos na cor azul, articulados à Cultura Visual, constituem-se nos elementos centrais de visualização materializados na assinatura imagética por ocasião da reconfiguração da EEAP.

A investigação ao evidenciar a assinatura imagética, como marca distintiva da ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO, no campo da enfermagem e da saúde, pode até ser redundante, mas se faz necessário ratificar, por ser a primeira instituição na formação de enfermeiros(as) no Brasil, visualizou-se a possibilidade de trazer à baila sua arqueologia simbólica, o que a faz ser a centenária e sustentar sua titulação no campo.

Pensar nesta lógica, é afirmar que a EEAP é reconhecida pela sua tradição, quando em eventos ritualísticos mantém a imposição de insígnias, a manutenção do rito da lâmpada – símbolo da profissão –, ostentando a bandeira em eventos intra e extra institucional, e no legado deixado desde o século XIX, na sua criação, mantendo a presença masculina na formação da enfermagem brasileira.

Isto posto, pode-se evidenciar o interesse da diretora Maria de Castro Pamphiro em dar visibilidade ao merecido *status* institucional, uma vez que ela deixou como legado para os seus/suas sucessores(as) a relevante envergadura da assinatura imagética da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto no cenário nacional e, atualmente internacional, pelas conquistas como, por exemplo, na participação do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados, conhecido pela sigla Marca. Este programa, destinado ao desenvolvimento e implantação pelo Setor Educacional do Mercosul em prol da melhoria da qualidade acadêmica, tem por estratégia os sistemas de avaliação e acreditação, e a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países, sendo a única na enfermagem no cenário nacional.

A possibilidade de investigar sobre a trajetória da EEAP, como arquivista, estabeleceu um diálogo ao longo dos últimos de três anos que me permitiu analisar e discutir com os documentos – textuais e imagéticos – articulados às referências, evidenciando-se a responsabilidade da carga simbólica dos gestores da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, entender os ritos realizados pela instituição presenciados por mim ao longo do processo de doutoramento e evidenciar a mensagem transmitida de pertencimento para os envolvidos.

Pode-se constatar a vontade de preservação da memória por meio da qual se alcançaram os detalhes evidenciados na história institucional, como a tenacidade do grupo em conhecer-se, distinguir-se e firmar-se profissionalmente, principalmente num período de turbulências políticas em que a mulher buscava estabelecer seus direitos e seus campos profissionais e a profissão de enfermagem era considerada mais afeita ao perfil de mulheres.

A mensagem transmitida pelos ritos presenciados pode, aos olhos de alguns, se tratar de tarefa fácil, mas ela é complexa por se tratar do dito nesta investigação e pela tradição investida e mantida que atravessou o século XX e chega ao XXI, que emociona e direciona olhares para a grandeza de como se faz e é realizado, indo para muito mais além do respeito institucional pela tradição mantida, mas na certeza do que é possível, em tempos de crise, ter esperança.

Isto posto, não se pode negar que uma instituição que atravessou os séculos XIX e XX, e chega ao XXI, decerto tem muito a transmitir em seus ensinamentos para além de formar enfermeiros, por suas experiências acumuladas nas lutas, seja para a sobrevivência, seja em rumo a vitória. Fato é que ela é resiliente, tem prédio próprio, bandeira que proclama sua identidade, insígnia que anuncia a quem a ostenta sua envergadura, corpo docente qualificado, discentes comprometidos, ritos consolidados e quando a sua assinatura imagética assina eventos, diplomações, certificações e atestados de credibilidade.

Ademais, não se pode deixar de registrar, ainda, que a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto tem a preocupação com a organização do seu acervo e, em parceria com a direção do Arquivo Central, foi reconstituído de forma institucional, por meio da Resolução nº. 2.631, de 19 de outubro de 2005, com a denominação de Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro.

Finalizar este estudo não significa que os fatos/acontecimentos da EEAP se encontram esgotados nas análises e discussões, pois a riqueza de sua historicidade requer o investimento de monta em outros estudos da graduação a pós-graduação. Assim sendo, pensar nesta linha de pensamento, foi a possibilidade que tive em (com)provar, pela abordagem da história

semiótica, a potencialidade desta instituição de ensino e mesmo que em temporalidade delimitada, entender sua secularidade na formação, pesquisa e impacto na enfermagem.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, W. M. **A reconfiguração da primeira Escola de Enfermagem brasileira: a missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949.** 2004. 218f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro, 2005. 232f.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1943.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1944.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1945.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1946.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1947.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1948.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1955.
- ARQUIVO SETORIAL ENFERMEIRA MARIA DE CASTRO PAMPHIRO. **Relatório Anual.** Rio de Janeiro: UNIRIO/EEAP, 1956.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 213-254, jul./dez. 2006.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento.** São Paulo: Hucitec, 2013.
- BOMENY, H. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BOMENY, H. **Guardiães da razão: modernistas mineiros.** Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**. Porto Alegre: Zaouk, 2001.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.159-166.

BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Schwarckz, 2005.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da razão. São Paulo: Papyrus, 2008.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Est. Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: ABDR, 1998. Coleção Saraiva de Legislação, p. 5.

BRASIL. **Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1939.

BRASIL. **Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1949.

BRASIL. **Decreto nº 791**, de 21 de setembro de 1890. Cria no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-791-27-setembro-1890-503459-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 27.426**, de 14 de novembro de 1949. Aprova o Regulamento básico para os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27426-14-novembro-1949-452834-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.725**, de 22 de setembro de 1942. Reorganiza a Escola Profissional de Enfermeiros criada pelo decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4725.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CAETANO, L. O. **Palácio Universidade do Brasil, ex-hospício D. Pedro II**: imagens e mentalidades. 1993. 00f. Dissertação (Mestrado em Medicina Psiquiátrica) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro/EBA, Rio de Janeiro, 1993.

CALÓGERAS, J. P. **Formação histórica do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **História e imagens**: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 568-693.

CARVALHO, F. F. Semiótica social e gramática visual: o sistema de significados interativos. **Rev. Anglo Saxonía**, p. 266-281, 2010.

CAVALCANTI, R.; SILVA JUNIOR, O. Característica das enfermeiras concluintes do curso de especialização em visitadoras sociais na Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto (1928-1943). **Rev. Pesqui. Cuid. fundam.**, v. 2, ed. Supl., p. 423-425, out./dez. 2010.

CHEVALIER, J.; GHREERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

CHEVALIER, J.; GHREERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

COSTA, A.; BONFIM, F. Um percurso sobre o falo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto a*. **Ágora**, v. VII, n. 2, p. 229-245, jul./dez. 2014.

COSTA, Z. S. **Curso de Enfermagem da UNIRIO**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1984.

CRANE, D. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Senac, 2006.

DEL PRIORI, M. **Festas e utopias do Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUARTE, N. Arts. 1º a 232. Parte Geral. In: PELUSO, C. (Org.). **Código Civil comentado**: doutrina e jurisprudência. 4. ed. São Paulo: Manole, 2010.

DUBOIS, F. **O ato fotográfico**. 14. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

e-Arq Brasil. **Modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. CONARQ, Arquivo Nacional, 2011.

ECO, U. et al. **A psicologia do vestir**. Lisboa: Livreira SCARL, 1982.

ERNER, G. **Sociologia das tendências**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2015.

ESCOLA ANA NERY. Centro de Documentação da EAN. **Série dossiês discentes** [19--?].

ESPÍRITO SANTO, T. B. **Gênero e enfermagem**: reafirmação de papéis sociais na Seção Feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1920-1921). 247f. 2012. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRANKLIN LEAL, J. E.; BERWANGER, A. N. **Noções de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria: Livraria e Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 1991.

- FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. Leipzig, 1900-1901. Volume V.
- FREYRE, P. **Modos de homem modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- GINZBURG, C. **Reverência, medo, terror**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GOMES, O. **Introdução ao direito civil**. 12. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- GUGLIELMI, A. **A linguagem secreta do corpo: a comunicação não verbal**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HOBBSAWN, E et al. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HOCKNEY, D. **Documentário David Hockneys Secret Knowledge**. British Broadcasting Corporation (BBC), 2003.
- KARNAL, L. et al. Memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-27.
- KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.
- KOSSOY, B. **Hercule Florence e a descoberta isolada da fotografia no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London: Reedwood Books, 1996.
- LARRAIA, R. **Cultura**. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- LE GOFF, J. **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. Enciclopédia Einaudi.
- LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. O historiador e suas fontes. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (Org.). **Usos sociais e historiográficos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 29-60.
- LURIE, A. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- LUZ, M. Senado Federal. Secretaria especial de editoração e publicação: Brasília, DF, 2005.
- MACHADO, A. **A ilusão especular**. São Paulo: G. Gilli, 2015.
- MAGALHÃES, S. G. **Imagens dos agentes de nutrição nos boletins do serviço de alimentação da previdência social/SAPS (1944-1945) na formação da profissão de nutricionista**. 2013. 207f. Tese (Doutorado em Biociências) - Pós-Graduação em Biociências Ciências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e historia interfaces. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 13,

1996.

MAUAD, A. M. **Poses e flagrantes**: ensaio sobre a história e fotografia. Niterói: Eduff, 2008.

MAUAD, A. M.; LOPES. História e fotografia. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 264-281.

MCLAREN, P. **Rituais na escola**: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis: Vozes, 1992.

MEIRELLES, M. R.; AMORIM, W.M. O cotidiano dos alunos na escola de enfermagem Alfredo pinto (1949-1956). **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 16, n. 6, nov./dez. 2008.

MOREIRA, A. **Escola de Enfermagem Alfredo Pinto**: 100 anos de história. 1990. 212 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Enfermagem) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

MOREIRA, A. **Profissionalização da enfermagem brasileira**: o pioneirismo da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1890-1920). 2003. 253f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOREIRA, A.; PORTO, F.; OGUISSO, T. Registros noticiosos sobre a escola profissional de enfermeiros e enfermeiras na revista “O Brazil-Médico”, 1890-1922. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 36, n. 4, Dez. 2002.

MOUTA, R. J. O. **Criação da Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras e sua participação no movimento de humanização do parto e nascimento 91989-2002**. 2014. 00f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NETO, M.; PORTO, F. Enfermeira na imprensa ilustrada brasileira (1890-1925): assinatura imagética. **Patrimônio memória**, v. 10, p. 199-221, jan./jun. 2014.

NEVES, A. **Imagem Pública em pedra e bronze**: o fantasma da Pietà nas esculturas de enfermeiras. 2015. Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Programa de Pós-Graduação de Enfermagem e Biociências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA NETO, M.; PORTO, F.; AGUIAR, S. Aplicação da semiótica na análise de fac-símeles: pesquisa documental. **OBJN**, v. 11, n. 3, p. 848-864, 2012.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 131p.

PERES, M. A. A.; BARREIRA, I. A. Significado dos uniformes de enfermeira nos primórdios da enfermagem moderna. **Escola Anna Nery Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 25-38, 2003.

PERROT, M. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PERROT, M. **Minha história de mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016.

- PIRES, C. S. **As lucernas romanas de Scallabis**. 2007. 129f. Dissertação (Mestrado em Pré-História e Arqueologia) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.
- PORTO, F. **Imagem pública da enfermeira no Distrito Federal nas décadas de 1910-1920**. 2016. 126f. Monografia (Conclusão de Curso) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2016.
- PORTO, F. **Ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada: o poder simbólico do *click* fotográfico (1919-1925)**. 2007. 189f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PORTO, F. et al. A prática do ensino na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: um registro da mídia impressa (1946). **Rev. Bras. Enferm.**, v. 56, n. 6, nov./dez. 2003.
- PORTO, F.; SANTOS, T. C. F. O rito e os emblemas na formatura das enfermeiras brasileiras no Distrito Federal (1924-1925). **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.**, v. 13, n. 2, p. 149-255, abr./jun. 2009.
- PORTO, F. R.; LESSA, T.; MOREIRA, A. O legado do diretor da Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinbto: Gustavo Kohler Riedel (1921-1934). **J. Nurs. UFPE on line**, v. 4, n. 2, 2010.
- ROCHE, D. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: SENAC, 2007.
- RODRIGOS, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ci. Inf.**, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez. 2007.
- SANTAELLA, L. **O que é a semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- SEGALEN, M. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SILVA JUNIOR, O. S. **Padrão Anna Nery: a instituição da identidade profissional da enfermeira no Brasil**. 2000. 178f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- SILVA JUNIOR, O. S. et al. **Formação, tecnologia e inovação na prática do cuidado de enfermagem**. Poster apresentado no Evento realizado na UNIRIO no período de 27 de setembro a 01 de outubro de 2010. Título do pôster: A questão do acesso: imagens fotográficas da EEAP 2010).
- SILVA, O. **Histórias da enfermagem no universo de cordel**. Brasília, DF: Thesaurus, 2013.
- SILVA, R. P. Medicina, Educação e Psiquiatria para a infância: o Pavilhão Escola Bourneville no início do século XX. **Rev. Latioam. Psicopat. Fund.**, v. 12, n. 1, p. 195-208, março 2009.
- SILVEIRA, M. M. **O Governo Médici pelas lentes da Agencia Nacional (1971-1974)**. 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DE PROJETO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: EESC/USP, 2009. p. 71.

TEIXEIRA, F. C. Aby Warburg e a pós-vida das Pathosformeln antigas. **Hist. Historiogr.**, n. 5, p. 134-147, set. 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Escola de Enfermagem**. A lâmpada: símbolo da enfermagem moderna. Disponível em: <www.ee.usp.br/organização/lampada.htm>. Acesso em: 07 nov. 2015.

APÊNDICE – Linha histórica

Quadro 3 – Linha histórica da EEAP (continua)

Instituição / Denominação da Escola	Período	Observação
Hospício Nacional de Alienados (HNA) Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE)	1890	Desanexa do Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta capital o Hospício de Pedro II, que passa a denominar-se Hospício Nacional de Alienados.
		Cria no Hospício Nacional de Alienados uma Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.
	1900, 1901, 1908, 1910 a 1919	Não funcionou.
	1905	1ª Reinauguração.
	1906	1ª Formatura.
	1913	2ª. Reinauguração.
Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados do Distrito Federal	1921	Aprova o Regimento Interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados do Distrito Federal e cria as Seções Feminina, Masculina e Mista.
Escola Profissional De Enfermeiras Alfredo Pinto	1927	Aprova o regulamento para a execução dos serviços da Assistência Psicopatas no Distrito Federal – duas seções: mista no Hospício Nacional desde 1890 e a feminina com a denominação de Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto funcionando na Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro.

Quadro 3 – Linha histórica da EEAP (continuação)

Instituição / Denominação da Escola	Período	Legislação	Observação
Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto (1942-1944) Escola de Enfermagem Alfredo Pinto 1944	1943-1956	Decreto Lei nº.725, de 22/09/1942 (funde a seção mista a feminina na Praia Vermelha)	Reorganiza a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados que passa a ter a denominação de Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto.
		Decreto nº 10.472, de 22/09/1942 Decreto nº 17.185 de 18/11/1944	Aprova o Regulamento da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Doenças Mentais a Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto passou a denominar- se Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.
		Lei nº 775/49 e Decreto nº 2.7426/49	Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País, adéqua o ensino de enfermagem às reais necessidades e qualificação profissional, abrindo-se novos campos de atuação com perspectivas de nível superior para a profissão (COSTA, 1988, p. 20). Exige a conclusão do curso secundário.
Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto	1957-1960		
Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto	1961-1969	Parecer nº 245 CFE, 07/02/1963	Adapta o regimento escolar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

Quadro 3 – Linha histórica da EEAP (conclusão)

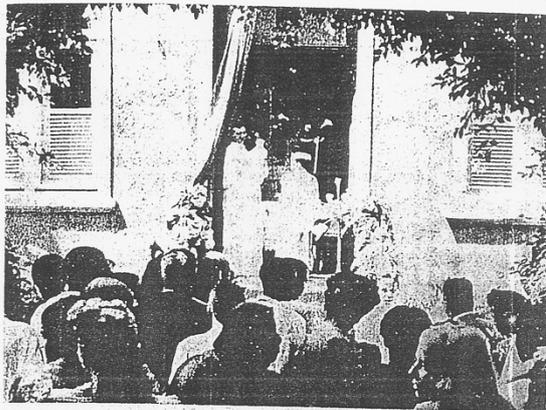
Instituição / Denominação da Escola	Período	Legislação	Observação
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto	1969	Decreto nº 773, de 20/08/1969	Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e dá outras providências.
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto	1975	Decreto nº 76.832, de 17/12/1975	Altera a denominação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara e dá outras providências.
Curso de Enfermagem do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	1979	Decreto nº 6.655, de 05/06/1979	Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO.
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto	1988	Ordem de Serviço GR nº 008, de 10/08/1988	Dispõe sobre o reestabelecimento das denominações tradicionais de órgãos integrantes da estrutura desta universidade (Escola de Enfermagem Alfredo Pinto).
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto	2013	Lei nº 10.750, de 24/10/2013	Altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

ANEXO – A vida doméstica – fevereiro 1948

FEVEREIRO-1948

VIDA DOMÉSTICA

LEVANDO A ALEGRIA AOS CORAÇÕES DOS QUE SOFREM



Aspecto da santa missa cujo altar vê-se no pórtico do Pavilhão Guinle.



N. S. das Graças conduzida em procissão pelas enfermeiras da Escola Alfredo Pinto, ao som de harmoniosos cânticos.

UMA festa de Natal no recolhimento grave e solene de um hospital é sempre uma cerimônia cheia de profunda emoção.

Foi o que aconteceu em Dezembro último no Hospital de Neuro-Sífilis do Serviço Nacional de Educação e Saúde.

Festa organizada sob a direção sempre e em tudo clarividente do sr. dr. Matias Costa, diretor do estabelecimento, com a cooperação de nomes como do dr. Antonio Xavier, ex-deputado e médico da clínica neuro-sífilis, de diretores e chefes do serviço de senhoras, dr. Ayrosa, prestimoso "gentleman" e médico distintíssimo, teria de resultar, como resultou, num momento de rara emoção.

Contando mais ainda com a cooperação dedicada dos irmãos Engracia e Julio Peres Rivera, respectivamente chefes dos Pavilhões de Senhoras e de Homens, do referido Hospital, bem como da Escola Alfredo Pinto, de seu magnífico orfeão e de outros elementos, ficou na memória de quantos a assistiram como um dia feliz, no ambiente dos que prezam.

Após a missa campal e a entronização da imagem de N. S. das Graças, seguiu-se o magnífico programa: — Cânticos pelo orfeão da Escola Alfredo Pinto, visita ao Presépio, distribuição de brinquedos às crianças e de utilidades aos enfermos.



Grupo formado após a missa em homenagem expressiva e carinhosa ao sr. Jesus Gonçalves Fidalgo, fundador de "Vida Doméstica" e que durante um quarto de século trabalhou nos serviços de enfermagem na assistência aos insanos mentais. Ao centro o homenageado e, da esquerda para a direita: Dr. Januario Bittencourt, dr. Xavier de Oliveira, dr. Humberto Mathias Costa, diretor dos serviços; dr. Deusdedith Araujo, chefe do Serviço de Senhoras; Geraldo Ribeiro Junqueira, chefe da Seção Helion Povoa e Amintas Fonseca (zelador dos serviços do Hospital Neuro-Sífilis).

Houve ainda mais — um momento tocante: o transporte, feito carinhosamente, dos doentes acamados ao local da festa para que também participassem de um instante de alegria.

Muitos foram os que levaram o conforto de suas visitas aos internados: famílias de médicos, internos, alunos e enfermeiros.

Lá esteve o representante do Diretor do S. N. D. M., e o dr. Matias Costa que com tanta proveitudo, zelo e bondade dirige o estabelecimento, além de uma notável pléiade de médicos dentre os quais, os Drs. Januario Bittencourt, Xavier de Oliveira, Deusdedith de Araujo, Geraldo Ribeiro Junqueira e sr. Amintas Fonseca.

Entre os presentes esteve também Jesus Gonçalves Fidalgo, fundador de "Vida Doméstica" que recebeu do diretor e de quantos lá se encontravam, carinhosa e efusiva homenagem. Tendo ali começado o seu proibido trabalho nos serviços de enfermagem é tido como nobre tradição daquela casa onde auxiliou o inesquecível psiquiatra Teixeira Brandão, onde se devotou ao lado de Marcio Nery, Henrique Roxo e Juliano Moreira.

Festa de emoção de alma, dessas almas que servem a Deus suavizando as dores alheias, marcou um acontecimento feliz nesse Natal do ano que passou.



Um aspecto vendo-se médicos, enfermeiros e a imagem do Menino Deus ao centro e no primeiro plano.



A sra. Maria de Castro Pamphiro, diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, num grupo de moças enfermeiras.